



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – POLÍTICAS PÚBLICAS

DA GAIOLA AO M(EU): DESCORTINANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA MULHERES LÉSBICAS NOS PLANOS NACIONAIS DE POLÍTICAS
PARA MULHERES – PNPMM (2005, 2008, 2013 – 2015)

ALESSANDRA MACEDO DE BRITO

Goiânia
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – POLÍTICAS PÚBLICAS

DA GAIOLA AO M(EU): DESCORTINANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA MULHERES LÉSBICAS NOS PLANOS NACIONAIS DE POLÍTICAS
PARA MULHERES – PNPM (2005, 2008, 2013 – 2015)

ALESSANDRA MACEDO DE BRITO

Monografia apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Ciências Sociais com Habilitação em Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Sociais (FCS), da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marcela Amaral

Goiânia

2019



DA GAIOLA AO M(EU): DESCORTINANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA MULHERES LÉSBICAS NOS PLANOS NACIONAIS DE POLÍTICAS
PARA MULHERES – PNPM (2005, 2008, 2013 – 2015)

ALESSANDRA MACEDO DE BRITO

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Ciências Sociais – Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Sociais (FCS), da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Aprovado pela banca examinadora em 18 de dezembro de 2019.

Prof.^a Dr.^a Marcela Amaral – Orientadora
FCS / UFG

Prof.^o Dr.^o Carlos Eduardo Henning
FCS / UFG

Prof.^a Dr.^a Valdenízia Bento Peixoto
SER / UnB

Goiânia
2019

Dedico esse trabalho aos meus pais, minha companheira Danielle, irmão, cunhada e sobrinhos a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que M(Eu) chegasse até essa etapa da minha vida e primordial para abertura da gaiola.

Dedico também, a todas as mulheres lésbicas, feministas e ativistas dos direitos civis que conseguiram ter voz e ajudar muitas mulheres a saírem da gaiola.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais essa etapa concluída que servirá de caminhos para trilhar outros ciclos que fazem parte das minhas memórias.

A minha querida orientadora, Prof.^a Dr.^a Marcela Amaral pela disposição, sugestão e atenção.

Ao meu grande ídolo, Prof.^o Dr.^o Carlos Eduardo Henning, que me deu força para escrever.

Ao Prof.^o Dr.^o Camilo Braz, que foi o “propositor” que incentivou o início dessa minha vontade de sair da gaiola e foi o primeiro a me apresentar os estudos de gênero e sexualidade.

A Prof.^o Dr.^a Eliane Gonçalves, professora com olhar tão generoso, que me possibilitou por meio da escrita sensível na disciplina “Tecnologias do Eu”, me “revelar” junto a minha mãe.

A Prof.^a Dr.^a Débora Cunha, que não deixou desistir e essa força me fez finalizar.

Agradeço a inspiração de professores que experienciam, escrevem e conseguem transformar algumas realidades na perspectiva de vida digna as mulheres historicamente discriminadas.

Às minhas avós, mulheres guerreiras, em especial à minha avó Jovelina, do qual tive a oportunidade de cuidar até que voasse como um beija-flor.

Aos amigos, porque são constantes na minha vida e fizeram parte dessa trajetória de angústia, buscas e encontros.

Ao Adriel Diniz que considero um amigo irmão e a Nill Alves minha amiga, primordiais na construção da minha pesquisa, os dois de forma especial e respeitosa fizeram críticas importantíssimas.

A Roseneide Ramalho, amiga que o trabalho me proporcionou levar para a vida, que sempre posso contar com zelo e carinho.

Quando falamos temos medo de que as nossas
palavras não vão ser ouvidas ou bem-vindas.
Mas quando estamos em silêncio, ainda temos
medo. Por isso é melhor falar¹.

Audre Lorde

¹ Trecho do poema *A Litany for Survival* em português *Uma ladainha pela sobrevivência*.

RESUMO

Este estudo tem como objeto de investigação científica, analisar os Planos Nacionais de Políticas Públicas para Mulheres – PNPM (2005, 2008, 2013 – 2015). Para tanto, fundamentam esta pesquisa várias/os autoras/es que discutem a temática, sobretudo a partir das teorias feministas, estudos de gênero e sexualidade, além da pesquisa documental sobre os PNPM para entender os avanços e possibilidades das políticas para as mulheres lésbicas. A escolha dos PNPM foi pelo fato de coincidirem com a trajetória das minhas descobertas e a luta para sair da “gaiola”, impactando com as datas dos movimentos e conferências, que incidiram sobre a construção dos documentos discutidos nas últimas décadas, possibilitando, assim, novos rumos para a pesquisa. A metodologia escolhida passa pela técnica de coleta de dados, análise documental e revisão bibliográfica. É uma pesquisa que de forma sistematizada, atende a demanda do universo da pesquisa sobre os desafios e as perspectivas das condições das mulheres lésbicas discriminadas e marginalizadas. Nesse sentido espera-se através desta pesquisa refletir o lugar da mulher lésbica na sociedade, além de contribuir para cobrar ações de políticas públicas para assegurar seus direitos e garantir sua liberdade.

Palavras-chave: Autobiografia. Mulheres Lésbicas. Políticas Públicas. Feministas. LGBT.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tabela 1.1: Juventudes e Sexualidade.....	55
Figura 2 – Tabela 1.2: Juventudes e Sexualidade.....	55
Figura 3 – Tabela 6.5: Juventudes e Sexualidade.....	56
Figura 4 – Tabela 6.6: Juventudes e Sexualidade.....	56
Figura 5 – Tabela 6.7: Juventudes e Sexualidade.....	57
Figura 6 – Tabela <i>Homofobia Mata</i> : Homossexuais Assassinados no Brasil (1963 – 2005) ..	62
Figura 7 – Tabela <i>Homofobia Mata</i> : Homossexuais Assassinados por Estado (2005).....	62
Figura 8 – Tabela <i>Homofobia Mata</i> : Lésbicas Assassinadas no Brasil (1963 – 2005).....	63
Figura 9 – Tabela <i>Homofobia Mata</i> : Homossexuais Assassinados no Brasil (1963 – 2007) ..	74
Figura 10 – Tabela <i>Homofobia Mata</i> : Homossexuais Assassinados por Estado (2008).....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – I PNPM (2005): Educação Inclusiva e Não Sexista	59
Tabela 2 – I PNPM (2005): Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.....	64
Tabela 3 – I PNPM (2005): Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania	65
Tabela 4 – I PNPM (2005): Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.....	66
Tabela 5 – II PNPM (2008): Educação Inclusiva, Não–Sexista, Não–Racista, Não–Homofóbica e Não–Lesbofóbica	72
Tabela 6 – II PNPM (2008): Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres	75
Tabela 7 – II PNPM (2008): Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia.....	76
Tabela 8 – II PNPM (2008): Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social	80
Tabela 9 – II PNPM (2008): Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos	80
Tabela 10 – II PNPM (2008): Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.....	81
Tabela 11 – II PNPM (2008): Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias	82
Tabela 12 – II PNPM (2008): Gestão e monitoramento do Plano.....	83
Tabela 13 – III PNPM (2013 – 2015): Educação para Igualdade e Cidadania	88
Tabela 14 – III PNPM (2013 – 2015): Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres	92
Tabela 15 – III PNPM (2013 – 2015): Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia ...	95
Tabela 16 – III PNPM (2013 – 2015): Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica.....	97
Tabela 17 – III PNPM (2013 – 2015): Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.....	98
Tabela 18 – III PNPM (2013 – 2015): Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.....	100
Tabela 19 – III PNPM (2013 – 2015): Cultura, esporte, comunicação e mídia	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – <i>Homofobia Mata</i> (2005 – 2014).....	91
--	----

LISTA DE SIGLAS

Comissão de Constituição de Justiça (CCJ)
Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPM)
Conferência Nacional de Políticas Públicas (CNPP)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)
Constituição Federal
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Delegacias Regionais do Trabalho (DRT)
Departamento de Serviço Social (SER)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA)
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)
Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)
Ensino a Distância (EAD)
Faculdade de Ciências Sociais (FCS)
Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)
Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF)
Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS)
Grupo Gay da Bahia (GGB)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)
Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT)
Lésbico-Feminino (LF)
Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)
Marcha Mundial das Mulheres (MMM)
Ministério da Cultura (MinC)
Ministério da Defesa (MD)
Ministério da Educação (MEC)
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)
Ministério da Justiça (MJ)
Ministério da Justiça e Cidadania (MJC)
Ministério da Saúde (MS)

Ministério das Cidades (MCid)
Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (MMIRDH)
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Ministério dos Direitos Humanos (MDH)
Ministério Público (MP)
Movimento Negro Unificado (MNU)
Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Organização das Nações Unidas (ONU)
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Parâmetro Curricular Nacional (PCN)
Plano Nacional de Política para Mulheres (PNPM)
Plano Plurianual de Ação (PPA)
Partido dos Trabalhadores (PT)
Partido Moderno Democrático Brasileiro (MDB)
Portador de Necessidade Especial (PNE)
Secretaria de Direitos Humanos (SDH)
Secretaria de Governo (SG)
Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)
Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)
Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM)
Secretária Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (SNPPM)
Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE)
Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (SENALESBI)
Sistema Único de Saúde (SUS)
Supremo Tribunal Federal (STF)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)
Universidade de Brasília (UnB)
Universidade de São Paulo (USP)
Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal de Goiás (UFG)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
LISTA DE FIGURAS.....	8
LISTA DE TABELAS.....	9
LISTA DE GRÁFICOS	10
LISTA DE SIGLAS.....	11
SUMÁRIO.....	13
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – “SER LÉSBICA”: RASTROS SOLITÁRIOS DE MEMÓRIAS AO ENCONTRO DE DESCOBERTAS, RUPTURAS E RESISTÊNCIAS.....	23
1.1 Eu posso falar sobre isso? Deixa eu falar!.....	23
1.2 Feministas: as mulheres que existem em mim.....	25
1.2.1 Há quantas lutas passastes feministas?.....	27
1.2.2 Naquela onda em que quase nos afogamos	28
1.2.3 Naquela onda, outras identidades.....	30
1.3 Romper os tabus – gênero e sexualidade.....	31
1.4 Eu Lésbica e Outras Lésbicas – identidade e reconhecimento – um campo de pesquisa e reflexão.....	33
1.4.1 Lésbicas em ação – uma caminhada de luta e opressão entre os movimentos gays e feministas.....	35
1.5 Chega! Não há silêncio. Cadê as políticas públicas para mulheres?.....	43
CAPÍTULO II – DESCORTINANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES LÉSBICAS NOS PNPM (2005/2008/2013–2015).....	47
2.1 Da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM (2003) ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH (2019): diálogos (IN)“A”cessíveis	47
2.2 A Importância das Políticas Públicas para as Mulheres Lésbicas nos PNPM (2005/2008/2013 – 2015)	50
2.3 O I Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPM (2005): Educação Inclusiva e Não sexista & Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.....	52
2.3.1 I PNPM (2005): Educação Inclusiva e Não sexista.....	54
2.3.3 I PNPM (2005): Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.....	61
2.3.4 I PNPM (2005): A mulher lésbica em Outras linhas de atuação.....	65

2.4 O II Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPM (2008): Educação Inclusiva, Não–Sexista, Não–Racista, Não–Homofóbica e Não–Lesbofóbica; Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres & Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia	66
2.4.1 II PNPM (2008): Educação inclusiva, não–sexista, não–racista, não–homofóbica e não–lesbofóbica.....	69
2.4.2 II PNPM (2008): Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres & Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia.....	74
2.4.3 II PNPM (2008): A mulher lésbica em Outras linhas de atuação	79
2.5 O III Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPM (2013–2015) – Educação para Igualdade e Cidadania, Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres e Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia.....	84
2.5.1 III PNPM (2013–2015): Educação para Igualdade e Cidadania	86
2.5.2 III PNPM (2013–2015): Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres e Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia.....	90
2.5.2.1 IV – Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres	92
2.5.2.2 IX – Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia.....	93
2.5.3 III PNPM (2008): A mulher lésbica em Outras linhas de atuação	97
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS – O M(Eu) e Os PNPM (2005, 2008 e 2013 – 2015):	
Perspectivas de avanços e retrocessos.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109

INTRODUÇÃO

Eu não sou livre enquanto alguma mulher não o for, mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das minhas. (Audre Lorde).

Preso à gaiola. Uma gaiola do refúgio inconsciente, mas presente em todas as circunstâncias do vivido. Foram 21 anos para expressar a condição que o meu corpo exercia sobre mim. Durante todo este tempo, fiquei preso a uma imensidão de conflitos e conceitos, que ouvia das pessoas que estavam ao meu redor e, talvez o mais profundo, de relutar contra a minha sexualidade. A minha liberdade está condicionada a tantas outras mulheres que sem voz ou vez se mantêm oprimidas, caladas e presas.

Na minha trajetória, foi pela antropologia – no estudo de gênero, corpo e sexualidade – que percebi que era possível escrever, refletir, conceituar e aprofundar o tema sobre mulheres lésbicas e, ainda abordar em minha pesquisa acadêmica, enquanto discente do curso de Bacharelado em Ciências Sociais – Políticas Públicas, este tema, que é tão caro, e que tanto me angustiava, pois, abrir as portas da minha “gaiola” e voar não seria uma fácil decisão.

A partir da minha experiência preso na “gaiola” e da vontade de soltura nasce à necessidade de entender como as políticas públicas alcançam ou não as mulheres lésbicas, pois a sexualidade, ainda que queiram determinar como uma característica biológica, relacionada ao sexo de cada indivíduo, é uma construção social, histórica, política e cultural.

Com essa orientação é que se inicia a pesquisa intitulada *Da gaiola ao M(Eu): Descortinando as políticas públicas para mulheres lésbicas nos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres – PNPM (2005, 2008, 2013 – 2015)*, na qual, analiso como esses planos alcançam as mulheres lésbicas no sentido de minimizar as formas de opressão e exploração vivenciadas na atual sociedade – principalmente no tocante às áreas de educação e segurança, foco desta pesquisa. Assim, esse trabalho apresenta as lutas, as descobertas e os conflitos da trajetória da mulher construída historicamente em meio a uma sociedade patriarcal, em que muitas prisões em “gaiolas” foram marcadas por décadas, sem perceber as condições impostas a todas as mulheres da sociedade.

Sempre tive resistência para me identificar como “lésbica”, era como se eu tivesse que afirmar qualquer coisa, que eu até então não compartilhava. Então respondia prontamente: entendida, bissexual, amo a pessoa e não o sexo, dentre inúmeros outros adjetivos que fugiam ao reconhecimento da minha identidade, e participei do curso de extensão *I Jornada do Pensamento Lésbico Contemporâneo (2017)*, na modalidade Ensino a

Distância (EAD), promovido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), entrei no mundo virtual e fomos divididas em grupos, com nomes específicos, que, enfatizam a identidade dos participantes – “LESBOS” – este foi o nome do grupo o qual eu pertencia.

Assim, ao começar – e no decorrer – essa pesquisa para a escrita da monografia foram muitas as vezes em que sentada em frente ao computador, TRAVEI!... Sem conseguir explicar a abertura da gaiola ou a violação que ameaça se concretizar nas possibilidades apresentadas nas políticas para as mulheres de forma permanente. Agora, por fim, tem-se um material que após – abandonar, depois retomar e voltar atrás – compõe a tessitura desse trabalho. E, essa pesquisa se justifica e está centrada na história de vida da pesquisadora e nos PNPM (2005, 2008, 2013 – 2015) na relação de aproximação com os seus direitos, considerando sua relevância, na atualidade, para consolidação dos direitos sociais.

Romper os tabus desta sociedade heteronormativa e dos pré-conceitos até então imbuídos em minha formação cultural não foi uma tarefa fácil, foi ÁRDUA! – Eu diria!... É uma caminhada longa e silenciosa de encontro ao M(Eu)². Mas, estar nesta jornada – como em tantas outras, principalmente, nos últimos 3 anos – era avançar, mesmo que timidamente, e, por isso eu estava inserida. Em meu silêncio me reconhecia como uma “lésbica no armário”, termo cunhado, pela pesquisadora Adrienne Rich (2010):

Uma lésbica “no armário”, devido ao preconceito heterossexista no trabalho, não é simplesmente forçada a negar a verdade sobre suas relações no mundo exterior ou na sua vida privada. Seu emprego depende de que ela finja ser não apenas heterossexual, mas também uma mulher heterossexual em termos de seu vestuário, ao desempenhar um papel feminino, atencioso, de uma mulher “de verdade” (RICH, 2010, p. 28, grifo do autor).

É na busca do corpo como objeto socialmente cultural que pretendi desenvolver a minha pesquisa, pois ao escrever sobre ser lésbica, é importante levar em consideração o envolvimento das políticas para as mulheres, que traz a seguinte inquietação: em quais aspectos as mulheres lésbicas foram contempladas nos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres – PNPM (2005, 2008, 2013 – 2015)? – priorizando duas temáticas: educação e segurança.

É importante ressaltar que esses planos buscam corrigir as disparidades e desigualdades de gênero criadas historicamente, as políticas públicas no Brasil voltadas para

² Utilizo essa expressão para legitimar o reconhecendo da minha “condição” de mulher lésbica. M(Eu) representa toda a minha trajetória – da negação ao reconhecimento – lugar de fala hoje.

as mulheres tem tentado ser um instrumento de (re) afirmação de sua cidadania e seus direitos.

Um corpo social é aquele que representa todas as mazelas vividas e assistidas no percurso de uma sociedade machista. É aquele que elege o silêncio e a prisão na gaiola como forma de resguardar a dor e o sentimento de ser excluída, pois a revelação de ser mulher lésbica passa por todo tipo de discriminação e violência, pois o fato das mulheres serem marginalizadas, mulheres negras, mães, esposas que vivem a violência doméstica, muitas vezes sem direitos e nem voz, não isenta as mulheres lésbicas de todos os outros tipos de discriminação.

Abrir a “gaiola” é buscar e conhecer os outros direitos que devem ser assegurados. Podem ser civis ou políticos (direito à vida, igualdade perante à lei, liberdade de expressão) ou podem ser também econômicos, sociais e culturais (direto ao trabalho, à educação, à saúde, à segurança). Esses direitos deveriam ser garantidos de forma inerente a todos os seres humanos e tomar a dignidade como condição indispensável para a preservação da vida humana no planeta. Só que na ação cotidiana têm-se as contradições e, muitas vezes a ausências de legitimação.

Nesse sentido, o objetivo do presente estudo é analisar o quanto as mulheres lésbicas foram contempladas nos PNPM, cujos caminhos buscam: conhecer e desvelar o que os PNPM elucidam sobre as mulheres lésbicas; apresentar os dados analisados por meio da pesquisa documental resultantes dos PNPM sobre as mulheres lésbicas; além de contextualizar historicamente o movimento de mulheres, principalmente, das feministas e como esses movimentos é de suma importância para termos no período de 2005 – 2015 planos de políticas públicas que asseguram, lutam e reconheçam seus direitos.

Ler diversas autoras lésbicas, de tantos lugares e espaços, com empoderamentos, lutas e resistências, me fez sentir de certa forma vergonha, de estar presa, enclausurada, na gaiola, e, tão tardiamente relutar na busca por reconhecer o meu corpo, a minha sexualidade, a minha identidade. Aos poucos, fui sentindo vontade de sair da “gaiola” em que me encontrava e alçar novos vãos.

A lesbianidade é, então, um ato de resistência, segundo Cheryl Clarke (1988) coloca a importância da mulher lésbica na luta por espaços de discussões. Em uma sociedade patriarcal e opressora, em que há controle e opressão, é necessário que a mulher lésbica, se posicione. Isso significa fazer parte de todas as esferas sociais, citando Lorde “Esta cegueira

contínua entre nós só pode servir ao sistema opressivo dentro do qual vivemos”, (CLARKE, 1988, p. 4 apud LORDE, 1984, p. 64).

Nesses vôos, deparei-me, com ferramentas visuais do cotidiano que poderiam me fazer refletir do meu lugar, da minha zona de conforto/agonia, frente às minhas problematizações que precisavam ser desveladas. Da gaiola, em que eu, temia estar aberta, para ter que voar.

O audiovisual, em específico, o curta-metragem *Entre Nós* (2015) de Patrícia Guedes; e às telenovelas *Vale Tudo* (1988 – 1989) de Gilberto Braga, Aguinaldo Silva e Leonor Bassères, *Torre de Babel* (1998 – 1999) de Silvio de Abreu e *Babilônia* (2015) de Braga, Ricardo Linhares e João Ximenes Braga; tiveram grande influência no meu comportamento e inquietações como cientista social.

No encontro com minhas lembranças, ao assistir cada produto audiovisual, em períodos totalmente distintos, e, perceber como os fatos daquela época, influenciaram de forma significativa, a minha forma de “atuar”, fui me desvencilhando das amarras até então constituídas, me permitindo, a partir dessas reflexões, novas formas de pensar, e, mais do que problematizar essas questões, me possibilitou (re)conhecer, enquanto um pássaro preso dentro de uma gaiola, à espreita, para alçar vôos, que revelam não o passado daquilo que se perdeu, mas o presente que pode romper fronteiras de um devir.

Desses conflitos, a pesquisa teve início a partir das minhas inquietações apresentadas no tema, na qual, seguiu o título do trabalho: *Da gaiola ao M(Eu): Descortinando as políticas públicas para mulheres lésbicas nos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres (2005, 2008, 2013 – 2015)*. Para tanto, fundamentam essa pesquisa várias autoras/es que discutem a temática, sobretudo a partir das teorias feministas, estudos de gênero e sexualidade, além da pesquisa documental sobre os PNPM para entender os avanços e as possibilidades das políticas para as mulheres lésbicas.

A escolha dos PNPM foi pelo fato de coincidirem com a trajetória das minhas descobertas e a luta para sair da “gaiola”, impactando com as datas dos movimentos e Conferências, e incidiram sobre a construção dos documentos discutidos nas últimas décadas, possibilitando, assim, novos rumos para a pesquisa.

Outro fator importante é à escassez de documentos que pudessem subsidiar as mulheres lésbicas nessa luta, pois durante a pesquisa poucos foram os documentos encontrados que contemplariam a temática escolhida – especificamente sobre as mulheres lésbicas. A discussão teórica dos planos – *I PNPM* (2005), *II PNPM* (2008) e *III PNPM*

(2013-2015) – são fundamentais para entender a importância do papel da mulher na sociedade brasileira e o quanto a implementação de políticas públicas são urgentes e necessárias para garantir as condições dignas para a vida das lésbicas.

A pesquisa é de cunho qualitativa, pois segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2008), os instrumentos de trabalho de campo na pesquisa qualitativa permitem uma mediação entre o marco teórico-metodológico e a realidade empírica.

O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2008, p.57).

Para a autora, na pesquisa qualitativa, o importante é a objetivação, já que durante a investigação científica é preciso reconhecer a complexidade do objeto de estudo, rever criticamente as teorias sobre o tema, estabelecer conceitos e teorias relevantes, usar técnicas de coleta de dados adequadas e, por fim, analisar todo o material de forma específica e contextualizada.

A metodologia escolhida passa pela técnica de coleta de dados. É uma pesquisa documental que de forma sistematizada, atende à demanda do universo da pesquisa sobre os desafios e as perspectivas das condições das mulheres discriminadas e inviabilizadas, pois descortinar as políticas públicas para mulheres lésbicas nos planos, possibilita, por meio de uma agenda de ações o alcance da implementação de políticas públicas.

Assim, nesse trabalho estão presentes autoras/es como: Cheryl Clarke (1988), Maria das Dores Costa (1998), Judith Butler (2007), Antônio Carlos Gil (2008), Ana I. Alvarey González (2010), Daniel Borrillo (2010), Marisa Fernandes (2018), dentre outras/os, que discutem a temática. Ademais, a discussão e comparação em torno dos *I PNPM* (2005), *II PNPM* (2008) e *III PNPM* (2013 – 2015) que são os documentos digitais, cujo critério foi a busca por palavras: mulheres lésbicas, mulheres trans, mulheres bissexuais, homossexualidade feminina, orientação sexual, diversidade de gênero, identidade de gênero, estereótipos de gênero, nortearão a pesquisa aqui realizada.

A pesquisa documental de acordo com Gil (2008) é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc. Não existe um método próprio para realizar estas pesquisas.

Gil (2008) sinaliza que estão impregnadas de um caráter descontínuo de planejar, rever, avaliar, escrever, suspender. É imprescindível antes de todo e qualquer trabalho científico fazer uma pesquisa documental exaustiva sobre o tema em questão. O autor sinaliza ainda que “convém ao pesquisador assegurar das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-se cuidadosamente” (GIL, 2008, p. 50).

Elisabete M. M. de Pádua (1997) aponta que a pesquisa documental é realizada a partir de documentos, considerados cientificamente autênticos na investigação histórica, a fim de descrever e comparar fatos sociais, estabelecendo suas características. Trata-se de uma pesquisa aleatória, intencional. A pesquisa documental utiliza-se além das fontes primárias, das chamadas secundárias, como dados estatísticos, elaborados por Institutos especializados e considerados confiáveis para uso na pesquisa.

Através do olhar antropológico e todo seu estudo no campo do corpo, gênero e sexualidade, o que é culturalmente construído – preconceitos, rompimento, castração e possibilidades de escolhas são o que busco problematizar e debater esta pesquisa. Ressaltar que a construção das personagens se dá na relação de sujeitos com outros diversos sujeitos, poderá (des)construir uma realidade que não é única, homogênea, específica, mas sim vivenciada, compartilhada e discutida pela comunicação de diversas culturas.

Por meio de leituras e discussões, bem como do vivido e construído historicamente, analisar os impactos que isso representa e como é possível abrir a gaiola (des)cortinando o dito e não dito e, ser mulher respeitada nos direitos constitutivos e os direitos estabelecidos nos PNPM. Nesse sentido, Gil (2008) evidencia que, o que procura na interpretação é a obtenção de um sentido mais amplo para os dados analisados, o que se faz mediante sua ligação com conhecimentos disponíveis, derivados principalmente de teorias.

Já a análise conceitual esclarece os significados dos conceitos-centrais e os conceitos-articulados que estão contidos nos PNPM (2005, 2008, 2013 – 2015). A análise normativa se refere a campos políticos e aos valores. Serão utilizadas análises do *I PNPM* (2005), *II PNPM* (2008) e *III PNPM* (2013 – 2015), articuladas às abordagens teóricas que fundamentam esse trabalho.

Foi neste interesse, que, emergi, participando do *II SEJA – Gênero e Sexualidade no Audiovisual*, promovido pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), na qual participei com a escrita colaborativa conjunta de um artigo, intitulado, *Entre Nós – Entre o Filme-Ensaio e a Alteridade de Gênero e Sexualidade* (2017)³. Era o primeiro encontro que eu tinha fora da gaiola, evento anterior a *I Jornada do Pensamento Lésbico Contemporâneo* (2017). É preciso falar de nós, sobre nós, o que queremos e o que somos. Para buscar entender e conhecer este “corpo” que possuo e assim respeitá-lo.

A pesquisadora Dorotea Gomez Grijalva (2012) narra sua trajetória na busca de se conhecer e tornar o seu corpo um território político. Nessa estrada, os conflitos não estão guardados apenas dentro de si, mas também expostos em sua pele, “Através dessa experiência fui aprendendo a conhecer melhor a linguagem do meu corpo, a sentir e compreender minhas emoções e não a dominá-las com a minha razão cada vez mais fundamentada teoricamente⁴” (GRIJALVA, 2012, p. 16).

Participar da *I Jornada do Pensamento Lésbico Contemporâneo* foi um divisor de águas em minha vida, e, na construção de uma fundamentação teórica, para dar continuidade em todos os questionamentos que busco há anos. Ir da “Gaiola ao M(Eu)” foi expressivo e torna real, após estes encontros, e, tornou importante a frase célebre descrita e dita em vários momentos do curso e que serão essenciais, todas às vezes, que eu pensar em retornar à gaiola. “Leiam Lésbicas. Nosso Pensamento é Resistência”.

Foi a partir de reflexões e de estudos que compreendi que os motivos do M(Eu) “não sair gaiola” foi a minha trajetória, a minha construção histórica cultural, do meio vivido e representado pelas marcas de uma sociedade machista e patriarcal, ditando o certo e errado.

Nesse sentido o caminho percorrido é primordial para entender o que os PNPM oferecem para assegurar os direitos das mulheres lésbicas. *Da Gaiola ao M(Eu): Descortinando as políticas públicas para mulheres lésbicas nos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres – PNPM (2005, 2008, 2013 – 2015)* foi constituída em dois capítulos.

No primeiro, apresento a trajetória dos caminhos percorridos pelas mulheres lésbicas nos espaços organizativos, em busca por conquistas de direitos. O tema “Ser lésbica: rastros

³ Comunicação elaborada pelos autores Adriel Diniz dos Reis e Alessandra Macedo de Brito, apresentado no II SEJA - Gênero e Sexualidade no Audiovisual, pela UEG, no GT 3 – Relações de gênero na produção audiovisual coordenado por Saulo Villanova (UEG) em 22 nov 2017.

⁴ Citação original: “A través de esta experiencia fui aprendiendo a conocer mejor el lenguaje de mi cuerpo, a sentir e comprender mis emociones e no a dominarlas com mi razón cada vez más fundamentada teoricamente”. (GRIJALVA, 2012, p. 16).

solitários de memórias ao encontro de descobertas, rupturas e resistências” trilha o percurso da caminhada da mulher lésbica, que mesmo em grupos específicos, sofre a discriminação e conseqüentemente a desconstrução de atitudes que ao longo da história veio, e ainda vem, causando as mais diversas e violentas reações no que diz respeito às relações afetivas entre mulheres. Esses conflitos demonstram a dificuldade de não ser reconhecida como expressão da sexualidade de forma legítima. O capítulo contextualiza a luta que começa com o movimento feminista, a inserção de pautas até então não debatidas, como a equidade de gênero e a livre orientação e expressão sexual e, ainda, como essas lutas persistem em tempos atuais. Além disso, apresento como as mulheres tem conseguido seu espaço, revelando alguns aspectos sobre a tessitura da trajetória das mulheres e suas dificuldades em sair da “gaiola”.

O segundo capítulo, “Descortinando as políticas públicas para mulheres lésbicas nos PNPM (2005 / 2008 / 2013 – 2015)”, desvela e discute os documentos legais citados no *I PNPM (2005)*, *II PNPM (2008)* e *III PNPM (2013-2015)*, refletindo as conquistas das mulheres lésbicas e traz à tona as ações, objetivos e possibilidades de avanços para que a mulher possa ter vez, voz, dignidade e autonomia.

Para finalizar, nas considerações finais é anunciado o que de fato a pesquisa trouxe e conseguiu analisar levando em consideração as discussões aqui apresentadas. São nessas considerações reveladas nos dados encontrados na pesquisa documental realizada cujas discussões perpassam todo o trabalho. É aqui que são desvelados e comparados os documentos, para ver como as mulheres lésbicas estão sendo contempladas nos PNPM.

CAPÍTULO I – “SER LÉSBICA”: RASTROS SOLITÁRIOS DE MEMÓRIAS AO ENCONTRO DE DESCOBERTAS, RUPTURAS E RESISTÊNCIAS

Mulher, desperta. A força da razão se faz escutar em todo o Universo. Reconhece teus direitos. O poderoso império da natureza não está mais envolto de preconceitos, de fanatismos, de superstições e de mentiras. A bandeira da verdade dissipou todas as nuvens da ignorância e da usurpação. O homem escravo multiplicou suas forças e teve necessidade de recorrer às tuas, para romper os seus ferros. Tornando-se livre, tornou-se injusto em relação à sua companheira. (GOUGES, 1791⁵).

1.1 Eu posso falar sobre isso? Deixa eu falar!...

Desde a minha tenra idade, sempre fui uma criança muito comunicativa, desinibida, artística eu diria, que falava o que pensava e não media a força das palavras. Sempre me incomodaram as injustiças, de acordo que a idade ia avançando, o conhecimento intelectual e cultural agregando, novas perspectivas e descobertas se formavam, e assim, eu, Alessandra ia ganhando contornos, cores, timbres, corpos, expressões... Ia deixando de “ser menina”, para tornar-se “mulher”, e diante desses encontros de descobertas e rupturas, um caos se instaurava também, algumas ações foram sendo silenciadas, oprimindo meu ser, não em minha mente, mas, em meu corpo, que teimava em resistir, o que o meu verdadeiro eu queria lutar.

E assim, como tantas outras, eu passei a viver dentro de uma gaiola – cômoda, submissa, passiva – porém, cantarolando, esperando a porta um dia se abrir, para voar livre, onde a minha mente e meus desejos pudessem alcançar. Eu desejava viver esses novos encontros, ter aquela mesma força de menina, voltar a dizer tudo sem medir palavras, porque essa sou eu – a Alessandra menina, que tornou-se mulher! – uma Alessandra, primeiro, feminista, que se incomoda, principalmente, pelo seu lugar de mulher numa sociedade patriarcal que a consome cotidianamente.

Daí reside o encontro – Eu posso falar sobre isso? Deixa eu falar! – Da mulher, dos desejos, desta opressão, dos corpos, do sexo, do “isso” em minha trajetória, que se deu, quando eu decidi me matricular em uma disciplina de “Gênero & Sexualidade”, no curso de Ciências Sociais, da UFG, na qual pertenço, e toda a bibliografia apresentada, o tema em questão era “Corpo & Sexualidade”: corpos dóceis, corpo educado, corpo com valor, o corpo e a sexualidade, corpo acessório, corpos que pesam. O que seriam esses conceitos? Poderia eu falar do meu corpo e da minha sexualidade? “Isso”, então, fazia parte de estudos científicos? Discutir os prazeres e desprazeres da carne na academia.

⁵ *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* por Olympe de Gouges em set. de 1791 na França.

Com grande espanto e ao mesmo tempo admiração, eu percebi que era possível apreender conceitos, ler e discutir pesquisas, que poderiam orientar a partir daquele momento segredos que eu guardava por tanto tempo. A porta da gaiola não estava mais fechada, na verdade, nunca esteve, eu é que não saí, eu e tantas outras, como existem outras tantas mulheres ainda presas.

Por tantos anos, as mulheres suportam uma carga imposta pela sociedade ao definir os padrões e normas de comportamentos aceitáveis pela hipocrisia perversa de uma sociedade constituída em machistas, sexistas, misóginas e heteronormativas, respaldado por preconceitos, discriminações e intolerâncias.

Se “ser mulher” já é um caminho de lutas, descobertas, rupturas, opressões e resistências, na busca de direitos que legitime a sua identidade, a sua existência, a sua verdade na sociedade, imagine a força, o turbilhão de prazeres e desafios de se reconhecer enquanto “ser mulher lésbica”, “ser mulher negra lésbica”, “ser mulher negra trans lésbica”, “ser mulher pobre negra trans lésbica” e quantas e tantas outras identidades que podem ser adotadas e legitimadas nesse universo que é plural-cultural de se reconhecer em nossas condições de gênero e sexualidade, que devem sucumbir em “direitos universais”, especificidades que merecem toda a atenção e olhares por parte do poder público que deveria governar num âmbito plural, alcançando a todas as pessoas, sem distinção.

Então, iniciava o meu olhar, agora, mais aprofundado, para compreender todo esse percurso da história dessas mulheres, pelo viés dos movimentos feministas. Sendo assim, neste primeiro capítulo faz-se necessário a discussão sobre uma trajetória pessoal e intelectual de encontros, descobertas, rupturas e resistências, que engloba as ciências humanas e sociais, pautadas sobre a problemática de ser mulher e feminista, discutir gênero, sexualidade e lesbianidade, apresentando algumas abordagens teóricas e conceitos fundamentais.

Este é o cenário que dá início ao meu percurso e interesse em transformar a minha gaiola, o meu silêncio em linguagem e ação, tendo como objetivo discorrer sobre os movimentos feministas e principalmente as caminhadas LGBT⁶ com a fundamentação e problematização desses estudiosos, no campo específico de discussão das “mulheres lésbicas” que incide em participações e lutas para a conquista de políticas públicas, vislumbrando a

⁶ É a sigla para autodesignar o movimento da comunidade que incorpora as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Simpatizantes e qualquer outro sujeito que não esteja contemplado no grupo inicial, mas que o grupo promove o reconhecendo da diversidade cultural baseada na autodesignação de uma identidade sexual, orientação sexual e de gênero que diverge da heteronormativa.

possibilidade de ampliação e assegurando os direitos e deveres delas dentro das comunidades LGBT.

1.2 Feministas: as mulheres que existem em mim

Para discorrer o amontoado de mulheres que transitam em nosso universo cotidianamente, nos colocando em suspensão para problematizar o nosso ser mulher no âmbito da esfera pública, em um sistema patriarcal, fundado em uma cultura sexista, opressora, machista, primeiramente me deparei com essa pluralidade de ser mulher que existe em mim – A professora, a atriz, a filha, a neta, a esposa, a amiga, a amante, a vizinha, a feminista, a lésbica, a estudante pesquisadora – Todas mulheres! Com sentimentos, ideais, crenças, desejos, frustrações, mas que se convergem no ser mulher feminista lésbica, a Alessandra que existe em mim.

Aí está a minha encruzilhada, a minha identidade, o meu reconhecimento, que se faz presente e não deixa de coexistir com todas essas outras mulheres que cotidianamente integram minha formação, minha história. Eu existo a partir da força de ser mulher que existe em mim, seja enquanto luta, resistência, bravura, ou como renúncia e silêncio – a mulher se cala, mas o “ser mulher” resiste, assim como Marielle Franco⁷ que depois de “silenciada”, pulsa em nossas veias “VIVA!”.

No decorrer deste processo a primeira grande questão que pairava em minhas indagações se problematizava – Onde eu estava durante as três últimas décadas de formação e estudos que não atentei dar ênfase sobre as feministas? Por onde caminhei, inclusive durante a minha formação na educação como pedagoga e no campo das artes cênicas como atriz, e nos espaços profissionais de discussões políticas e sociais em que atuei, sendo composto em sua maioria por mulheres, por que não evidenciei nada a respeito sobre a relevância do papel da mulher na sociedade, sobre as lutas feministas? Onde eu estava? Onde estava a Alessandra lésbica feminista?

Não há como demover o tempo. Não adianta reclamar e rechaçar as últimas três décadas em que não atuei ativamente, não me reconheci, em que não participei, não

⁷ Marielle Franco é mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré. Socióloga com mestrado em Administração Pública. Foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL, com 46.502 votos. Foi também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara. No dia 14/03/2018 foi assassinada em um atentado ao carro onde estava. 13 Tiros atingiram o veículo, matando também o motorista Anderson Pedro Gomes. Quem mandou matar Marielle mal podia imaginar que ela era semente, e que milhões de Marielles em todo mundo se levantariam no dia seguinte. Fonte – Disponível em: <<https://www.mariellefranco.com.br/quem-e-marielle-franco-vereadora>>. Acesso em 17 nov. 2019.

compartilhei, não busquei e procurei compreender se havia estudos e pesquisas acadêmicas para direcionar o meu olhar às minhas origens e inquietações sobre o meu ser feminino. De acordo com Bandeira (2008, p. 210) “A ausência das mulheres e o respectivo silêncio em torno de sua presença na história e, por extensão na história das ciências acabam por revelar, eles próprios, a associação hegemônica entre masculinidade e pensamento científico”. Há tão pouco tempo – últimos cinco anos – fui tocada, no campo das Ciências Sociais, nos estudos de Antropologia, sobre as diferentes formas e teorias sobre “ser mulher” – ser feminista!

O campo de estudos feministas é constituído por princípios sociais, filosóficos e políticos que tem como alicerce a equidade de gênero. Abarcam movimentos, teorias e filosofias, que pretendem equiparar o direito social, político e religioso entre homens e mulheres, como também garantir direitos específicos do gênero feminino, tais como o direito ao aborto, ao parto humanizado, a amamentação em locais públicos, as equiparações salariais e a participação política. Visam, ainda, instruir o Estado na formulação e implementação de políticas públicas voltadas a proteção contra o feminicídio e as violências que recaem sobre as mulheres.

As pautas feministas e dos movimentos de mulheres foram sendo apresentadas de acordo com o contexto social, político e histórico de cada época. Muito se tem avançado e ainda há muito que ser conquistado. Em cada manifesto as lutas dos movimentos ganham forças e recebe o olhar global do mundo – Aliás, a população brasileira é constituída em sua maioria por mulheres, somos 51,7% no Brasil (IBGE, 2018)⁸, e essa presença da mulher deveria refletir em seu status nos diferentes campos da sociedade, o que não acontece! Tantos direitos adquiridos, como o direito ao voto, ao prazer, à representatividade política e tantas outras garantias, e, ainda assim, o quadro de desigualdade e de violência sexista permanece.

Existem controvérsias sobre a origem dos movimentos feministas, alguns dados apontam a Idade Média ou a Revolução Francesa, outros indicam como marco a Revolução Industrial, onde a partir do surgimento das fábricas e da participação das mulheres como força de trabalho, diante da exploração e dos menores salários, com relação aos homens, começam a se organizar. Daí iniciava a presença da força da mulher na sociedade, para que tivessem voz e vez, tendo suas escolhas respeitadas e seus direitos assegurados.

⁸ Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em 17 nov. 2019.

1.2.1 Há quantas lutas passastes feministas?

Com o avanço do capitalismo, no século XIX, as mulheres foram gradativamente se inserindo no mercado de trabalho, reflexo das lutas por igualdades de direitos e os avanços industriais.

Em 1848 foi realizada a primeira convenção feminista da história, na cidade de Seneca Falls, no estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Como resultado foi lançado a *Declaration of Sentiments*, escrita pela ativista Elizabeth Cady Stanton (1815 – 1902) e assinada por 68 mulheres e 32 homens. Dentre diversas reivindicações a convenção de apoio ao direito das mulheres defende a igualdade perante a lei e, principalmente, o direito ao voto às mulheres. (GUIA MUNDO EM FOCO, 2016).

A Nova Zelândia foi o primeiro país do mundo a garantir o direito ao voto às mulheres em 1893, seguido pela Finlândia em 1906. Na Inglaterra e Estados Unidos, foi regulamentado em 1918 e 1920, respectivamente. No Brasil, o direito ao voto é conquistado em 1932 através do Decreto n.º 21.076 instituído no Código Eleitoral Brasileiro, e consolidado na Constituição de 1934. O sufrágio feminino foi uma das principais bandeiras da primeira onda da luta feminista no país. Vale destacar que essa luta pelo direito ao voto feminino e persistência das mulheres pelo reconhecimento como cidadãs, atravessa, de certo modo, o desenrolar da presente pesquisa, na medida em que a participação política foi um dos pilares para a construção do PNPM, a partir da realização de Conferências com ampla participação em todo o país.

Em 1951, em Genebra, na Suíça, a *Convenção n.º 100* é estabelecida – *C100 – Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor* – aprovada na 34.ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho promovido pelo Organização Internacional do Trabalho (OIT), entrando em vigor no plano internacional em 23 de maio de 1953. (GUIA MUNDO EM FOCO, 2016).

Nas décadas de 1960 e 1970, o movimento feminista buscou ampliar o debate sobre a desigualdade entre os sexos. A teoria feminista se desenvolveu enquanto campo de estudos acadêmicos, apontando para a desconstrução da inferioridade dita “natural” da mulher e sua exclusão na história da sociedade.

Em 1975 é declarada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) “O ano internacional das mulheres”, época em que os movimentos feministas ganham força no mundo e, aquele ano, a ONU, realiza a *I Conferência sobre a Mulher*, no México,

reconhecendo o direito à integridade física, ou seja, autonomia sobre o corpo e a maternidade como uma escolha, não como imposição. Entre 1975 – 1985 é declarada a Década da Mulher tendo sido criado, em 1976, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para A Mulher (UNIFEM).

A ONU realiza após o final da Década da Mulher, em 1985, a *Conferência Mundial para Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz*, em Nairóbi, no Quênia. No Brasil a nova *Carta Magna* de 1988, reestabelece a democracia, garantindo às mulheres, a equidade de gênero e os direitos humanos, tal como foi aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 set. de 1988.

Na década de 90, jovens, estudantes, negros e mulheres ganham visibilidade ao questionarem teorias e conceitos possibilitando um debate acadêmico e político traçando inúmeros desafios por vir no século XXI.

Uma série de lutas ou uma luta plural, protagonizada por grupos sociais tradicionalmente subordinados, passava a privilegiar a cultura como palco do embate. Seu propósito consistia, pelo menos inicialmente, em tornar visíveis “outros” modos de viver, os seus próprios modos: suas estéticas, suas éticas, suas histórias, suas experiências e suas questões. Desencadeava-se uma luta que, mesmo com distintas caras e expressões, poderia ser sintetizada como a luta pelo direito de falar por si e de falar de si. Esses diferentes grupos, historicamente colocados em segundo plano pelos grupos dominantes, estavam e estão empenhados, fundamentalmente, em se autorrepresentar (LOURO, 2008, p. 20).

É importante salientar que no decorrer de todo o século XX, os movimentos feministas compartilhavam com os princípios revolucionários burgueses advindos da Revolução Francesa no final do séc. XVIII de “Igualdade, Fraternidade e Liberdade”, ocasionando uma tendência de esquecimento das diferenças – embora reconheça que tanto os movimentos feministas, quanto os LGBT nunca foram homogêneos – até então, consideradas naturais entre homens e mulheres.

1.2.2 Naquela onda em que quase nos afogamos

Naquela onda em que quase nos afogamos é o título original da peça de teatro escrita por Abê Machado que retrata a vida de quatro jovens universitárias/os durante a ditadura militar no município de Goiânia, no estado de Goiás, no Brasil. Posteriormente, a peça teatral ganhou um novo nome *Lembrar para não esquecer* encenada nos palcos da cidade de Goiânia com direção de Rubens Rodrigues em meados de 2002 – 2003.

Na obra, as personagens femininas são vítimas de torturas – do estupro à morte! Por lutar por liberdade e democracia num sistema opressor que foi a Ditadura Militar no país. Faço referência à obra teatral para fazer uma analogia às três ondas nos estudos clássicos, que dividem e evidenciam aproximadamente os 200 anos de história dos movimentos feministas. É por meio dessas lutas, através do derramamento de sangue dessas vítimas, que os direitos são conquistados. É lamentável que não existam direitos sem luta!

A primeira onda é marcada pela conquista do direito ao voto – sufrágio feminino – à educação com a inserção das mulheres no ambiente escolar e nas universidades, sua autonomia e a lei do divórcio. Essa primeira onda vai do início do séc. XIX até meados do séc. XX, tendo um movimento central inicialmente nos Estados Unidos e Inglaterra, e posteriormente, por todo o globo. No Brasil, Nísia Floresta (1810-1885) é a educadora conhecida pelos livros em defesa dos direitos das mulheres, dos índios e dos negros escravos.

A segunda onda é marcada por outras pautas que são incorporadas aos movimentos como: a sexualidade, os direitos reprodutivos, a autonomia sobre o corpo, etc. Entre as pensadoras de destaque podemos citar a filósofa ativista francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) que publica a obra que vem ser à base fundamental da segunda onda *O Segundo Sexo* (1949).

A diversidade e o empoderamento marcam a terceira onda, perpassa a questão da igualdade entre homens e mulheres, na qual, passam a debater as lutas de gênero, as questões raciais, a desconstruir o próprio conceito de gênero comprimido na dicotomia heterossexual do masculino–feminino. Uma obra importante é *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (1990) da filósofa pós-estruturalista americana Judith Butler.

Uma quarta onda é citada por algumas estudiosas e pesquisadoras pelo ativismo feminista na internet no séc. XXI no Brasil, pelas campanhas #PrimeiroAssédio, #MeuamigoSecreto e #AgoraEqueSaoELAS – em 2015 – ano em que, é elevado o número de mortes de mulheres decorrida da violência de gênero, e sancionada a Lei nº 13.104/15 conhecida como Lei do Femicídio no Brasil para combater a violência contra a mulher.

Tantas lutas fazem partes e constituem as grandes ondas. Mas a decisão é certa, a luta que corroborou com os movimentos feministas e serão descritas a seguir, farão parte na busca do direito de reconhecimento de “Ser Lésbica”.

Não tardiamente, aqui inicia a minha participação e principalmente o M(Eu) reconhecimento enquanto mulher, parda, feminista e lésbica, oriunda a partir desse estudo, que visa problematizar as políticas públicas para mulheres, especificamente, para as mulheres

lésbicas, que carecem de políticas públicas, na qual, constatamos um retrocesso atualmente, decorrido das “ideologias” assumidas pelo novo governo conservador que se instaurou “democraticamente” no país recentemente e os reflexos que podem acarretar nas políticas públicas dos movimentos nos quais pertencemos, e será palco de destaque na segunda parte deste estudo.

Em 2019 estamos “Naquela onda em que quase nos afogamos” e temos cotidianamente que “Lembrar para não esquecer”... Lembrar que somos mulheres, lembrar que somos negras, lembrar que somos trans, lembrar que somos lésbicas... Lembrar que estamos numa onda de 1964 e não vamos afogar... Vamos resistir para existir!

1.2.3 Naquela onda, outras identidades...

As feministas da terceira onda contestaram os conceitos essencialistas da feminilidade reproduzidos pela segunda onda, na qual, eram representadas apenas as identidades das mulheres brancas de classe média e/ou alta e heterossexual, desprezando, por exemplo, as singularidades das opressões sobre as mulheres pobres, negras, lésbicas, dentre outras que não se reconheciam nessa normatividade feminina instaurada no movimento.

Nesse contexto, as feministas negras procuraram abrir espaço de discussão dentro do próprio movimento feminista para a inclusão da subjetividade relacionada à raça. Do mesmo modo, as mulheres lésbicas trouxeram suas pautas para o movimento, abrindo uma disputa interna, o que ocasionou a segregação do movimento – a união das mulheres feministas e lésbicas se deu, inicialmente, para se contraporem ao domínio patriarcal, porém as críticas do feminismo lésbico à heterossexualidade geraram rupturas no movimento – Se de um lado temos as feministas radicais que levantam a bandeira do tradicionalismo; do outro, as pós-modernas trouxeram a bandeira de luta dos direitos das excluídas.

A integração das mulheres lésbicas ao movimento feminista repercutiu paradoxalmente, e as feministas tiveram que enfrentar os seus próprios preconceitos e conviver com as diferenças em relação à orientação sexual. Mas o que surpreendeu foi o aumento da força do movimento por ter crescido no número de ativistas.

Assim, o termo feminista, que antes estava restrito à luta da mulher pela equiparação de gênero, teve que incluir as diferentes categorias do que é entendido como mulher. Houve a necessidade de ressignificação do estudo de gênero, para a inclusão das diferenças sexuais, e de raças. Compreender esse processo de inclusão faz-se necessário para entender como as

identidades são construídas e reconstruídas. Uma identidade se constrói quando os indivíduos se identificam efetivamente, em alguma medida como as “lésbicas”, “as negras”, posteriormente “as trans”, dentre outras categorias em formação de reconhecimento da sua identidade, de seu pertencimento.

O movimento feminista contemporâneo vem colaborar para desconstruir o discurso que a hierarquia sexual está ligada a um processo histórico e cultural, infelizmente, fundamentado em estereótipos e julgamentos arbitrários. Nesse caso, o feminista moderno, ao invés de vitimizar as mulheres, luta contra a opressão na busca de uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade. Desconstruir protótipos e valores é pauta inserida nessas discussões.

1.3 Romper os tabus – gênero e sexualidade

Os estudos feministas contribuíram de forma significativa para as reflexões sobre gênero questionando os estereótipos do que seriam o feminino e masculino, e criticando a visão binária presente nas sociedades e nas relações de gênero.

Beauvoir em *O Segundo Sexo* (1949) fez considerações sobre a submissão da mulher e o poderio masculino; a autora, explica as origens do patriarcado e rejeita que a mulher e homem sejam definidos apenas pelo sexo, apresentando uma perspectiva que, posteriormente, é incorporada aos estudos feministas a partir do conceito de gênero.

A construção deste conceito trouxe importantes contribuições ao campo das ciências sociais, permitindo estudarmos as teorias do que vem a ser mulher e homem, duas categorias, que deixam de ser essencialmente fundamentadas pelo determinismo biológico, passando a constituírem-se como construções sociais.

A partir das contribuições trazidas pelos estudos de gênero, foi permitido teorizar sobre as complexas e fluídas relações de poder, que atravessam os modos de ser mulher e homem nas sociedades. O problema em relação à mulher é o fato de historicamente sua posição em “ser mulher” estar associada a uma hierarquia que as submete ao domínio masculino e a um lugar de subalternidade.

A socióloga brasileira e estudiosa da violência de gênero Saffioti (1934-2010) detalhou a ideia de essencialismo social para combater o essencialismo biológico que fez essa desconstrução do sistema sexo/gênero, para designar o gênero como socialmente construído (2009). Nesse contexto, o essencialismo social, apresenta a ideia de que por ser mulher, teria

maior autoridade epistemológica para tratar de questões relativas e aprofundar nas que concernem à mulher.

Ressalta-se assim, que o gênero pode ser construído independentemente do sexo. O consenso, entretanto, termina aí. Há feministas que ainda trabalham com o conceito de sexo/gênero, outras que se apegam às diferenças sexuais para explicar o gênero, resvalando pelo essencialismo biológico, e outras, que acabam por negar ou ignorar o corpo, abraçando o essencialismo social. Não há um modelo feminista, há uma perspectiva feminista que se traduz por diversos modelos. Segundo Saffioti (2001):

Na concepção vitimista não há espaço para ressignificarem as relações de poder. [...] Na concepção flexível aqui exposta não há lugar para qualquer essencialismo, seja biológico ou social. [...] É lógico que o gênero traz em si um destino. Todavia, cada ser humano – homem ou mulher - desfruta de certa liberdade para escolher a trajetória a descrever (SAFFIOTI, 2001, 125).

Desse modo, a construção das identidades supõe uma complexidade de situações humanas relacionadas à importância das trajetórias e das relações vividas pelo sujeito, que traz em sua base o grupo social a que está ligado, ao mesmo tempo em que esse processo de identificação é negado.

A identidade sexo/gênero é um processo performativo de repetição das normas culturais na qual as práticas normativas se materializam.

Se os atributos e atos do gênero, as várias maneiras como o corpo se mostra ou produz sua significação cultural, são performativos, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora [...] as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003, p. 201).

Para Saffioti (2009), em uma perspectiva pós-estruturalista, regada pela teoria feminista, questiona-se a homogeneidade da categoria “mulher”, ao debater as questões da relação binária sexo/gênero, sendo que o gênero está mais ligado às questões culturais, socialmente construídas e não, necessariamente, relacionado ao corpo sexuado.

Scott (1988) corrobora gênero como o conjunto dos sentidos dinâmicos (não biologicamente determinados) construídos nas relações de poder que sustentam as relações entre homens e mulheres. Para a autora, sexo refere-se ao material biológico dos humanos

que os diferenciam entre homens e mulheres em todo e qualquer momento da história; sexo, portanto, é a diferença sexual natural, fato biológico.

De acordo com Scott (1988), a história e os agrupamentos humanos, por meio da cultura e da socialização, organizam de múltiplas maneiras as relações sociais e, assim, o gênero não seria a diferença sexual, mas sim as representações e as relações (de poder) produzidas a partir da constatável diferença sexual e, portanto, passíveis de alteração.

Nesse sentido, não é tarefa fácil sair de uma gaiola e tornar sua identidade visível. É por meio desse estudo, que busco definições teóricas que possam desconstruir o discurso da heteronormatividade.

Para tanto, faz-se necessário buscar articulações entre os movimentos de lésbicas e a sociedade civil organizada para compreender as pautas trazidas pelas mulheres. Como mulher lésbica, estamos em constante processo de construção, não apenas como mulher, nem como mulher lésbica, mas como sujeitas inseridas nos diversos contextos sociais. A construção de nossas diferenças está na orientação sexual, que muitas vezes entra em choque com a identidade mulher.

Como nos diz Swain (1999, p. 119), “Neste mundo instituído por representações, a identidade é uma ficção e a incerteza e o paradoxo são as conquistas maiores de nosso tempo para desmascarar as verdades de todos os tempos”. Cada indivíduo não é uma identidade, mas um conjunto de várias identidades sociais – somos várias! Posso ter uma identidade feminina e ser lésbica.

1.4 Eu Lésbica e Outras Lésbicas – identidade e reconhecimento – um campo de pesquisa e reflexão

Exatamente por não ter participado durante toda a minha trajetória de nenhum movimento, grupo, trabalho, militância sobre mulheres, feministas e lesbianidades, fiz o esforço de escrever sobre esse “sair da gaiola” fundamentada em conceitos e argumentos que poderiam relativizar a minha angústia em me colocar como uma mulher “lésbica”.

O processo de escrita não é tarefa fácil, como não o é o de reflexão, pautado na afirmação de uma identidade e de reconhecimento, nessa jornada na qual eu me apresento. Destaco a trajetória de mulheres lésbicas e suas lutas por direitos e reconhecimento em uma sociedade construída pelo patriarcado, heteronormatividade, religiosa e por tantos fatores que “desconstroem” identidades ainda em processo de formação.

Após tantas caminhadas em graduações, formação continuada, encontrei no curso de Bacharelado em Ciências Sociais - Políticas Públicas, na disciplina de Antropologia, a confiança para esse estudo. Compreender as teorias feministas foi essencial para argumentar sobre os direitos adquiridos até o momento e impulsionar o meu desejo em sair de uma gaiola, não como mulher, mas como uma mulher lésbica e disposta a argumentar sobre esse universo de reconhecimento.

O campo que me vi inserida, propiciava caminhar por outros estudos interdisciplinares e ir em busca de pesquisas que jamais pensei ser possível dentro da academia, como por exemplo, o estudo de Gênero & Sexualidade, em específico, lesbianidades. Nesta caminhada, um fato curioso, foi me deparar com a escassez de estudo dentro da universidade sobre mulheres lésbicas, isso me instigava a enveredar por esse caminho. Por todas as plataformas de pesquisas, trabalhos sobre a homossexualidade masculina se sobressaem em quantidades superiores se comparados ao número de pesquisas sobre lésbicas.

Sempre ouço dizer que casais de mulheres são mais aceitáveis que os homens. Mas depois de me debruçar nessa pesquisa, questiono se a falta de interesse por estudos acerca das lesbianidades já não escondem a indiferença e os preconceitos relativos à sexualidade entre mulheres? Uma outra questão que pode estar implícita neste universo de “aceitação” não poderia ser o próprio fetiche que recai sobre o desejo sexual entre duas mulheres?

Sair de uma gaiola significa para a sociedade machista, sexista e misógina, não contemplar a família tradicionalmente constituída pelos princípios cristãos e rejeitar a maternidade como sentido de vida para as mulheres. Tratar a questão da lesbianidade é algo que vêm sendo construída aos poucos, não apenas mais nos movimentos sociais, mas na academia, nos setores públicos e privados, e deparar-se, com a necessidade urgente de reparação, nas políticas públicas.

A homossexualidade no século XIX foi categorizada como uma doença. Posteriormente, a psicologia, no início do século XX, interpretou como um desvio de conduta no desenvolvimento da sexualidade. Há pouco tempo, as mulheres lésbicas tem tornado sua identidade visível na busca de direitos e rupturas desses paradigmas ainda presentes.

Discorrer sobre as mulheres lésbicas, legitima o meu espaço de fala e o que eu desejo ao construir essa pesquisa, é viabilizar mais um trabalho que torne visível a história e dessas mulheres na literatura, na política, e em suas práticas sociais. Ser M(Eu) mulher lésbica torna

o meu lugar de fala mais politizado, me possibilita argumentar, rompendo todos os paradigmas do senso comum constituído ao longo da história.

Proponho destacar aqui o universo de luta por políticas públicas e reconhecimento das mulheres lésbicas – contemplando esses guetos que legitimam a sua identidade e reconhecimento: mulheres lésbicas brancas, mulheres lésbicas negras, mulheres trans brancas ou negras lésbicas, mulheres da elite lésbicas, mulheres da periferia lésbicas, ou seja, toda a categoria social, racial, etnias pautada na orientação sexual – ser mulher lésbica!

Por isso, continuo a apresentar teoricamente e refletir o que essas lutas representaram e representam para a comunidade de mulheres lésbicas na qual faço parte e que agora caminho junto para exigir do poder público políticas públicas que assegurem a nossa existência.

1.4.1 Lésbicas em ação – uma caminhada de luta e opressão entre os movimentos gays e feministas

Pensando a trajetória das mulheres lésbicas, destaco que o final da década de 1970 e início da década 1980, foi um período marcado por uma efervescência de movimentos sociais, acompanhado pela intensificação dos protestos exigindo o retorno ao regime democrático e a anistia política. Esse movimento acabou se tornando um marco de vitória fundamental para a história do movimento de lésbicas.

Tem-se uma forte presença e inserção, ainda que tímida, de mulheres lésbicas em movimentos gays e feministas. As mulheres lésbicas ainda se encontravam divididas no sentido da organização, se inserindo em espaços diferenciados e de forma muitas vezes isolada.

As lésbicas iniciam suas lutas em espaços de legitimação junto aos gays e às feministas. Assim foi necessário entender que a heteronormatividade como uma ideologia construída e imposta a toda a sociedade humana, oprime todas e todos aquelas/es desviantes à norma. Para tanto, de forma autônoma, é necessário figurar como sujeitos políticos, habilitando-se na busca por seus direitos.

No Brasil as mulheres lésbicas decidiram atuar como um grupo dentro do *SOMOS*⁹, o Lésbico-Feminino (LF) em 1979, e como subgrupo (1980) com posicionamento político

⁹ O *SOMOS*: Grupo de Afirmação Homossexual, mais conhecido como apenas *SOMOS*, foi um grupo em defesa dos direitos LGBT, fundado em 1978, considerado o primeiro grupo brasileiro em defesa desses direitos.

independente frente à centralização do poder masculino – A participação das mulheres deu destaque a discussão sobre o machismo e o feminismo no *SOMOS*, com temas específicos, onde todos podiam discutir e ter um grupo de acolhimento e afirmação da identidade para lésbicas – O objetivo desse subgrupo *LF* foi unir-se, posteriormente, ao movimento feminista, separando-se do *SOMOS*¹⁰. “Os estudos feministas inovam, então, na maneira como trabalham com as multiplicidades temporais, descartando a ideia de linha evolutiva inerente aos processos históricos” (RAGO, 2012, p. 38).

O *LF* primeiramente integra em 1980 a coordenação do *II Congresso da Mulher Paulista*. A primeira e organizada aparição do grupo lésbico-feminista em público foi um escândalo, mesmo para as feministas, pois as lésbicas defendiam que as mulheres lutassem pelo direito ao prazer e à sua sexualidade; que rompessem com o círculo de opressão e subordinação masculina que não aceitava o desejo da mulher e que tomassem conhecimento de que heterossexualidade era imposta a todas as mulheres como a única sexualidade considerada “normal” (FERNANDES, 2018).

Em abril de 1980, em São Paulo, aconteceu o Encontro Brasileiro de Homossexuais (I EBHO), com 200 participantes de diferentes estados, com um número maior de gays. O *LF* trouxe discussões sobre as lésbicas, o machismo e o feminismo. O *I EBHO* foi burocrático e cheio de discordâncias causando tensão nas relações dentro do movimento homossexual que se torna cada vez mais diverso.

A polícia então intervém com repressão e autoritarismo frente às mulheres lésbicas. Com isso, os grupos de homossexuais organizados como o Movimento Negro Unificado (MNU) e os grupos de feministas divulgam uma carta aberta à população repudiando a violência praticada pela polícia, resultando assim, em um ato público, que aconteceu no dia 13 de junho de 1980 em frente o Teatro Municipal. Nesse sentido, quando o ato saiu em caminhada pelo Centro de São Paulo, as lésbicas carregavam duas faixas com os seguintes dizeres: *Pelo Prazer Lésbico* e *Contra a Violência Policial*. Esse evento político se configurou como a primeira passeata LGBT da cidade de São Paulo em 1980.

Mas a violência continuava. O mesmo aparato policial fez uma operação de prisão de lésbicas que, indiscriminadamente, foram levadas dos guetos sob a “acusação” de serem

¹⁰ As experiências das mulheres lésbicas, nos movimentos gays, trouxe a tona atitudes machistas e discriminatórias dos companheiros de militância, pois elas sabiam que suas especificidades como mulheres – e não apenas como homossexuais femininas – geravam dupla discriminação, gerando uma crise interna no movimento.

“sapatão”. Assim, segue sucessivos acontecimentos de repressão, mas o que marca nessa trajetória e que deve ser lembrada é a força e a resistência. (FERNANDES, 2018).

O *LF* não teve vida longa, e suas ativistas remanescentes fundam, em outubro de 1981, o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (*GALF*). O *GALF* em 1981 segue a frente das coordenações organizadoras do *III Congresso da Mulher Paulista*.

O autoritarismo só gerou resistência. As lésbicas promoveram a invasão do *Ferro's Bar*, em um episódio que ficou conhecido como o pequeno *Stonewall*¹¹ brasileiro (1983). A invasão do *Ferro's* foi um ato político organizado pelo *GALF* e coordenado por Rosely Roth¹² (1959 – 1990), que articulou a ação com a grande imprensa, gays, lésbicas, feministas, defensores de direitos humanos e com políticos. Esse movimento causou um grande tumulto, com visibilidade na mídia e presença, é claro, da polícia. O dono do *Ferro's* voltou atrás, liberando a venda do *Chanacomchana*¹³ (FERNANDES, 2018). De acordo com esse informativo (CHANACOMCHANA, n° 2, 1982, p. 5) “a heterossexualidade enquanto instituição é um instrumento de opressão das pessoas, e em especial das mulheres, cuja finalidade é manter intactas as estruturas repressivas do sistema patriarcal”.

O número um do primeiro boletim das lésbicas no Brasil havia sido lançado pelo *GALF* em 1981 e circulou até 1987, o que gerou um clima tenso de expulsões e proibições de permanência em determinados espaços.

Marisa Fernandes (2018) pontua que no ano de 1985 aconteceu o *III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe*, em São Paulo. Pela primeira vez, no movimento feminista brasileiro, colocou-se no temário oficial do encontro o tema da lesbianidade. No entanto, foi nesse mesmo encontro que houve uma reunião só de lésbicas na qual Rosely Roth afirmou que o *GALF* se retirava do movimento feminista, por falta de apoio efetivo para as lésbicas.

Nessa reunião, elas foram hostilizadas e chamadas de histéricas. Apenas alguns gays do SOMOS, mais abertos às questões das lésbicas, as apoiaram. Essa primeira fase da luta do

¹¹ A Rebelião de *Stonewall* foi uma série de manifestações violentas e espontâneas de membros da comunidade LGBT contra uma invasão da polícia de Nova York que aconteceu nas primeiras horas da manhã de 28 de junho de 1969, no bar *Stonewall Inn*, localizado no bairro de Greenwich Village, em Manhattan, em Nova York, nos Estados Unidos. Esses motins são amplamente considerados como o evento mais importante que levou ao movimento moderno de libertação gay e à luta pelos direitos LGBT no país.

¹² Rosely Roth foi uma militante lésbica pioneira na "política da visibilidade" no Brasil. Escreveu, tanto pra academia, quanto para o público lésbico geral sobre vivências lésbicas, organizou debates, congressos e manifestações sobre o assunto. Tudo isso na década de 80.

¹³ Chanacomchana foi um boletim lésbico-feminista, destaque entre os anos de 1981 e 1987. Surgiu no contexto da redemocratização do país, em que houve uma maior consolidação dos movimentos sociais, acompanhada pela intensificação dos protestos exigindo o retorno ao regime democrático e a anistia política.

GALF não foi nada fácil, pois se depararam com empecilhos que não haviam imaginado. O *GALF* era bastante plural e tinha desde empregada doméstica a programadora de softwares, mulheres que não vinham da academia, mas dos “armários” e dos “guetos”. O ponto comum entre elas era o lesbianismo (FERNANDES, 2018).

O movimento de lésbicas feministas no Brasil já existia há quase duas décadas e suas pautas não encontravam apoio real junto aos movimentos feminista ou nos movimentos gays. Esses movimentos não tratavam especificamente das particularidades das questões de gênero. Para elas, então, era urgente a criação de um espaço próprio, autônomo, de abrangência nacional, para repensar a si mesmas enquanto individualidades, sem perder de vista a interseccionalidade¹⁴.

Assim, o *GALF* deixou de existir no ano de 1989. O primeiro grupo de lésbicas no Brasil teve duração de 10 anos, com ações ininterruptas nesse período. É evidente que a história das mulheres lésbicas é marcada por uma luta social dentro dos próprios movimentos de lutas que poderiam ser unificados. Desde o início, não foi fácil para as lésbicas, pois sua luta começa na participação junto ao movimento feminista, em que a exclusão foi praticada por várias integrantes que não compreendiam o lugar das mulheres lésbicas.

Em meados de 1990, o movimento de lésbicas oriundo do extinto *GALF* começa a criar táticas de atuação visando fortalecer e unir sua prática, ampliando sua atuação e se inserindo em fóruns, redes e articulações, para ganhar maior visibilidade na garantia das políticas públicas para atender os movimentos pela livre orientação sexual em todo o Brasil, pois acreditava na necessidade de manifestação para reconhecimento da existência lésbica, gay, travesti, bissexual e outras expressões de identidades sexuais (FERNANDES, 2018).

Na busca por visibilidade e respeito dentro do movimento LGBT, as lésbicas reivindicaram de paridade as cotas de participação em eventos nacionais do movimento LGBT. Apesar de aprovada a paridade no *VII EBHO/1993* e depois cotas mínimas para

¹⁴ O uso desse termo, pela primeira vez, para designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe, num texto da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (1989). Embora o uso do termo a ponto de se tornar *hit concept*, como denomina Elsa Dorlin (2012), e o franco sucesso alcançado por ele datem da segunda metade dos anos 2000, pode-se dizer que sua origem remonta ao movimento do final dos anos de 1970 conhecido como Black Feminism (cf. Combahee River Collective, 2008; Davis, 1981; Collins, 1990; Dorlin, 2007), cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo. Interseccionalidade é pensada como uma categoria teórica que focaliza múltiplos sistemas de opressão, em particular, articulando raça, gênero e classe. De acordo com (BILGE, 2009, p. 70). “Ela remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual”.

lésbicas, tais reivindicações nunca foram concretizadas, o que demonstra a manutenção de posturas de poder machista e patriarcal (FERNANDES, 2018).

O primeiro documento oficial que trata da questão da orientação sexual em âmbito nacional é intitulado: *Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade*, elaborada em 1994, seguida dos *Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs*, que se efetivou a partir de 1997 (FERNANDES, 2018).

Só assim seria possível aperfeiçoar os posicionamentos políticos e as estratégias de combate ao patriarcado, à heterossexualidade compulsória, ao racismo, à lesbofobia de modo a elaborar um corpo político específico.

E é nesse percurso que surge o Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), o fórum mais importante de junção política e de deliberação do movimento de lésbicas e bissexuais. Em agosto de 1996, aconteceu o *I SENALE/RJ*, com a participação de 100 lésbicas. Dentre as deliberações, o dia 29 de agosto, início do *I SENALE*, passou a ser o *Dia Nacional da Visibilidade Lésbica* (CARNIEL, 2019). E de acordo com Mesquita (2006):

A organização e a formação teórico-política das lésbicas em seminários, encontros, oficinas locais e em espaços como os SENALEs têm contribuído, sem dúvida, para seu reconhecimento como sujeito político. Assim, é imprescindível destacar os SENALEs como marcos da politização, fortalecimento e organização do movimento de mulheres lésbicas no Brasil, e uma estratégia fundamental, inclusive, para a conquista de aliados(as) à defesa dos seus direitos humanos.(...) (MESQUITA, 2006, p.11).

E nasce em 2000, como uma grande mobilização que reuniu mulheres de diversas partes do mundo na campanha, *2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista*. Esta ação marcou a retomada de mobilizações de mulheres nas ruas, imprimindo uma crítica contundente ao sistema capitalista patriarcal.

A partir deste ano a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) se constituiu enquanto um movimento feminista autônomo, popular e diverso organizado internacionalmente. Na *I Conferência Nacional LGBT/2008*, as delegações da sociedade civil, obrigatoriamente, foram compostas de 50% de pessoas com identidade de gênero feminina (lésbicas, mulheres bissexuais, travestis e mulheres transexuais) e 50% de homens (FERNANDES, 2018).

A Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) apresentou uma proposta mais justa, segundo a qual as delegações fossem formadas por 20% de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, respectivamente. O Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas

(Candace-BR) criticou o fato de não haver cotas para a comunidade LGBT negra. Mas os pedidos dessas duas redes nacionais de lésbicas não foram atendidos.

A visibilidade política das lésbicas também não foi alcançada nas Paradas do Orgulho LGBT de São Paulo que, até 2003, denominava-se Parada do Orgulho Gay. Desde 1997 se pedia a alteração do nome que invisibilizava os segmentos de lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais. Para produzir visibilidade social e política às lésbicas, protestar por seus direitos específicos, demarcar suas pautas e celebrar, surge em 2003 a *I Caminhada de Lésbicas e Simpatizantes*, espaço criado por mulheres, que acontece no sábado que antecede a Parada LGBT. O nome da Caminhada foi alterado em 2013 para *Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais* e, neste ano de 2019, foi realizada sua *XVII edição* (CARNIEL, 2019).

Os discursos de tolerância e não discriminação, muitas vezes, não consegue eliminar os episódios de violência, as situações de perseguição e incompreensão. Essa realidade faz com que muitos ainda sintam que sua condição só possa ser vivida no espaço da privacidade e da intimidade, ou por não dizer: “dentro da gaiola”, fechando em si mesmo para minimizar a violência sofrida socialmente. Para Bandeira (2008):

O corolário da visibilidade do privado ganha destaque para a prática científica, centrada na crítica ao patriarcado: a divisão sexual do trabalho, as relações entre os sexos/gênero, as relações de classes, as categorias associadas à apropriação individual e coletiva das mulheres e em particular as manifestações de controle social (violência conjugal, incesto, estupro, mutilações sexuais, prostituição, pornografia) constituem-se prioritários como temáticas e propostas de pesquisa (BANDEIRA, 2008, p. 224).

Assim, a Lei nº 11.340/2006, Maria da Penha, traz uma visibilidade aos casos de violência doméstica contra a mulher, dando a elas uma proteção de urgência como um dos marcos da conquista do movimento feminista no Brasil, já que o movimento faz as discussões para o âmbito público envolvendo o patriarcado, o machismo, a opressão, a violência de gênero, entre outras.

O compromisso ético com a pluralidade sexual e com os direitos não pode ficar só na retórica, mesmo sabendo-se que historicamente o diálogo entre feministas e lésbicas tem sido polarizado e não isento de tensões (BORGES, 2004).

Foi no ano de 2006 que as lésbicas negras organizaram o *I Seminário Nacional de Lésbicas Negras: Afirmando Identidades*, que aconteceu em São Paulo. O resultado propiciou à população LGBT negra, de forma crescente e efetiva, a incorporação da orientação sexual e identidade de gênero nas agendas governamentais e não governamentais, das atividades

antirracismo. O *II Seminário Nacional de Lésbicas Negras e Bissexuais: Afirmando Identidades para a Saúde Integral*, aconteceu em 2015, em Curitiba. Em 2018 aconteceu o *III Senale Negras*, na Paraíba (FERNANDES, 2018).

Ressalta-se aqui, que a luta das mulheres lésbicas também se articula a movimentos de mulheres feministas, que trazem bandeiras coletivas como a luta contra o machismo, patriarcado, capitalismo, racismo e lesbofobia.

Os SENALE continuam acontecendo e são realizados em diferentes estados e regiões do país. No *VIII SENALE/RS*, o nome foi alterado para Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (SENALESBI), garantindo a visibilidade das mulheres bissexuais. O *X SENALESBI* aconteceu em 2018, na Bahia (CARNIEL, 2019).

Outro documento que vale destacar nessa trajetória é o Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017 que faz parte do Grupo de Pesquisa Lesbocídio – As histórias que ninguém conta, sendo uma iniciativa do Núcleo de Inclusão Social – NIS e do Nós: dissidências feministas criado em 2008.

É um projeto vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e surgiu a partir da constatação da necessidade de investigar as especificidades dos assassinatos de lésbicas no Brasil e da criação de um banco de dados na busca pela visibilização da memória lésbica, buscando assim criar mecanismos de democratização do conhecimento e da cidadania.

Esse dossiê é dedicado às lésbicas que são vítimas da violência lesbocida no Brasil e no mundo, ampliando a reflexão sobre situações de vulnerabilidade, discriminação e exclusão social.

A violência contra as mulheres no Brasil recebeu especial atenção por parte dos poderes públicos, nos últimos anos, graças à incansável luta das mulheres feministas, da sociedade civil e de organizações nacionais e internacionais comprometidas com a implementação de direitos humanos ou direitos básicos universais e no combate ao machismo, à misoginia, ao racismo, ao classismo e a todas as formas de discriminação (PERES et. al, 2018, p. 16).

Para tanto, esse dossiê defende a utilização dos termos feminicídio e lesbocídio como formas estratégicas de enfrentamento às violências que são praticadas contra as mulheres e contra as lésbicas.

Podemos afirmar que o sexo feminino é inferiorizado de diversas formas na sociedade brasileira, em função de disparidades no campo do trabalho, da cultura e da religiosidade, da expressão artística e científica, no âmbito familiar e doméstico,

nas representações políticas, no campo da saúde, da segurança, da sexualidade e da orientação sexual e da identidade de gênero, só para citar alguns principais. (PERES et. al, 2018, p. 16).

São ações que demonstram a inabilidade de alguns segmentos da população de aceitarem as lésbicas e as respeitarem como pessoas em igualdade de direitos e deveres constitucionais.

O termo lesbocídio, dentre outras motivações, é proposto por este Dossiê como forma de advertir contra a negligência e o preconceito da sociedade brasileira para com a condição lésbica, em seus diversos âmbitos, e as consequências, muitas irremediáveis, advindas do preconceito em especial a morte das lésbicas por motivações de preconceito contra elas, ou seja, a lesbofobia. Assim, definimos lesbocídio como morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica (PERES et. al, 2018, p. 19).

O lesbocídio, diferente do feminicídio, não é um ato que possui tão recorrentemente características domésticas e familiares. São hegemonicamente tentativas de extermínio, catalogadas como crimes de ódio e motivadas por preconceito.

Muitas vezes o lesbocídio é praticado por homens que sentem imensa frustração por suas ex-parceiras terem terminado com eles para começaram relacionamentos com lésbicas, por exemplo. A virilidade ainda é um conceito muito presente na subjetividade masculina e a maculação da potência masculina decorrente da constatação de que duas mulheres podem ser felizes afetivo e sexualmente sem a presença de homens e, mais especificamente, sem a presença do ex-marido/namorado/companheiro muitas vezes é interpretada por estes de forma tão preconceituosa que lhes parece plausível puni-las com a morte (PERES et. al, 2018, p. 20).

No dossiê, por meio da pesquisa é elucidado o ódio às lésbicas por parte integrante do patriarcado uma vez que elas são consideradas mulheres que não se submetem às normas heterossexuais que recorrentemente possibilitam a dominação masculina sobre as mulheres heterossexuais.

Esse documento evidencia que ser lésbica é compreender que não existem espaços feitos para você e que sua existência nunca será validada pelo entorno social. Ao contrário, existirá sempre a necessidade de provar-se útil, íntegra e capaz, apesar da sua condição lésbica, pois há uma falsa crença de que a homossexualidade é uma expressão de uma perversão de caráter, um desvio existencial que se expressa por meio da sexualidade fora do padrão.

O projeto de pesquisa Lesbocídio – as histórias que ninguém conta continua em atividade e podem ser acessado para compreender a importância da pesquisa e o quanto ainda é necessário avançar para o reconhecimento dos direitos de ser lésbica.

É importante destacar que a participação das mulheres nos movimentos sociais, na busca dos direitos demarcaram as grandes conquistas para implementação de políticas públicas como apresentado em seguida.

1.5 Chega! Não há silêncio. Cadê as políticas públicas para mulheres?

A ruptura com o silêncio e a clandestinidade, o encontro de mulheres com experiências similares foram vitais para a releitura da experiência lésbica, o que possibilitou que pudessem se sobrepor às ideias fabricadas em teorias, e que tivessem uma legitimidade própria (BORGES, 2004).

O que é importante nessa trajetória é o reconhecimento recíproco entre mulheres, pois a invisibilidade lésbica é uma estrutura ideológica tão intensa que faz com que as próprias vítimas não tenham conhecimento de seus direitos, tornando-as, sujeitas destituídas de direitos, que são obrigadas, devido ao receio de serem violentadas, a expressarem seus afetos e sexualidades nos âmbitos privados de suas casas, no qual muitas vezes também sofrerão opressões e violências por parte de suas famílias.

As mulheres lésbicas são invisibilizadas de maneira a anular suas existências. O fato de não conseguirem sair da “gaiola”, em defesa de si mesmas, resultam nas necessidades da obtenção de empoderamentos para ocuparem espaços públicos e políticos de tomadas de decisões e marcharem no combate às opressões e lutando pela extinção de um sistema opressor, de desigualdades, discriminações que ocasionam em violências contra as mulheres e contra a sociedade em si.

Se por um lado o pensamento feminista contemporâneo formulou suas primeiras críticas reagindo à permanência da ordem patriarcal, no qual as mulheres foram reduzidas à invisibilidade e ao silêncio, por outro, dispôs-se a enfrentar abertamente o conflito com o sistema de pensamento predominante, questionando se a ciência e a teoria têm um sexo (BANDEIRA, 2008, p. 220).

Nesse sentido, entende-se que a mulher lésbica sofre por vários preconceitos e que os próprios movimentos sociais não as reconhecem. Daí a necessidade de formação de coletivas de lésbicas que, de forma autônoma, foram às ruas nas *Caminhadas Lésbicas* de São Paulo, e outras formas de ativismo pelo país com apelo cultural, capazes de atingirem distintos

públicos, pois entende-se que liberdade não é privilégio, mas um direito. (FERNANDES, 2018).

Esses acontecimentos evidenciam as questões que foram historicamente debatidas e conquistadas ao longo dos anos na trajetória das mulheres lésbicas no compasso da busca pelos direitos ao mesmo tempo em que vivenciam diversas resistências, exclusão e discriminação, causando o descompasso na sua participação dos movimentos sociais.

Sendo assim, o movimento precisa transpor a invisibilidade lésbica para conscientizar as mulheres e, ainda existem muito desafios, tanto no reconhecimento dos diversos grupos sociais que compõem o ambiente acadêmico, quanto na produção de pesquisas voltadas para temas relacionados à visibilidade lésbica.

Para tanto, a interseccionalidade – categoria cunhada pelas feministas negras, em especial Kimberlé Crenshaw - visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado, pois ela intersecta a invisibilidade e hierarquização das grandes diferenciações sociais das questões de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual, sem perder de vista suas especificidades.

Foi com as críticas das mulheres negras ao feminismo universal que se instaura essa importante metodologia de análise social, que requer a necessidade de interseccionar eixos e categorias sociais e de análise a fim de melhor compreender e combater diferentes formas de opressão sofridas.

Como destaque, temos a brasileira Lélia Gonzalez afirmando que a interseccionalidade é outro importante aporte proveniente dos estudos de gênero, mais especialmente no campo do feminismo plural, propiciando a quebra com o universalismo já no interior do próprio movimento feminista, da distinção radical entre sujeito e objeto, tratando-os sempre como objeto. “Até mesmo como objeto de saber. É por aí que a gente compreende a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo. Ou seja, insistem em esquecê-las” (GONZALEZ, 1983, p. 232).

Portanto, a diversidade está implícita em todos os campos de estudos, em todas as pessoas, marcada não somente pelo gênero, mas pela raça, classe, orientação sexual imbuídos em um contexto político, social, econômico, religioso, dentre outros. Dentro do próprio feminismo explicita essa diversidade, como também as desigualdades entre as próprias mulheres.

Eu acredito que todo esse pensar, diversidade, diferenças, contribuíram e continua contribuindo para que essa escrita seja realizada. É nesse contexto, que busco assegurar através da produção de conhecimento, uma história que passa do senso comum para um senso crítico através da percepção advinda de vários estudos já realizados sobre a temática de gênero e sexualidade.

A partir de minha inquietação em compreender a lesbianidade a partir dos estudos feministas e de gênero, e me posicionar enquanto tal diante de uma sociedade lesbofóbica e heteronormativa analiso o processo de luta dessas mulheres para a conquista de três PNPM (2005, 2008 e 2013-2015).

E a partir do meu lugar de fala e que desenvolvo esta pesquisa para não apenas me apresentar como mulher lésbica, mas abrir caminhos para novas pesquisas no campo de estudos de gênero e sexualidade, nas ciências sociais e na antropologia.

A minha pesquisa foi bibliográfica e documental, sendo qualitativa, realizada a partir dos estudos feministas, em específico das ondas feministas no Brasil, dos estudos sobre identidades e da teoria Queer, para a compreensão de escrever sobre as mulheres lésbicas, enquanto existência como ser político, e, portanto, inserido nas políticas públicas.

Para a construção desta pesquisa, tenho alguns questionamentos que se desdobram a partir da questão central: existe alguma especificidade na forma de discriminar lésbicas devido à sua condição de mulher? Se há, de que forma ocorre? As identidades “mulher” e “lésbica” podem conviver sem maiores conflitos? Estas são algumas questões que motivaram e orientaram este trabalho.

E é nessa direção que o capítulo a seguir centra nos PNPM em suas três edições (2005, 2008 e 2013-2015), fazendo a comparação dos aspectos que contemplam efetivamente as mulheres lesbianas/feministas em suas especificidades, pois mesmo o benefício das políticas públicas para as mulheres sendo inquestionável, não se alcançou o status pelo qual as mulheres lutam desde o início no sentido de considerar a interseccionalidade.

Pelo campo das Ciências Sociais, no olhar antropológico, com base no que interessa às políticas públicas, apresentarei uma análise dos PNPM nos anos 2005, 2008 e 2013-2015, a fim de contribuir com novas discussões que possam ser de fato relevantes para a formulação e implementação de políticas públicas não apenas para as “mulheres”, mas para todas as lésbicas, heteros, trans, negras, indígenas, com deficiência e geracionais.

Essa temática é relevante aos meus estudos por todos os fatores que merecem atenção não apenas ao universo político e dos movimentos sociais, mas dentro da academia,

espaço importantíssimo para discutir sobre intolerância, lesbofobia, machismo, transfobia e tantas pautas que necessitam de visibilidade e que são fundamentais em todos os campos de estudos.

Se o campo de gênero e sexualidade está inserido na interdisciplinaridade onde estão esses estudos, pesquisas, disciplinas dentro de outros cursos nas universidades? Esse estudo não vem apenas possibilitar que eu me coloque como mulher, branca, feminista e lésbica. Mas vem tornar parte de uma pesquisa que além de teórica seja consistente nas próprias práticas dentro da academia.

É uma forma de expor a urgência em pesquisar, estudar, escrever e produzir sobre assuntos que se encontram em todos os lugares. E como estudante das Ciências Sociais – bacharelado em Políticas Públicas faz necessário debater e apresentar que políticas públicas para mulheres, para todas as mulheres, e no meu estudo específico, mulheres lésbicas, é reivindicação há anos.

CAPÍTULO II – DESCORTINANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES LÉSBICAS NOS PNPM (2005/2008/2013–2015)

“Acolhê-las é imperativo ético, assim como construir um mundo de paz, tolerância e justiça. O Brasil abre seus braços a todas.” (Dilma Rousseff, 2015)¹⁵.

2.1 Da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM (2003) ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH (2019): diálogos (IN)“A”cessíveis¹⁶

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/ PR) foi criada em 1º de janeiro de 2003, com status de ministério e inaugurou um novo momento da história do Brasil no que se refere à formulação, coordenação e articulação de políticas que promovam a igualdade entre mulheres e homens (BRASIL, 2005, p. 05).

Em 2003 no governo de Luís Inácio Lula da Silva foi criada a Secretária de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República com status de ministério e comandada em seu primeiro ano (2003) por Emília Fernandes¹⁷.

Posteriormente – um ano depois – assume o cargo de ministra da pasta (2004 – 2011) Nilcéia Freire¹⁸. Freire foi responsável na gestão das conferências e publicação do *I PNPM 2005* e *II PNPM 2008* que é objeto-documento de estudo de análise neste capítulo. Sob seu comando temos outras relevantes políticas públicas implementadas como os programas *Brasil sem homofobia* (2004), *Pró-Equidade de Gênero e Raça* (2005) e *Gênero e Diversidade na Escola* (2006) desenvolvido em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) comandada (2003 – 2008) pela ministra Matilde Ribeiro¹⁹. Freire também esteve a frente da Lei n.º 11.340/2006 – *Lei Maria da Penha* (2006) e a formulação e execução do *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher* (2007).

¹⁵ Final do discurso da presidenta Dilma Rousseff em 27 set. 2015 durante o encontro, na sede da ONU, em Nova York, nos EUA, a presidenta chamou a atenção para a situação de mulheres que vivem em zonas de conflito ou que cruzam mares e fronteiras em busca de refúgio – por Paula Laboissière da Agência Brasil publicado em 27 set. 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.abc.com.br/geral/noticia/2015-09/dilma-pede-que-mulheres-nao-sejam- apenas-destinatarias-de-politicas-publicas>. Acesso em 02 dez. 2019.

¹⁶ Pesquisa investigada a partir do site do MMFDH/SNPM.

¹⁷ Professora-sindicalista e política.

¹⁸ Professora acadêmica e pesquisadora.

¹⁹ Assistente social e ativista política.

Após a saída de Freire, com a eleição de Dilma Rousseff no governo, assume a pasta no primeiro ano (2011 – 2012) Iriny Lopes²⁰.

Sua sucessora, Eleonora Menicucci²¹, preside a pasta no período de 2012 a 2015. Menicucci foi responsável na gestão das conferências e publicação do *III PNPM 2013–2015* que é objeto-documento de estudo e análise neste capítulo. Neste ano temos duas importantes leis sancionadas na esfera federal a Lei 13.104/2015 – *Lei do Feminicídio* (2015) e a Lei Complementar 150/2015 – *Lei da Doméstica* (2015).

No final de 2015, ano na qual, com a reforma ministerial proposta pelo governo Dilma, funde as secretárias com status de ministérios: SPM, SEPPIR e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) – dando origem ao Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (MMIRDH) comandada por Nilma Lino Gomes²² até 2016, ano em que foi extinto a pasta, com o processo de “impeachment” – golpe – da presidenta Dilma.

Com a posse do “novo” governo Temer (2016 – 2018) foi extinta o MMIRDH, com as atribuições da pasta transferidas para o Ministério da Justiça (MJ) comandado pelo ministro Alexandre de Moraes²³ (2016 – 2017), anteriormente nominado Ministério da Justiça e Cidadania (MJC).

Um ano depois, Temer alterou novamente a estrutura do primeiro escalão do governo, transferindo-a – agora – Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM) do MJ para a Secretaria de Governo (SG) ministério comandado por Antônio Imbassahy²⁴ (2017 – 2018).

No ano seguinte, no final do governo Temer, A – agora – Secretária Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (SNPPM) passou a ser vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos (MDH) pasta comandado por Gustavo Rocha²⁵.

No comando da secretaria da pasta no governo Temer tivemos Fátima Pelaes²⁶ (SEPM: 2016 – 2017) e do MDB Mulher/SC Andreza Colatto (SNPPM: 2018).

²⁰ Enquanto deputada federal eleita no Espírito Santo (2003 – 2015) Lopes foi relatora na Comissão de Constituição de Justiça da Câmara (CCJ) da Lei N.º 11.340/2006 Maria da Penha; e autora do projeto transformado em Lei N.º 11.489/2007 – Laço Branco que estabelece 6 de dezembro como o Dia de Mobilização dos Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres.

²¹ Socióloga.

²² Pedagoga. Tornou-se a primeira mulher negra a assumir o cargo de reitora de uma universidade pública – a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) 2013 – 2015.

²³ Jurista, magistrado e político.

²⁴ Engenheiro e político.

²⁵ Jurista, advogado e professor universitário.

²⁶ Socióloga e política.

A – atualmente – Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM) secretariado por Cristiane Britto²⁷ (anteriormente por Tia Eron²⁸) é um órgão vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) comando pela ministra Damares Alves²⁹ desde a posse do então presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 –) em sua nova estrutura de governo.

Para concluir, vale destacar que, durante todo o mandato do governo petista (2003 – 2016) a pasta ministerial de políticas públicas para mulheres – com status de ministério – teve em seu comando mulheres à frente, isso evidencia os avanços em políticas públicas, programas, número de conferências, ações, movimentos e leis realizadas/implementadas durante o governo PT.

Em contrapartida – no governo Temer (2016 – 2018) – o status de ministério foi extinto, tendo a subpasta sendo gerida por uma mulher, porém, agora no comando de um homem a frente do ministério “maior”, isso evidencia a ênfase do sistema patriarcal tão presente em nossa cultura sexista.

Na nova gestão Bolsonaro (2019 –) a subpasta continua sendo gerida por um mulher e no comando ministerial temos também a figura de uma mulher, porém, com uma ênfase conservadora, por empregar conceitos e preceitos religiosos em sua concepção de gestão do Estado, em especial as políticas públicas – se opondo ao Estado laico que prega a CF 1988 – Na qual, o governo, nas palavras do presidente “estar de acordo com a maioria da população³⁰”.

Com isso podemos evidenciar os respectivos retrocessos desde o “impeachment” – golpe (2016) – da presidenta Dilma. Daí a necessidade de resistência e enfrentamento – por políticas públicas – da frente de movimentos de mulheres e ações das comunidades de feministas, dos movimentos de negras, quilombolas, dos LGBT, etc., todos os movimentos que incorporam em sua identidade – o ser mulher.

²⁷ Advogada.

²⁸ Professora e evangélica.

²⁹ Pastora.

³⁰ Fala do presidente Bolsonaro comentando a nomeação do novo presidente da Fundação Palmares, indicado pelo secretário Roberto Alvim. Sérgio Nascimento Camargo no ato de sua nomeação como presidente da fundação afirmou que o racismo no Brasil não existe, além de defender outras pautas polêmicas, como o fim do movimento negro – por Guilherme Mazui – publicado em 29 nov. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/29/cultura-tem-que-estar-de-acordo-com-a-maioria-da-populacao-diz-bolsonaro-sobre-chefe-da-fundacao-palmares-que-pediu-fim-do-movimento-negro.ghtml>>.

Acesso em 02 dez. 2019.

2.2 A Importância das Políticas Públicas para as Mulheres Lésbicas nos PNPM (2005/2008/2013 – 2015)

Para dar início as discussões que envolvem os PNPM's é importante entender o que são as Conferências Nacionais de Políticas Públicas (CNPP's)³¹, uma vez que fora criada no governo Vargas (1930 – 1937³² / 1937 – 1945³³ / 1951 – 1954³⁴), e que até 2016 foram realizadas 138 conferências nacionais. Desse montante, 112 foram realizadas nos governos PT Lula (2003 – 2010³⁵) e Dilma (2011 – 2016) nas mais diversas áreas de políticas públicas no país, que de acordo com Claudia F. Faria (2010), essas conferências tornaram-se o principal campo de interlocução entre o governo e a sociedade civil.

A realização de um conjunto de CNPP's constituiu uma das marcas registradas dos governos petistas (2003 – 2016) e mobilizaram milhares de pessoas de municípios, estados e no nível federal.

Nesse sentido, as conferências tornaram-se um importante espaço de interlocução da sociedade civil, principalmente, das mulheres e dos movimentos diversos que representam esses grupos específicos, na qual, todos podem e devem intervir “falar”, não se “calar” diante do poderio desta cultura sexista, misógina, patriarcal, heteronormativa, racista, elitista, etc., pois o objetivo, sempre foi debater e deliberar propostas para a formulação de políticas públicas – na garantia dos direitos – principalmente dos grupos excluídas, na qual, a mulheres lésbicas pertencem – ex: LGBT.

Os regimentos das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres (CNPM's) estabeleciam dois tipos de participantes: (I) convidada³⁶ e; (II) delegadas³⁷. É importante

³¹ Conferências Nacionais de Políticas Públicas – Lei N.º 378, de 13 de janeiro de 1937 – Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública, na qual, passa a denominar:

Art. 1º – Ministério da Educação e saúde Pública passa a denominar-se Ministério da Educação e saúde.

Art. 90 – Ficam instituídas a Conferencia Nacional de Educação e a Conferencia Nacional de Saúde, destinadas a facilitar ao Governo Federal o conhecimento das atividades concernentes á educação e á saúde, realizadas em todo o País, e a orienta-lo na execução dos serviços locais de educação e de saúde, bem como na concessão do auxílio e da subvenção federais.

Parágrafo único. A Conferência Nacional de Educação e a Conferencia Nacional de Saúde serão convocadas pelo Presidente da Republica, com intervalos máximos de dois anos, nelas tomando parte autoridades administrativas que representem o Ministério da Educação e Saúde e os governos dos Estados, do Distrito Federal e do Território da Acre.

³² Segunda–República – Governos Provisórios e Constitucionais (1930 – 1937).

³³ Terceira–República – Estado Novo (1937 – 1946).

³⁴ Quarta–República – Republica Populista (1946 – 1964).

³⁵ Sexta–República – Republica Nova (1985 –).

³⁶ As convidadas consistiam em mulherxs notáveis, autoridaxs e representantxs de entidades nacionais e internacionais na condição de observadorxs, com direito apenas à voz.

³⁷ As delegadas são aquelxs que podem apresentar uma nova proposta por eixo temático. Para compor o documento final que é apreciado na Plenária, porém, as propostas devem ser aprovadas por 50% mais um das

ressaltar que essas conferências representam os mais diversos seguimentos: saúde, educação, ciência e tecnologia, assistência social, direitos humanos, direitos da criança e do adolescente, segurança alimentar e nutricional, dentre outras. A diferenciação de formas de ação – participação, representação e deliberação – presentes na dinâmica de uma conferência, bem como a tentativa de integrá-las, coloca desafios não só analíticos como desafios nas ações práticas.

As CNPP's tem o objetivo de debater e deliberar propostas para formulação de políticas públicas, propor novas ações do governo para compor o Plano Plurianual de Ação (PPA) e avaliar as políticas aprovadas em encontros anteriores. E foi a partir das conferências tão bem planejadas que foram elaborados os documentos de políticas para as mulheres: Os PNPM's em suas três edições (2005, 2008 e 2013 – 2015). E são esses planos que permeiam a discussão desse capítulo, sempre demonstrando estatísticas³⁸ “mapas” que legitimam a necessidade de políticas públicas nacionais em defesa desses grupos – em especial – as mulheres lésbicas, foco deste estudo.

As lutas e reivindicações da sociedade civil – em especial das feministas – na garantia de direitos esquecidos e de direitos negados às mulheres são historicamente constituídas ao longo dos séculos. Essas lutas trazem momentos históricos dos planos e seus avanços. Assim, a investigação foca na garantia dos direitos e possibilidades de melhoria para as mulheres, em especial as mulheres lésbicas³⁹.

O acesso aos PNPM's é para analisar os mecanismos capaz de prevenir, cuidar e implementar políticas públicas para mulheres, uma vez que eles foram elaborados por meio de diálogo permanente entre governo e sociedade civil, reforçando o princípio de que em um Estado plenamente democrático a condição da participação social, sobretudo das mulheres é constitutiva de todas as fases das políticas públicas.

Assim, será feita a discussão a partir de um recorte das questões que envolvem principalmente, as linhas de atuação da educação e violência, no sentido de compreender as diretrizes presentes nos PNPM's que contribuiu para ratificar em 2019 pelo Supremo Tribunal

delegadas, pois, elas têm direito ao voto – A representatividade é assim estabelecida nas regras de representação: 60% sejam da sociedade civil e 40% governamentais (segmento dividido entre representantes dos três níveis de governo). As governamentais eleitas nas conferências estaduais 30% são representantes de municípios e 10% dos governos estaduais.

³⁸ Essas estatísticas refere-se a dados de estudos e pesquisas da época de lançamento dos PNPM para refletir a necessidade desses movimentos e políticas em prol das mulheres em específicos das mulheres lésbicas. Essas pesquisas centram no universo da educação e da segurança pública.

³⁹ O intuito é analisar – especificamente – se em algum momento dos planos contemplam as mulheres de forma geral e/ou especificam a sua condição de orientação sexual ou ideologia de gênero.

Federal (STF) “a criminalização da homofobia no Brasil⁴⁰” e o que eles possibilitaram para o fortalecimento das mulheres lésbicas em suas especificidades.

2.3 O I Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPMM (2005): Educação Inclusiva e Não sexista & Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Em julho de 2004, fomentada pela SPM, aconteceu a *I CNPM*, com 1.787 delegadas que debateram as suas agendas e elaboraram o *I PNPMM* publicado em 2005, foi à oportunidade de “combater todas as formas de discriminação contra a mulher” (BRASIL, 2005a, p. 5), “afirmar as diferenças para promover a igualdade” (BRASIL, 2005a, p. 6).

Elas foram organizadas por um Grupo de Trabalho, coordenado por esta Secretaria e composto por representantes dos ministérios da Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Justiça, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Planejamento, Orçamento e Gestão, Minas e Energia e Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e de representantes das esferas governamentais estadual – representados pelo Acre – e municipal – representada por Campinas/SP (BRASIL, 2005a, p. 13).

O teor do plano e o envolvimento de vários segmentos do governo e da sociedade civil sinalizam a relevância desse documento para os grupos nele representadas. O processo como um todo envolveu mais de 120 mil mulheres em todas as regiões do país.

Para tanto a política nacional para as mulheres orienta-se levando em conta aspectos fundamentais na luta e reivindicações das mulheres a partir do PNPMM (2005).

É importante ressaltar que o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas devem ser garantidos e ratificados pelo Estado, pois de acordo com (BRASIL, 2005a, p. 9) “(...) que todas estejam representadas – mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens mulheres, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras – e participem, ativamente, em suas localidades”.

O PNPMM (2005) orienta-se pelos seguintes pontos fundamentais: Igualdade e respeito a diversidade; Equidade; Autonomia das mulheres; Laicidade do Estado; Universalidade das políticas; Justiça social; Transparência dos atos públicos e Participação e

⁴⁰ A discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passe a ser considerada um crime. A conduta passa a ser punida pela *Lei de Racismo* (7716/89), que hoje prevê crimes de discriminação ou preconceito por “raça, cor, etnia, religião e procedência nacional”.

controle social. O PNPM (2005) é estruturado a partir de 04 linhas de atuação⁴¹ – Autonomia, Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania; Educação Inclusiva e Não Sexista; Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; e o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – distribuída em 29 metas, 26 prioridades, contendo 199 ações, na qual, cada uma dessas ações tem como objetivo (BRASIL, 2005b):

1. a igualdade de gênero, raça e etnia;
2. o desenvolvimento democrático e sustentável, levando em consideração as diversidades regionais com o objetivo de superar as desigualdades econômicas e culturais;
3. o cumprimento dos tratados, acordos e convenções internacionais firmados e ratificados pelo Governo Brasileiro, relativos aos direitos humanos das mulheres;
4. o pleno exercício de todos os direitos e liberdades fundamentais para distintos grupos de mulheres;
5. o equilíbrio de poder entre mulheres e homens, em termos de recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações interpessoais;
6. o combate às distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres;
7. o reconhecimento da violência de gênero, raça e etnia como violência estrutural e histórica, que expressa a opressão das mulheres que precisa ser tratada como questão de segurança, justiça e saúde pública;
8. o reconhecimento da responsabilidade do Estado na implementação de políticas que incidam na divisão social e sexual do trabalho;
9. a construção social de valores, por meio da Educação, que enfatizem a importância do trabalho historicamente realizado pelas mulheres, além da necessidade de viabilizar novas formas para sua efetivação;
10. a inclusão das questões de gênero, raça e etnia nos currículos escolares, além do reconhecimento e busca de formas que alterem as práticas educativas, a produção de conhecimento, a educação formal, a cultura e a comunicação discriminatórias;
11. a inclusão de recursos nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais para implementação de políticas públicas para as mulheres;
12. a elaboração e divulgação de indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população afro-descendente e indígena, como subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas de saúde, previdência social, trabalho, educação e cultura, que levem em consideração a realidade urbana e rural;
13. a capacitação de servidores(as) públicos(as) em gênero, raça, etnia e direitos humanos, de forma a garantir a implementação de políticas públicas voltadas para a igualdade;
14. a participação e o controle social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, disponibilizando dados e indicadores relacionados aos atos públicos e garantindo a transparência das ações;
15. a criação, o fortalecimento e a ampliação de organismos específicos de defesa dos direitos e de políticas para as mulheres no primeiro escalão de governo, nas esferas federal, estaduais e municipais. (BRASIL, 2005a, p. 9 – 11).

Assim, para analisar como as “mulheres lésbicas” foram contempladas – nesta pesquisa – em suas especificidades no PNPM (2005) serão apresentados os pontos – ações –

⁴¹ No PNPM (2008) o capítulo 5 do PNPM (2005) – “Gestão e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres” é incorporado como uma linha de atuação XI. Sendo, assim, na leitura do PNPM (2005) consideramos 4 linhas de atuação, entretanto quando realizamos a leitura do PNPM (2008) consideramos que o PNPM (2005) teve 5 linhas.

que traz como foco 02, das 04 linhas de atuação: Educação Inclusiva e Não Sexista; e o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Na qual, a cultura de uma educação patriarcal, fundamentada nas práticas cristãs, difundem atos discriminatórios, gerando violências nos espaços escolares, nas esferas públicas e privadas, etc., com a população LBGT, em especial as mulheres lésbicas – recorte desta pesquisa – grupos vítimas cotidianamente em nossa sociedade, que clamam por meio da resistência, entendendo a necessidade urgente de formular políticas públicas, que criminalizem esses atos e assegurem direitos, decorrentes das violências sofridas por orientação sexual e gênero, diferente da heteronormatividade “intolerante” em nossa sociedade.

2.3.1 I PNPM (2005): Educação Inclusiva e Não sexista

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil apresentou em 2004⁴², no Auditório do Ministério da Educação, em Brasília, um estudo pioneiro intitulado *Juventude e Sexualidade*⁴³, na qual, a pesquisa foi realizada em 13 capitais brasileiras (Belém, Cuiabá, Florinópolis, Fortaleza, Goiânia, Maceió, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória) e no Distrito Federal.

A pesquisa por amostragem foi realizada com alunos, pais, professores e membros do corpo-técnico pedagógico de escolas públicas e privadas, do ensino fundamental e médio da rede pública e privada de educação no país, apresentando importantes revelações sobre o comportamento dos jovens⁴⁴, pais e agentes educativos, dentre o foco das temáticas investigadas selecionamos para iniciar a discussão desta pesquisa – a homofobia no espaço escolar. Vejamos análise de alguns dados da amostragem e resultados preocupantes com relação ao tema:

⁴² Amostragem realizada em 2000, com divulgação de dados realizados em 2001, e publicados em 2004.

⁴³ O estudo foi coordenado pela professora da Universidade Católica de Brasília e coordenadora do Observatório de Violência nas Escolas, Miriam Abramovay, e pelas pesquisadoras da Unesco, Mary Garcia e Lorena Bernadete Silva.

⁴⁴ A temática de discussão da pesquisa dá ênfase às seguintes problemáticas: iniciação sexual, ficar e namorar, virgindade, afetividade, fidelidade, gravidez, métodos contraceptivos, abortamento, conversa sobre sexualidade, violência sexual, preconceitos e homofobias.

Figura 1 – Tabela 1.1: Juventudes e Sexualidade**TABELA 1.1 – Número de escolas, turmas e alunos no universo e na amostra, segundo capitais de Unidades da Federação**

Capital	Universo			Amostra		
	Escolas	Turmas	Alunos	Escolas	Turmas	Alunos
Belém	453	4.509	195.588	19	62	1.610
Cuiabá	650	8.913	324.584	14	37	970
Distrito Federal	195	2.331	84.749	15	43	853
Florianópolis	132	1.386	48.044	17	45	1.109
Fortaleza	1.112	9.621	371.259	16	39	878
Goiânia	487	5.193	199.097	20	55	1.263
Maceió	299	2.883	118.005	16	38	834
Manaus	470	5.986	244.765	16	47	1.296
Porto Alegre	395	5.156	163.171	17	43	1.107
Recife	908	6.203	252.133	16	37	1.010
Rio de Janeiro	2.563	18.115	667.713	18	40	993
Salvador	1.154	11.405	493.886	21	65	1.565
São Paulo	2.503	38.911	1.438.413	21	70	1.826
Vitória	121	1.586	57.303	15	40	1.108
Total	11.442	122.198	4.658.710	241	661	16.422

Fonte: INEP/MEC, Censo Escolar, 1998.
UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Fonte: (CASTRO; ABRAMOVAY; BERNADETE DA SILVA; 2004, p. 53).

Figura 2 – Tabela 1.2: Juventudes e Sexualidade**TABELA 1.2 – Número de pais e membros do corpo técnico-pedagógico pesquisados, segundo capitais de Unidades da Federação, 2000**

Capital	Pais de alunos	Corpo técnico-pedagógico
Belém	359	255
Cuiabá	369	262
Distrito Federal	195	137
Florianópolis	364	187
Fortaleza	299	186
Goiânia	294	201
Maceió	519	315
Manaus	303	177
Porto Alegre	270	311
Recife	308	149
Rio de Janeiro	227	280
Salvador	313	189
São Paulo	339	257
Vitória	373	193
Total	4.532	3.099

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Fonte: (CASTRO; ABRAMOVAY; BERNADETE DA SILVA; 2004, p. 54).

O estudo de amostragem foi realizado com 16.422 estudantes entre 10 e 24 anos, de 241 instituições de ensino, num universo de 4 milhões de alunos de acordo com o Censo Escolar (1998). A pesquisa teve adesão de participação de 4.532 pais⁴⁵ e o interesse de 3.099 agentes públicos de educação⁴⁶. Vale destaque, para uma reflexão local, a cidade de Goiânia, na qual teve a investigação apurada com 1.263 alunos, 294 pais e 201 agentes educativos, sendo a maior participação dentre as capitais da região centro-oeste do país.

⁴⁵ Os resultados apresentados refletem as informações dos atores que tiveram interesse de preencher o questionário.

⁴⁶ Os resultados apresentados refletem as informações dos atores que tiveram interesse de preencher o questionário. Consideram agentes públicos da educação – professores, diretores, coordenadores, supervisores de ensino e orientadores educacionais.

Figura 3 – Tabela 6.5: Juventudes e Sexualidade

TABELA 6.5 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo a opinião de que não gostariam de ter homossexuais como colegas de classe e capitais de Unidades da Federação – 2000¹

Capital	Não gostaria de ter homossexuais como colegas de classe ²		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	33,5	15,0	22,6
Cuiabá	35,0	15,1	24,1
Distrito Federal	39,7	19,8	28,2
Florianópolis	35,6	16,3	26,1
Fortaleza	42,3	21,3	30,6
Goiânia	40,9	20,1	30,0
Maceió	44,0	16,4	27,8
Manaus	36,3	17,4	26,0
Porto Alegre	42,0	13,4	27,4
Recife	39,6	22,1	30,1
Rio de Janeiro	39,7	10,0	24,2
Salvador	37,5	16,3	25,4
São Paulo	40,9	15,2	28,0
Vitória	44,9	13,1	27,7

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos alunos: *Quais das pessoas abaixo você não gostaria de ter como colega de classe?* Categoria selecionada: *Homossexuais*.

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Fonte: (CASTRO; ABRAMOVAY; BERNADETE DA SILVA; 2004, p. 281 – 282).

Figura 4 – Tabela 6.6: Juventudes e Sexualidade

TABELA 6.6 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo a indicação de que não gostaria que homossexuais fossem colegas de classe dos filhos e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Não gostaria que homossexuais fossem colegas de classe dos filhos ¹		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	47,9	35,2	37,8
Cuiabá	41,7	33,6	35,5
Distrito Federal	17,4	26,9	24,6
Florianópolis	37,5	21,8	26,3
Fortaleza	59,2	45,1	47,5
Goiânia	37,1	31,7	32,9
Maceió	47,7	39,4	41,2
Manaus	46,6	35,3	38,1
Porto Alegre	36,7	18,1	22,2
Recife	60,0	42,7	46,4
Rio de Janeiro	37,5	29,0	30,8
Salvador	38,9	39,9	39,7
São Paulo	35,7	31,1	32,0
Vitória	37,5	26,4	29,6

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos pais: *Quais das pessoas abaixo você não gostaria que fossem colegas de classe do seu filho?* Categoria selecionada: *Homossexuais*.

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Fonte: (CASTRO; ABRAMOVAY; BERNADETE DA SILVA; 2004, p. 281 – 282).

A pesquisa revela dados preocupantes – no ambiente escolar – vale destaque que 27% dos alunos entrevistados correspondente 1/4 NÃO gostariam de ter um colega homossexual⁴⁷ em sala de aula. Se considerarmos essa dissociação em gênero masculino e feminino esses dados ficam ainda mais alarmantes, pois representa 39,4% dos alunos do sexo masculino, tendo um aumento considerável nesta escala; em contrapartida um recuo no número de alunas do sexo feminino entrevistadas com 16,5% que rejeitam a ideia. A capital goianiense segue os mesmos resultados dos parâmetros nacionais da pesquisa com 40,9% dos alunos do sexo masculino que rejeitam a ideia de um colega homossexual e 20,1% das alunas do sexo feminino entrevistadas, observa-se que quando analisamos o cenário de participação local, o público feminino que rejeita a ideia se eleva em comparativo ao recuo nacional anteriormente observado.

Quando a amostragem considera os tutores responsáveis por esses alunos – outro dado alarmante ganha ênfase – o número de tutores que rejeitam a presença de colegas homossexuais no convívio escolar com seus filhos se eleva para 34,6% dos entrevistados. Dissociando essa amostragem por gênero, o número de pais que rechaçam essa ideia ainda é maior, representando 41,5% dos entrevistados, enquanto observamos um recuo com relação às mães desses alunos para 32,6% das entrevistadas. Porém, são números mais elevados se compararmos as estatísticas entre filhos e tutores (39,4% filhos e 41,5% pais – 16,5% filhas e 32,6% das mães). Observa-se que se refletirmos o universo específico das mulheres – das

⁴⁷ LGBT.

mães com o das filhas – temos uma aceitação mais das filhas ao convívio com colegas homossexuais do que das mães, enquanto o universo dos pais e filhos aproxima de um mesmo patamar de acordo com as estatísticas apresentadas. Essa amostragem local – Goiânia – representa 37,1% pais e 31,7% mães.

Isso evidencia a cultura patriarcal, machista, sexista e misógina em nossa sociedade brasileira. Em especial a cultura “coronelistas” tão presente em nosso estado de Goiás. Quando confrontados dados de mãe – filha observamos uma subordinação da figura da mulher ainda mais intrínseca nos resultados desta pesquisa.

Figura 5 – Tabela 6.7: Juventudes e Sexualidade

TABELA 6.7 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo indicação de que não gostaria de ter homossexuais como alunos e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Não gostaria de ter homossexuais como alunos ¹		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	8,2	4,3	6,0
Cuiabá	5,7	1,1	2,3
Distrito Federal	5,6	6,0	5,9
Florianópolis	3,1	2,4	2,7
Fortaleza	6,8	6,3	6,5
Goiânia	0,0	3,4	2,5
Maceió	3,9	3,0	3,2
Manaus	4,5	3,6	4,0
Porto Alegre	0,0	2,3	1,9
Recife	5,8	3,1	4,0
Rio de Janeiro	6,6	1,6	3,3
Salvador	4,2	2,2	2,7
São Paulo	3,1	2,1	2,3
Vitória	0,0	3,0	2,1

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Quais das pessoas abaixo você não gostaria de ter como seus alunos?* Categoria selecionada: *Homossexuais*.

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Fonte: (CASTRO; ABRAMOVAY; BERNADETE DA SILVA; 2004, p. 283).

Um dado acolhedor é que, se olharmos essa amostragem para dentro dos muros dessas instituições escolares – sem considerar os alunos – o número de agentes educativos que não gostam de ter um aluno homossexual matriculado na instituição de ensino em que atua é de 3,5% nacional. Numa perspectiva local, dissociando em gênero, temos uma surpresa ainda mais relevante, 0,0% dos entrevistados do sexo masculino rechaçam essa ideia, enquanto o número de entrevistas do sexo feminino aparece com 3,4% seguindo a média nacional. Por ser um estado federativo na qual impera o coronelismo o 0,0% dos agentes masculinos é uma forte surpresa acolhedora nesta análise. Se pensarmos enquanto espaço educativo é alto esses índices nacional e local, porém, se fazermos uma análise da temática geral, o espaço educativo – por debater a inclusão – é uma ferramenta assertiva por onde essas práticas culturais devem impetrar, propondo novas mudanças futuras desses dados alarmantes, refletindo e pensando a inclusão nas diferentes esferas sociais. Talvez uma das ideias futuras

seja abarcar os tutores mais presentes nos espaços escolares, realizar um programa de debate de diversidade e inclusão, com a finalidade de mudar esses parâmetros, todavia, isso é espaço de discussão para outra pesquisa, voltemos ao nosso objeto.

Daí a necessidade da atuação do poder público na implementação de políticas públicas para assegurar direitos, garantir segurança e mudar essas estatísticas alarmantes que extermina e violenta a população LGBT, na qual, as mulheres lésbicas fazem parte, no Brasil se é agredido e morre por – simplesmente – ser LGBT, e, um dos fatores centra nesta cultura intolerante patriarcal, machista, sexista, misógina, homofóbica, transfóbica, racismo, falsa cristã e conservadora.

Um dos objetivos deste tópico é focar nas ações presentes no PNPM (2005), que podem ser implementadas por meio da linha de atuação de Educação Inclusiva e Não Sexista. Por isso, a necessidade antes de ir ao PNPM (2005) apresentar um mapa de como é a realidade desses espaços – na ocasião – e o que o PNPM (2005) pode contribuir para uma mudança de transformação dessas realidades.

Que ações podem ser implementadas na esfera da educação, para que, possam contribuir para uma mudança de comportamento da sociedade futura, no tocante a população LGBT com foco nas mulheres lésbicas, que é objeto de estudo nesta pesquisa e faz parte do grupo dentro da população LGBT. Que ações foram pensadas no PNPM (2005)?

Para essa representatividade, entende-se que a educação faz parte do processo de mudança e transformação e o PNPM (2005) tem 32 ações, sendo 10 ações com foco nos currículos escolares e 05 ações com foco em campanhas nacionais educativas de combate ao preconceito e a discriminação – ações que possibilitam uma visibilidade a comunidade LGBT – na qual, o plano se estrutura pela “orientação sexual” divergente da imposta pela sociedade heteronormativa. Daí a necessidade essencial de fomentar e ampliar as possibilidades de debates específicos. Essas 15 ações com foco nos currículos escolares e nas campanhas educativas, partem de 02 das 05 prioridades constantes no plano – na qual as prioridades centra também nos currículos escolares e nas campanhas educativas – considerando a seleção de 03 dos 05 objetivos propostos – que incorporam a perspectiva da orientação sexual, não-discriminatória e combate de estereótipos de gêneros – na linha de atuação Educação Inclusiva e Não Sexista.

Essas ações foram coordenadas pela SPM e articuladas em conjunto com as pastas ministeriais Ministério da Educação (MEC), SEPPIR, Ministério da Saúde (MS), Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Ministério da Defesa (MD), Conselho Nacional dos

Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Ministério da Cultura (MinC) que estipulou até 2007 – na ocasião – o prazo para realizar a implementação dessas ações.

Vejamos o quadro da linha de atuação da Educação Inclusiva e Não Sexista. No quadro preocupo em selecionar apenas as ações propostas, na qual, diretamente focam na educação a partir da orientação sexual e/ou estereótipos de gênero abarcando a comunidade de mulheres lésbicas – objeto de pesquisa, análise e necessidade de implementação de política públicas.

Tabela 1 – I PNPM (2005): Educação Inclusiva e Não Sexista

OBJETIVOS	METAS	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Quais são os objetivos?	Quais são os primeiros passos para alcançar esses objetivos?	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?
I. incorporar a perspectiva de gênero, raça, etnia e orientação sexual no processo educacional formal e informal; II. garantir um sistema educacional não discriminatório, que não reproduza estereótipos de gênero, raça e etnia; V. combater os estereótipos de gênero, raça e etnia na cultura e comunicação.		2.1 promover ações no processo educacional para a equidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual;	2.1.2 Selecionar os livros didáticos e paradidáticos da rede pública de ensino garantindo o cumprimento adequado dos critérios de seleção referentes à não-discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual. 2.1.3 Incluir nas comissões de avaliação e seleção dos livros didáticos e paradidáticos especialistas nas temáticas de gênero, raça, etnia e orientação sexual. 2.1.4 Promover e apoiar a formação inicial e continuada das(os) alunas(os), professoras(es) e demais profissionais da educação das redes federal, estadual, municipal e privada em relação às questões de gênero, raça, etnia e orientação sexual. 2.1.5 Implantar projeto-piloto de acompanhamento e avaliação permanente da qualidade da linguagem nos materiais didáticos e pedagógicos, garantindo conteúdo não discriminatório. 2.1.6 Priorizar o apoio financeiro e garantir recursos adicionais a estados e municípios que desenvolvam atividades educacionais de promoção da equidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual. 2.1.7 Apoiar a elaboração e distribuição de materiais didáticos e paradidáticos cujo conteúdo respeite e valorize a equidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual. 2.1.8 Elaborar material didático para educadores(as) e alunos(as) com temas relacionados às questões de gênero, raça, etnia, sexualidade, gravidez na adolescência, diversidade sexual e prevenção das DST/Aids. 2.1.9 Revisar os parâmetros curriculares no Ensino Básico visando intensificar e qualificar o tratamento da temática de gênero, raça, etnia e orientação sexual. 2.1.11 Propor a inclusão das temáticas de gênero, raça, etnia e orientação sexual nos currículos do Ensino Superior. 2.1.13 Acompanhar e avaliar os programas educacionais a fim de promover a equidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual.
		2.5 estimular a	2.5.1 Realizar campanha nacional de denúncia e combate

		<p>difusão de imagens não-discriminatórias e não-estereotipadas as mulheres.</p>	<p>à discriminação e aos estereótipos das imagens veiculadas sobre as mulheres.</p> <p>2.5.2 Criar mecanismo institucional que regulamente a veiculação de imagens de mulheres, de negros e homossexuais na mídia em geral, de forma a combater a discriminação.</p> <p>2.5.3 Avaliar as ações publicitárias e as publicações do Governo Federal visando garantir o respeito à igualdade de gênero, raça e etnia.</p> <p>2.5.4 Promover, em parceria com órgãos da imprensa ou sindicatos da categoria, capacitação de profissionais visando garantir a valorização e o respeito à diversidade e a não discriminação de gênero, raça e etnia e orientação sexual.</p> <p>2.5.5 Realizar campanha nacional de combate aos preconceitos de gênero, raça, etnia e orientação sexual. (BRASIL, 2005b, p. 56 – 59).</p>
--	--	--	--

Ressalta-se aqui, que as ações, apresenta um importante indicador, para que as escolas possam dialogar sobre as diversas temáticas que estão presentes no cotidiano da sociedade e que ao longo de décadas tem sido silenciada – no caso, as mulheres lésbicas. Ao sinalizar a inserção das temáticas de orientação sexual e estereótipos de gênero no currículo escolar, o PNPM (2005) fortalece as ações para ampliar o debate e possibilitar o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais, nos espaços escolares, que são fontes de produção e difusão de informação e conhecimento.

Porém, vale destacar que é uma sinalização “ampla”, sem mencionar as especificidades das “mulheres lésbicas”, ao generalizar a temática na redação dada, ex: orientação sexual e/ou estereótipos de gênero – “inviabiliza” – a necessidade da abordagem à comunidade específica – mulheres lésbicas – que fica num campo generalista sem assegurar um direito de abordagem específica, dando uma maior visibilidade à causa “mulheres” com o intuito de mudar uma cultura sexista e misógina, porém, sem focar nas suas especificidades – mulheres lésbicas.

Essas ações podem contribuir com as mudanças de comportamento da sociedade, pois, é através da ferramenta de educação (inclusão), que pretende inserir um novo olhar a comunidade com orientação sexual diferente da heteronormativa estabelecida. Temos uma cultura ao ódio, não existe respeito à diversidade, ao diferente, vivemos um Estado de intolerância. Somos uma sociedade intolerante e isso tem refletido dados alarmantes na produção e difusão da violência contra a população LGBT – em todos os espaços, inclusive no ambiente escolar – em específico também as mulheres lésbicas, que são um grupo presente na comunidade. Existem agravantes aqui, primeiro morre por ser mulher, em seguida morre

por ser mulher e lésbica, em terceiro morre por ser mulher negra e lésbica, e por fim morre por ser mulher negra lésbica e trans, etc.

Necessitamos de um maior acesso e a participação das mulheres nos espaços de poder, a educação é um instrumento essencial para encontrar autonomia e participação na sociedade. Porém, no PNPM a menção as mulheres lésbicas se da pela redação – orientação sexual / estereótipos de gêneros / não-discriminatórias – porém, uma menção “oculta” sem destaque ao termo. Esses, digamos – “primeiro reconhecimento” – possibilita às mulheres se empoderarem para lutarem por seus direitos sociais e realizarem mudanças na vida desses grupos marginalizadas. Precisamos de visibilidade! Temos que ser resistentes!

Nesse sentido, os objetivos, as prioridades e as ações, aqui apresentadas, contidas no PNPM (2005) asseguram a discussão e conhecimento para o debate com relação à orientação sexual e estereótipos de gênero no sistema educacional e em campanhas nacionais de combate ao preconceito e a discriminação, pois, entende-se, a partir da minha visão que a lesbianidade e o feminismo são duas ideologias centradas e impulsionadas por mulheres, daí a relevância de acabar com o silêncio que rodeia o lesbianidade no fortalecimento da eliminação da marginalização das mulheres.

Porém, vale enfatizar que, essas redações cada vez mais devem estar específicas nesses planos, o que se busca é assegurar direitos as lésbicas, assegurar além dos direitos a sua visibilidade, o seu reconhecimento, a sua existência, a sua resistência, que ainda esta oculta numa perspectiva quanto às políticas públicas implementadas.

2.3.3 I PNPM (2005): Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Segundo o relatório completo de *assassinatos de homossexuais no Brasil: 2005*⁴⁸ publicado em 2005 pelo GGB⁴⁹/*Homofobia Mata*⁵⁰, de acordo com esse levantamento, entre 1963 a 2005 foram cometidos 2.582 assassinados contra os homossexuais no Brasil. Entre as vítimas 72% gays, 25% travestis, 3% lésbicas. O Brasil é o país que mais mata – por ser LGBT.

⁴⁸ Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/assassinatos/relatorios/relatorio-2005/>>. Acesso em 29 nov. 2019.

⁴⁹ Grupo Gay da Bahia.

⁵⁰ Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2012/04/grafico-33.jpg>>. Acesso em 01 dez. 2019.

Figura 6 – Tabela *Homofobia Mata*: Homossexuais Assassinados no Brasil (1963 – 2005)
HOMOSSEXUAIS ASSASSINADOS NO BRASIL:
1963-2005

ANO	TOTAL
1963 – 1969	30
1970 – 1979	41
1980 - 1989	503
1990 – 1999	1.256
2000	130
2001	132
2002	126
2003	125
2004	158
2005	81
Total	2582

Fonte: Grupo Gay da Bahia (2005). Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2012/04/tabela-geral-de-assassinatos-20053.pdf>>. Acesso em 02 dez. 2019.

Só em 2004 ano da CNPM foram 158 assassinatos à LGBT. Em 2005 esse número recuou para 81 assassinatos. Vejamos alguns dados pertinentes a esse período 2005:

Figura 7 – Tabela *Homofobia Mata*: Homossexuais Assassinados por Estado (2005)
HOMOSSEXUAIS ASSASSINADOS POR
ESTADO: 2005

ESTADO	GAY	TRAVESTI	LÉSBICA	TOTAL
()	3	-	-	3
SP	6	3	-	9
BA	4	3	-	7
RJ	8	3	1	12
GO	4	3	-	7
PE	3	2	-	5
SC	3	1	-	4
CE	5	1	-	6
PB	3	-	-	3
AM	3	-	-	3
MT	3	1	-	4
TO	2	-	-	2
SE	2	-	-	2
PR	-	2	-	2
MG	1	1	-	2
RS	2	-	-	2
RN	1	-	-	1
ES	1	-	-	1
MS	1	-	-	1
PA	1	-	-	1
MA	-	4	-	4
Total	56	24	1	81

Fonte: Grupo Gay da Bahia (2005). Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2012/04/tabela-geral-de-assassinatos-20053.pdf>>. Acesso em 02 dez. 2019.

Em média 6,7 LGBT foram assassinados por mês em 2005 – isso é o que tem registros – o maior índice é no mês de maio com 09 crimes. Desses 81 assassinatos, tivemos 01 lésbica morta do estado do Rio de Janeiro assassinada em setembro. O Rio de Janeiro

lidera o ranking com 12 mortes, Goiás teve 07 sendo de 04 gays e 03 travestis. As vítimas em sua maioria têm entre 21 – 50 anos de idade representando 53% da população LGBT nessa faixa-etária. A maior parte são de profissionais do sexo (15 travestis), desses 81 – 05 são de educadores e 01 estudante.

São crimes com resquícios de crueldade utilizando instrumento de arma de fogo, facadas, estrangulamentos, torturas, espancamento; as lésbicas, embora em menor número, são vítimas de maior crueldade (ex: estupro/decepada). Os crimes em sua maior parte ocorrem na residência das vítimas ou na rua.

De acordo com *Homofobia Mata* o número de lésbicas assassinadas no período de 1983 a 2005 são 59 vítimas.

Figura 8 – Tabela *Homofobia Mata*: Lésbicas Assassinadas no Brasil (1983 – 2005)

LÉSBIAS ASSASSINADAS NO BRASIL

Fonte: *Homofobia Mata/GGB*

ANO	Lésbicas
1983	1
1987	5
1990	2
1991	7
1992	2
1993	1
1994	1
1995	6
1996	2
1998	5
1999	4
2000	2
2001	3
2002	5
2003	8
2004	4
2005	1

Fonte: *Homofobia Mata/GGB*. Disponível em: <https://homofobiamata.wordpress.com/relatorios/>. Acesso em 02 dez. 2019.

E essas estatísticas a cada ano tende aumentado decorrente: da alta taxa de violência no país, do crescimento de violência contra a população LGBT, da ausência de políticas públicas direcionadas aos grupos e a inexistência de legislação específica que criminalize a homofobia.

Daí a necessidade da atuação do poder público na implementação de políticas públicas para assegurar direitos, garantir segurança e mudar essas estatísticas alarmantes que extermina a população LGBT, no Brasil se morre por – simplesmente – ser LGBT.

E um dos fatores centra nesta cultura intolerante heteronormativa patriarcal, machista, sexista, misógina, homofóbica, transfóbica, lesbofóbica, racismo, falsa cristã, conservadora; e um dos objetivos deste tópico é focar nos planos de ações, constante no PNPM (2005), que podem ser implementadas e mudar essas estatísticas, através da linha de atuação Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – Vejamos o quadro de ações constantes no PNPM (2005), na qual, foca a população LGBT em especial a comunidade de mulheres lésbicas:

Tabela 2 – I PNPM (2005): Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

OBJETIVOS	METAS	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Quais são os objetivos?	Quais são os primeiros passos para alcançar esses objetivos?	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?
			(BRASIL, 2005b, p. 78 – 80).

As ações em combate à violência na linha de atuação Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, assim como nas perspectivas de políticas públicas com foco em Educação Inclusiva e Não Sexista, dá ênfase à discussão da violência contra a mulher de forma genérica, sem trazer as suas necessidades específicas para a comunidade lésbica e/ou outros grupos de mulheres – mulheres negras, quilombolas, etc. Aqui com um agravante, as ações nesta linha de atuação não estabelecem suas discussões em torno da violência a partir da orientação sexual e/ou suas formas discriminatórias e/ou estereótipos. Reconhece a violência contra a “mulher” sem estabelecer suas especificidades – por exemplo: “a mulher lésbica”. Isso reflete em torno de toda linha de atuação! Lamentável numa linha de atuação tão importante como a segurança pública e diante de números desastrosos não termos ações específicas à comunidade LGBT.

Para essa representatividade foram analisadas no PNPM (2005) os 04 objetivos, com as 09 metas estipuladas, dentro das 07 prioridades, e os 31 planos de ações, que de forma genérica, se estrutura nas bases de discussões do enfrentamento à violência contra a mulher, sem especificar as mulheres lésbicas, focando em: implementar políticas públicas e legislação específica que criminalize à violência contra a mulher; fomentar campanhas contra a violência, tráfico e abusos sexuais; difundir ações de saúde à mulher; fomentar discussões, pesquisas, informações, diagnósticos em torno da violência contra a mulher; profissionalização dos serviços públicos em atendimento à mulher; criação de órgãos específicos para atendimento à mulher.

Todas essas ações foram coordenadas pela SPM e articuladas em conjunto com as pastas ministeriais MJ, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério das Cidades (MCid), Ministério Público (MP), MEC, SEPPIR, MS, SEDH, que estipulou até 2007 o prazo para realizar a implementação das ações em favor das mulheres.

Todo esse plano é essencial e necessário para combater a violência e mesmo assim o índice de violência contra as mulheres só tem aumentado. Porém, não contemplando a mulher em suas especificidades, como a violência contra as mulheres lésbicas – que é nosso objeto de interesse para esta pesquisa. Na qual não possibilita análise, por não conter suas especificidades.

2.3.4 I PNPM (2005): A mulher lésbica em Outras linhas de atuação

Ações específicas em prol da especificidade da mulher lésbica aparecem em outras linhas do PNPM (2005), embora, não seja nosso foco aqui, é importante citar as ações na qual a mulher lésbica é contemplada, vejamos as linhas de atuação, prioridades e ações:

- Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania: Propõem ações de capacitação profissional em atenção à discriminação por orientação sexual; além de propor realização de campanhas contra a discriminação por orientação sexual.

Tabela 3 – I PNPM (2005): Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania

LINHA DE ATUAÇÃO	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Linha de atuação	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?
I – Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania.	1.3: Promover relações de trabalho não-discriminatórias, com equidade salarial e no acesso a cargos de direção.	1.3.13 Capacitar servidores das Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) sobre assédio sexual e sobre a discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual no trabalho. 1.3.16 Realizar campanhas nacionais contra a discriminação no trabalho em relação a o gênero, raça, etnia, orientação sexual, deficiências e soropositividade para HIV. (BRASIL, 2005b, p. 45 – 50).

- Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos: Propõem ações de confecção e distribuição de material em atenção à saúde da mulher lésbica; além de capacitação de profissionais da saúde para atender a comunidade de lésbicas. É interessante observar que no PNPM (2005) é a única menção na redação às lésbicas são as duas ações abaixo discriminadas, que tratam a saúde da mulher lésbica. É o único momento no plano que observo a visibilidade que tanto chamo atenção durante todo o plano.

Tabela 4 – I PNPM (2005): Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos

LINHA DE ATUAÇÃO	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Linha de atuação	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?
III – Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.	3.1. Estimular a implantação de ações para atenção integral à saúde da mulher que atendam as necessidades específicas das mulheres nas diferentes fases do ciclo vital; abrangendo as mulheres negras, com deficiência, índias, presidiárias, trabalhadoras rurais e urbanas, e com diferentes orientações sexuais, contemplando questões de gênero	3.1.14 Elaborar e/ou revisar, imprimir e distribuir material técnico e educativo sobre atenção clínico-ginecológica, climatério, saúde da mulher negra; gênero e saúde mental, saúde das lésbicas e das adolescentes. 3.1.15 Fortalecer a capacitação do pessoal da atenção básica e de serviços de referência, para implementar a atenção clínico-ginecológica; atenção integral à saúde da mulher índia; das lésbicas e das adolescentes. (BRASIL, 2005b, p. 67– 71).

Em termos gerais, o plano não parece suficiente para efetivar as demandas e discriminações sofridas pelas lésbicas. Portanto, é importante conhecer quais são os avanços presentes na discussão do *II PNPM* (2008) para que verifique se as mulheres lésbicas são contempladas – ter vez e voz – na efetivação das políticas públicas em suas especificidades.

Assim, a proposição é de que os Governos Federal, Estaduais e Municipais trabalhem em conjunto e, também, de que a sociedade seja parceira em sua execução na garantia de um plano muito bem discutido – distribuído democraticamente – e que propicia uma estrutura de mudança positiva para os grupos vulneravelmente discriminadas.

2.4 O II Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPM (2008): Educação Inclusiva, Não-Sexista, Não-Racista, Não-Homofóbica e Não-Lesbofóbica; Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres & Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia

Em agosto de 2007, fomentada pela SPM, aconteceu a *II CNPM*, com 2.700 delegadas (1.787 anteriormente 2004) que debateram as suas agendas e elaboraram o *II*

PNPM publicado em 2008, foi à oportunidade de afirmar “mais cidadania para mais brasileiras” (BRASIL, 2008, p. 17).

O teor do plano e o envolvimento de vários segmentos do governo e da sociedade civil sinalizaram a relevância desse documento para os grupos nele representadas – em especial as lésbicas que tem (em meu entendimento⁵¹) o reconhecimento de sua visibilidade neste PNPM (2008). O processo como um todo envolveu mais de 200 mil mulheres com a realização de conferências municipais e estaduais em todas as unidades federativas do país e no Distrito Federal. Houve um acréscimo de 65% a mais na participação de mulheres nesse PNPM (2008), isso demonstra a força dos movimentos de mulheres, das feministas e de grupos diversos abarcam as mulheres em suas especificidades por políticas públicas.

O PNPM (2008) continua orientando-se pelos seguintes pontos fundamentais: Igualdade e respeito a diversidade; Equidade; Autonomia das mulheres; Laicidade do Estado; Universalidade das políticas; Justiça social; Transparência dos atos públicos e Participação e controle social. Para concretizar estes princípios, o estado e as esferas de governo federal, estadual e municipal seguem as seguintes diretrizes, que são, os objetivos traçados em cada uma das ações do PNPM (2005).

- Garantir a implementação de políticas públicas integradas para a construção e a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia;
- Garantir o desenvolvimento democrático e sustentável levando em consideração as diversidades regionais, com justiça social, e assegurando que as políticas de desenvolvimento promovidas pelo Estado brasileiro sejam direcionadas à superação das desigualdades econômicas e culturais. Isto implica a realização de ações de caráter distributivo e desconcentrador de renda e riquezas;
- Garantir o cumprimento dos tratados, acordos e convenções internacionais firmados e ratificados pelo Estado brasileiro relativos aos direitos humanos das mulheres;
- Fomentar e implementar políticas de ação afirmativa como instrumento necessário ao pleno exercício de todos os direitos e liberdades fundamentais para distintos grupos de mulheres;
- Promover o equilíbrio de poder entre mulheres e homens, em termos de recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações interpessoais;
- Combater as distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres, como a exploração sexual, o tráfico de mulheres e o consumo de imagens estereotipadas da mulher;
- Reconhecer a violência de gênero, raça e etnia como violência estrutural e histórica que expressa a opressão das mulheres e que precisa ser tratada como questão de segurança, justiça e saúde pública;
- Reconhecer a responsabilidade do Estado na implementação de políticas que incidam sobre a divisão social e sexual do trabalho; na importância social do trabalho tradicionalmente delegado às mulheres para as relações humanas e produção do viver; na

⁵¹ Uma das críticas que realizo no PNPM (2005) é que as mulheres lésbicas são orientadas em redação durante todo o plano por “orientação sexual” sem dar a devida redação “mulheres lésbicas, lesbofobia, mulheres trans”. Aqui já existe um avanço em trazer essas terminologias presentes dando – voz – a sua existência.

importância dos equipamentos sociais e serviços correlatos, em especial de atendimento e cuidado com crianças e idosos;

- Contribuir com a educação pública na construção social de valores que enfatizem a importância do trabalho historicamente realizado pelas mulheres e a necessidade da criação e viabilização de novas formas para sua efetivação;
- Garantir a inclusão das questões de gênero, raça e etnia nos currículos escolares, reconhecendo e buscando formas de alterar as práticas educativas, a produção de conhecimento, a educação formal, a cultura e a comunicação discriminatórias;
- Garantir a alocação e execução de recursos nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais para a implementação das políticas públicas para as mulheres;
- Elaborar, adotar e divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população afro-descendente e indígena, como subsídios para a formulação e implantação articulada de políticas públicas de saúde, previdência social, trabalho, educação e cultura, levando em consideração a realidade e a especificidade urbana e rural. Conferir especial atenção à implantação do quesito cor nos formulários e registros nas diferentes áreas;
- Formar e capacitar servidores/as públicos/as em gênero, raça, etnia e direitos humanos, de forma a garantir a implementação de políticas públicas voltadas para a igualdade;
- Garantir a participação e o controle social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, colocando à disposição dados e indicadores relacionados aos atos públicos e garantindo a transparência de suas ações;
- Criar, fortalecer e ampliar os organismos específicos de direitos e de políticas para as mulheres no primeiro escalão de governo, nas esferas federal, estadual e municipal. (BRASIL, 2008, p. 28 – 29).

O PNPM (2008) é estruturado a partir de 11 grandes áreas de atuação: I – Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, com Inclusão Social; II – Educação Inclusiva, Não-Sexista Não-Racista, Não-Homofóbica e Não-Lesbofóbica; III – Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; IV – Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres; V – Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão; VI – Desenvolvimento Sustentável no Meio Rural, na Cidade e na Floresta, com Garantia de Justiça Ambiental, Soberania e Segurança Alimentar; VII – Direito à Terra, Moradia Digna e Infra-Estrutura Social nos Meios Rural e Urbano, Considerando as Comunidades Tradicionais; VIII – Cultura, Comunicação e Mídia Igualitárias, Democráticas e Não Discriminatórias; IX – Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia; X – Enfrentamento das Desigualdades Geracionais que Atingem as Mulheres, com Especial Atenção às Jovens e Idosas; e XI – Gestão e Monitoramento do Plano – conta com 94 metas, distribuída em 56 prioridades, e contendo 388 ações. (BRASIL, 2008).

Conforme podemos destacar ocorreu um avanço com relação às linhas de atuação, na qual, foram incorporadas ao PNPM (2008) mais 06 novas linhas de atuação: V⁵² – Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão; VI – Desenvolvimento

⁵² A V linha de atuação no PNPM (2005) – “V- Gestão e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2005, p. 83)”, no PNPM (2008) com a incorporação de 06 novas linhas de atuação, a V linha do PNPM (2008) é a de número “XI – Gestão e Monitoramento do Plano(Brasil, 2005, p. 187)”.

Sustentável no Meio Rural, na Cidade e na Floresta, com Garantia de Justiça Ambiental, Soberania e Segurança Alimentar; VII – Direito a Terra, Moradia Digna e Infra-Estrutura Social nos Meios Rural e Urbano, Considerando as Comunidades Tradicionais; VIII – Cultura, Comunicação e Mídia Igualitárias, Democráticas e Não Discriminatórias; IX – Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia; X – Enfrentamento das Desigualdades Geracionais que Atingem as Mulheres, com Especial Atenção às Jovens e Idosas.

Assim, para analisar como as “mulheres lésbicas” são contempladas – nesta pesquisa – em suas especificidades no PNPM (2008) serão apresentados os pontos – ações – que traz como foco – agora – 03⁵³, das 11 linhas de atuação: Educação Inclusiva, Não-Sexista, Não-Racista, Não-Homofóbica e Não-Lesbofóbica; Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres; Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia. Por fim, apresento um resumo das demais linhas de atuação, na qual, o foco são as ações direcionadas às mulheres lésbicas.

De forma geral, é notório os avanços (PNPM 2005 – PNPM 2008) que tanto chamamos atenção por reconhecimento da mulher em suas especificidades – as mulheres lésbicas. Isso demonstra uma preocupação não só dos movimentos de mulheres, das feministas, dos LGBT, das lésbicas; mas, do poder público, em não ignorar as tristes estatísticas que difundem as violências nos espaços escolares e nos espaços públicos e privados.

Reconhecer as necessidades específicas das mulheres lésbicas, primeiramente, apresentando documentos com diretrizes e ações de suas especificidades, é possibilitar – olhar e voz – para uma comunidade marginalizada. Vejamos os pontos, no tocante esse *PNPM* (2008) para enxergar os possíveis avanços ou retrocessos que se articulam através dos movimentos, conferências, etc.

2.4.1 II PNPM (2008): Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica

Em 2004, ano da CNPM, na qual originou o *I PNPM* (2005) foi implementado o programa *Brasil sem Homofobia*⁵⁴(2004). Três anos depois é iniciada a pesquisa *Preconceito*

⁵³ O foco de análise deste estudo esta estruturado nas linhas de atuação da educação e segurança.

⁵⁴ Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGTB e de Promoção da Cidadania Homossexual.

e *Discriminação no Ambiente Escolar* (2009)⁵⁵, realizada (2007 – 2008) pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) a pedido do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e coordenado pelo professor Dr. José Afonso Mazzon da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), da Universidade de São Paulo (USP).

O estudo pioneiro realizado em 501 escolas, com a participação de 18.599 entre estudantes, pais e mães, professores e funcionários da rede pública de todos os estados do país e o Distrito Federal. O objetivo do estudo, segundo Mazzon (2009) é “dar subsídios para a criação de ações que transformem a escola em um ambiente de promoção da diversidade e do respeito às diferenças”. E o pontapé inicial dessas ações também constam no *PNPM* (2005), porém, dois anos depois do *I PNPM* (2005) podemos apresentar algum efeito? Há algum índice positivo com o *Brasil sem Homofobia*? Os dados preliminares divulgados por Mazzon não nos alegra.

A pesquisa envolveu a análise dos preconceitos de natureza étnico-racial, socioeconômico, geracional, de gênero, territorial, de orientação sexual e o relacionado a pessoas com necessidades especiais. A principal conclusão do estudo foi que 99,3% têm algum tipo de preconceito – esse dado é alarmante! – desses:

- 96,5% com relação a portadores de necessidades especiais;
- 94,2% têm preconceito étnico-racial;
- 93,5% de gênero;
- 91,0% de geração;
- 87,5% socioeconômico;
- 87,3% com relação à orientação sexual;
- 75,95% têm preconceito territorial.

Os resultados apontam para a necessidade – cada vez mais urgente – de investir em políticas públicas, que coíbem, eduquem e transformam as realidades desses espaços escolares. De acordo com os resultados de Mazzon, as escolas com maior nível de preconceito tem menor desempenho escolar, isso impacta diretamente no processo de ensino e aprendizagem, mas, principalmente, deixam marcas nas vítimas de bullying homofóbico⁵⁶.

⁵⁵ Disponível em: <<https://www.fea.usp.br/fea/noticias/pesquisa-sobre-preconceito-e-discriminacao-no-ambiente-escolar>>. Acesso em 03 dez. 2019.

⁵⁶ O bullying é entendido como um processo de discriminação cultural histórico de violência sofrida pela população LGBT.

Segundo o estudo, os alunos negros, pobres, homossexuais e PNE, são os que mais sofrem ações discriminatórias no espaço escolar. Precisamos investir em políticas públicas, daí a necessidade de analisarmos as ações propostas no *II PNPM* (2008), para observar o que se propõe em mudar essa triste realidade – do período da pesquisa.

Conforme podemos observar o plano propõem 03 objetivos gerais e 06 objetivos específicos, com 01 meta “Formar 120 mil profissionais da educação básica nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual, em processos executados ou apoiados pelo governo federal” (BRASIL, 2008, p. 62). O foco aqui é fomentar e promover a formação de gestores, professores e alunos (incluindo – ênfase – a participação das mulheres) com relação à temática de orientação sexual e a diversidade; e consolidar as políticas públicas com relação à temática em curso.

As diretrizes das prioridades e ações seguem esse escopo – na promoção de formação de todos os atores escolares, estimulando a produção e difusão de conhecimento na temática da diversidade e orientação sexual no espaço escolar, promovendo medidas educativas e campanhas educativas de enfrentamento às violências discriminatórias – precisamos falar as nossas crianças e jovens a – nova – formação da nossa família, a realidade desses espaços é outra configuração, diferentemente, da pregada nos espaços religiosos e nas esferas conservadoras. Precisamos falar o quanto ser “diferente” tem sido “(IN) diferente no espaço escolar”. A escola deve ser um espaço de acolhimento, inclusivo – a educação – inicia pelo respeito, o respeito à diversidade! E para isso, uma das propostas nos planos de ação é instituir no currículo da educação base a temática referente orientação sexual.

Essas ações foram coordenadas pela SPM e articuladas em conjunto com as pastas ministeriais e outros órgãos do governo MEC, SEPPIR, MS, SEDH, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), MJ, que estipulou até 2011 o prazo para realizar e implementar essas ações. Os recursos disponíveis constam no Plano Plurianual 2008 – 2011 para assegurar a sua realização.

Vale destacar que, apesar do avanço em sinalizar a nomenclatura da linha de atuação “Educação Inclusiva, Não–Sexista, Não–Racista, Não–Homofóbica e Não–Lesbofóbica” especificando a comunidade lésbica, as ações e prioridades constantes no plano ainda se estruturam numa sinalização “ampla” – orientação sexual e diversidade – sem mencionar as especificidades das “mulheres lésbicas”, como descrito na linha de atuação. Ao generalizar a temática na redação dada – “inviabiliza” – a necessidade da abordagem à comunidade

específica – mulheres lésbicas – que ficam num campo generalista sem assegurar um direito de abordagem específica, dando uma maior visibilidade à causa “mulheres” com o intuito de mudar uma cultura sexista e misógina, porém, sem focar nas suas especificidades – mulheres lésbicas. É preciso dar visibilidade as causas, orientando as prioridades e ações as lésbicas.

Vejamos o quadro da linha de atuação da Educação Inclusiva, Não–Sexista, Não–Racista, Não–Homofóbica e Não–Lesbofóbica. No quadro constam somente as ações propostas, que diretamente focam na educação a partir da orientação sexual e diversidade, na qual, abarcam a comunidade de mulheres lésbicas – objeto de pesquisa, análise e necessidade de implementação de política públicas nestas ações.

Tabela 5 – II PNPM (2008): Educação Inclusiva, Não–Sexista, Não–Racista, Não–Homofóbica e Não–Lesbofóbica

OBJETIVOS	METAS	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Quais são os objetivos? Geral e Específicos:	Quais são os primeiros passos para alcançar esses objetivos?	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?
GERAL I. Contribuir para a redução da desigualdade de gênero e para o enfrentamento do preconceito e da discriminação de gênero, étnico-racial, religiosa, geracional, por orientação sexual e identidade de gênero, por meio da formação de gestores/as, profissionais da educação e estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino; II. Consolidar na política educacional as perspectivas de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geracional, das pessoas com deficiência e o	A – Formar 120 mil profissionais da educação básica nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual, em processos executados ou apoiados pelo governo federal;	2.1. Promover a formação inicial e continuada de gestores/as e profissionais da educação para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades.	2.1.1. Promover a formação continuada de gestores/as e profissionais de educação sobre relações de gênero, enfrentamento da violência de gênero e orientação sexual, considerando as questões étnicoraciais, geracionais e a situação das pessoas com deficiência. 2.1.2. Formar gestores/as e profissionais de educação profissional e tecnológica sobre gênero e orientação sexual, considerando as questões étnico-raciais, geracionais e a situação das pessoas com deficiência. 2.1.3. Formar gestores/as e servidores/as do MEC sobre gênero e orientação sexual, considerando as questões étnico-raciais, geracionais e a situação das pessoas com deficiência.
		2.2. Promover a formação de estudantes da educação básica para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades.	2.2.1. Instituir Diretriz Curricular para a Educação Básica relativa a gênero, orientação sexual e direitos humanos. 2.2.2. Aprimorar o tratamento de gênero, raça/etnia, orientação sexual e direitos humanos nas orientações curriculares nacionais dos ensinos infantil, fundamental e médio. 2.2.3. Elaborar e distribuir materiais didáticos referentes a gênero, raça, etnia, orientação sexual e direitos humanos. 2.2.6. Aprimorar a avaliação do livro didático em relação a gênero, raça/etnia, orientação sexual e direitos humanos.
		2.4. Estimular a produção e difusão de conhecimentos sobre gênero, identidade de gênero, orientação sexual	2.4.1. Apoiar estudos e pesquisas em nível de graduação e pós-graduação sobre educação, gênero, raça/etnia, orientação sexual e violência de gênero. 2.4.3. Apoiar a produção de conhecimento sobre gênero e orientação sexual, considerando as questões étnicoraciais, geracionais e a situação das pessoas com deficiência, na educação profissional e tecnológica.

<p>respeito à diversidade em todas as suas formas, de modo a garantir uma educação igualitária;</p> <p>ESPECÍFICOS: III. Eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios e promover a inserção de conteúdos de educação para a equidade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica; IV. Promover a formação de gestores/as e servidores/as federais de gestão direta, sociedades de economia mista e autarquias, profissionais da educação e estudantes dos sistemas de ensino público de todos os níveis nos temas da equidade de gênero e valorização das diversidades; VI. Estimular a participação das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas e a produção de conhecimento na área de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, levando em consideração os aspectos</p>		<p>e raça/etnia em todos os níveis de ensino.</p> <p>2.5. Promover medidas educacionais para o enfrentamento da violência contra as mulheres, considerando as dimensões étnico-raciais, geracionais e de orientação sexual.</p>	<p>2.5.1. Promover campanhas educativas de prevenção da violência contra as mulheres voltadas ao público escolar, considerando as dimensões étnico-raciais e de orientação sexual. (BRASIL, 2008, p. 61 – 70).</p>
---	--	---	--

étnico-raciais, geracional, das pessoas com deficiência, entre outros.			
--	--	--	--

2.4.2 II PNPM (2008): Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres & Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia

Figura 9 – Tabela *Homofobia Mata: Homossexuais Assassinados no Brasil (1963 – 2007)*

HOMOSSEXUAIS ASSASSINADOS NO BRASIL: 1963-2007

ANO	TOTAL
1963 – 1969	30
1970 – 1979	41
1980 -1989	503
1990 – 1999	1.256
2000	130
2001	132
2002	126
2003	125
2004	158
2005	81
2006	88
2007	122
Total	2802

Fonte: *Homofobia Mata* <<https://homofobiamata.wordpress.com/relatorios/>>. Acesso em 04 dez. 2019.

Depois de recuo considerável em 2005, os números da violência contra a população LGBT voltaram a crescer. Em 2006 foram 7 vítimas a mais – assassinadas – por serem LGBT, em 2007 esse número teve um aumento assustador de 51%, foram 41 vítimas a mais com relação aos dados de 2005 (81 assassinatos), em 2007 (122 assassinatos).

A população LGBT esta vulnerável a violência. Em 2008 foram “exterminadas” 187 pessoas – por serem LGBT – sim estamos falando de um grupo vulnerável que esta sendo exterminada, não existe outra palavra para “repudiarmos” a violência contra a população LGBT. Só nos últimos 3 anos teve um aumento de 131% em comparativo dos anos 2005 – 2008.

Figura 10 – Tabela *Homofobia Mata: Homossexuais Assassinados por Estado (2008)*

ESTADO

Estado	Gays	Travestis	Lésbicas	Total
TOTAL	121	59	7	187
PE	15	11	1	27
BA	17	6	1	24
SP	11	7	-	18
RJ	9	2	1	12
SE	6	4	1	11
MG	5	3	-	8
AL	8	-	-	8
CE	7	-	-	7
MA	6	-	1	7
PB	6	1	-	7
AM	5	1	-	6
MS	2	3	1	6
RN	4	1	-	5
ES	2	2	1	5
MT	2	3	-	5
GO	3	1	-	4
PR	1	3	-	4
DF	1	2	-	3
RO	3	-	-	3
RS	1	2	-	3
SC	2	1	-	3
PI	1	1	-	2
PA	1	1	-	2
TO	1	1	-	2
ITA	-	2	-	2
AC	1	-	-	1
RR	1	-	-	1
PORTUGAL	-	1	-	1

Fonte: **GGB** – Disponível em: https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2013/07/tabelas_completas_2008_-_assassinatos.pdf. Acesso em 04 dez. 2019.

O estado de Pernambuco liderou o ranking de estados com 27 mortes. Em Goiás em 2008 foram 4 assassinatos contra a população LGBT. Outro dado preocupante é o aumento de vítimas da comunidade lésbicas, em 2005 foi uma única morte registrada, em 2008 esse número subiu para 7 mulheres assassinadas – por serem LGBT. São em geral mortes violentas cometidas com armas de fogo, facadas, espancamentos e estrangulamentos. As travestis em 2008 foram 59 assassinadas.

Partindo desses dados de mortes de lésbicas – 7 casos, e travestis – 59 casos (2008), daí a necessidade de analisarmos as ações constantes do *II PNPM* (2008) e observarmos que ações estão sendo discutidas para implementação nas linhas de atuação “IV – Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres” e “IX – Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia”. Vejamos os quadros:

IV – Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

Tabela 6 – *II PNPM (2008): Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres*

OBJETIVOS	METAS	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Quais são os objetivos? Geral e Específicos:	Quais são os primeiros passos para	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?

	alcançar esses objetivos?		
<p>GERAL:</p> <p>ESPECÍFICOS:</p> <p>III. Promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades e de valorização da paz;</p> <p>IV. Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência considerando as questões étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional;</p>			4.1.7. Promover a formação continuada das/os profissionais da Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência (operadoras/es de direito, segurança pública, saúde, assistência social e demais profissionais) e da educação nas temáticas de gênero e de violência contra as mulheres, raça/etnia, orientação sexual e geração.
			4.3.8. Estimular o desenvolvimento de campanhas de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia. 4.3.9. Estimular a realização de eventos, políticas e programas com o objetivo de elaborar, pactuar e disponibilizar ferramentas para a superação do racismo, sexismo e lesbofobia.
			4.6.4. Garantir o direito a visita íntima para as mulheres encarceradas independente da orientação sexual. (BRASIL, 2008, p. 103 – 114).

IX – Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia

Tabela 7 – II PNPM (2008): Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia

OBJETIVOS	METAS	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Quais são os objetivos? Geral e Específicos:	Quais são os primeiros passos para alcançar esses objetivos?	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?
GERAL I. Instituir políticas, programas e ações de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia e assegurar a incorporação da perspectiva de raça/etnia e orientação	A – Formar 120 mil profissionais da educação básica nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual, em processos executados ou apoiados pelo	9.1. Formular e implementar programas, projetos e ações afirmativas e de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia nas instituições públicas governamentais; 9.2. Fortalecer as políticas de enfrentamento da	As ações referentes a este capítulo encontram-se distribuídas pelos outros capítulos do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. (BRASIL, 2008, p. 174 – 176).

sexual nas políticas públicas direcionadas às mulheres.	governo federal; J – Desenvolver experiências piloto para a implantação de diretrizes estratégicas de atendimento à saúde das mulheres lésbicas e bissexuais em cinco municípios do país; K – Promover a articulação de cinco redes de monitoramento da mídia para denúncia de abordagens discriminatórias de gênero, raça/etnia e orientação sexual em todas as regiões do país;	discriminação contra as mulheres atingidas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, deficiência, fatores geracionais e outras formas de intolerância e discriminação; 9.3. Apoiar a capacitação de lideranças do movimento de mulheres e feministas na promoção de políticas e ações de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia e ações afirmativas.	
---	---	--	--

Observamos um avanço na linha de atuação “Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres”, pois, no PNPM (2005) trazia as ações contra o enfrentamento à violência das mulheres de forma genérica, sem fazer menção, nem por orientação sexual – agora – no PNPM (2008) reconhece a mulher em sua especificidade, apontando, em suas ações a lesbofobia.

Dois dos objetivos específicos na linha de atuação da violência asseguram as discussões em torno de – promover uma mudança cultural em respeito à diversidade; e garantir e proteger as mulheres na perspectiva da orientação sexual – isso reflete nas ações de formação de profissionais para atenção as mulheres lésbicas; estimulam campanhas, eventos, políticas e programas de enfrentamento a lesbofobia; e assegura a visita íntimas para as presas e suas companheiras. Mesmo que tímido, as ações, é um avanço, dado que, no PNPM (2005), não trazia nenhuma ação específica às mulheres lésbicas.

No Brasil a violência é um fenômeno presente na vida de milhões de mulheres.

[...] é importante citar a violência institucional a que estão submetidas nos diferentes espaços da vida pública e, como preocupação central do Governo Federal, nos estabelecimentos penais femininos. Existem, hoje, no Brasil quase 26 mil mulheres

encarceradas, o que representa 6% da população carcerária do país. Deste total, 8.890 cumprem pena em regime fechado, por vezes em unidades penais femininas 5, nas quais importantes direitos são violados (BRASIL, 2008, p. 96).

São violências distanciadas da realidade, fora do campo de visão da população e legitimadas nesses estabelecimentos penais. Se a mulher já sente a violência por “ser mulher” dentro de todos os padrões heteronormativos, imagina a mulher lésbica. Essas formas de violências, presentes na vida das mulheres, dificultam sua atuação como mulher, companheira, mãe e profissional, necessitando assim, de políticas que garantam maiores avanços e possibilidades na qualidade de vida.

Nesse sentido, o *II PNPM* propõe uma intervenção pública de caráter multisetorial que deve buscar, simultaneamente, desenvolver ações que:

i) desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero; ii) interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; iii) promovam o empoderamento das mulheres; iv) garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência. Logo, a noção de enfrentamento não se restringe apenas à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres (BRASIL, 2008, p. 98).

O proposto no plano pressupõe grandes possibilidades de prevenir, minimizar e combater a violência na garantia dos direitos das mulheres, ressaltado em seus objetivos específicos, na quarta linha de atuação, sinaliza a promoção à integração e a articulação dos serviços e instituições de atendimento às mulheres em situação de violência.

O Comitê recomendou, ainda, o monitoramento sistemático e a avaliação do impacto da Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), inclusive por meio da coleta de dados, desagregados por tipo de violência e pela relação do perpetrador com a vítima; e de campanhas de conscientização pública para o reconhecimento da violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos. Tal como apresentado, diversas foram as ações já desenvolvidas que atendem a esta demanda, a exemplo do Observatório, da Central de Atendimento e das ações preventivas de educação e cultura (BRASIL, 2008, p. 102).

O plano apresenta os objetivos gerais que intenciona reduzir os índices de violência contra as mulheres por meio da,

I. Consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres com plena efetivação da Lei Maria da Penha; II. Implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres; III. Implementação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no que diz respeito às ações referentes ao tráfico de mulheres, jovens e meninas (BRASIL, 2008, p. 108).

Já nos objetivos específicos é destaque no item IV “Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência considerando as questões étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional” (BRASIL, 2008, p. 108).

Vale destacar que tivemos uma importante lei sancionada – A Lei N.º 11.340/2006 popularmente conhecida como *Lei Maria da Penha* na qual criminaliza, na esfera penal, a violência doméstica contra a mulher, algo fundamental e tão requerido por movimentos de mulheres e feministas.

Outro aspecto relevante contido no *PNPM (2008)* é a discussão da linha de atuação IX – Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia, pois trata dos segmentos populacionais das mulheres negras e indígenas e das lésbicas que encontram-se expostos a diferentes formas de violência e exclusão dentro e fora das políticas públicas, em decorrência da forma de estruturação da sociedade brasileira.

Essa forma de citar a orientação sexual, no segundo *PNPM (2008)*, está posta no âmbito da “violência e enfrentamento” das mulheres, e inclui o termo lésbica,

A força da discriminação no Brasil, seja ela de gênero, de raça/etnia ou de orientação sexual, é um dos principais fatores de produção de desigualdades, tanto entre as mulheres e os homens, quanto entre as próprias mulheres. Assim, para a melhoria das condições de vida destes grupos há que se ter um compromisso político que assegure o enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia, posto que estes fenômenos reforçam as desigualdades (BRASIL, 2008, p.170).

Contudo, a pesquisa faz a análise de como as mulheres lésbicas em suas especificidades estão contempladas no *II PNPM (2008)* e foi percebido um pequeno avanço para questões mais específicas, no entanto, as ações para a superação dessas discriminações e desigualdades foram distribuídas nos diferentes planos de ação e as prioridades ainda não atendem as reivindicações dessas mulheres como um todo, generalizando a sua condição.

2.4.3 II PNPM (2008): A mulher lésbica em Outras linhas de atuação

Ações específicas em prol da especificidade da mulher lésbica aparecem em outras linhas do *PNPM (2008)*, embora, não seja nosso foco aqui, é importante citar esses avanços, vejamos as linhas de atuação, prioridades e ações:

- Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social: Propõem ações de formação profissional do Projovem; na implementação do programa Pró-

Equidade de gênero; na capacitação de servidores do SRTE no tocante a discriminação e assédio moral; e, cobra a realização de campanhas nacionais em torno da discriminação e assédio – considerando todas essas ações na dimensão da “orientação sexual”. E o mais importante, cobra o reconhecimento de pensão por morte do companheiro homoafetivo no regime da previdência social.

Tabela 8 – II PNPM (2008): Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social

LINHA DE ATUAÇÃO	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Linha de atuação	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?
I – Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social.	1.1. Ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho.	1.1.5. Atender jovens mulheres de forma prioritária nas ações de formação profissional do Projovem, considerando as dimensões étnico-raciais, de orientação sexual e territorial.
	1.6. Promover relações de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, raça/etnia, orientação sexual, geração ou deficiência com equidade salarial e no acesso a cargos de direção.	1.6.1. Implementar o programa Pró-Equidade de Gênero, considerando as dimensões étnico-raciais, geracionais e de orientação sexual. 1.6.6. Capacitar servidores/as das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE) sobre assédio moral e sexual e sobre a discriminação de gênero, raça/etnia e orientação sexual no trabalho. 1.6.8. Realizar campanhas nacionais de combate à discriminação baseada no gênero, raça/etnia, orientação sexual, deficiência e soropositividade para HIV na contratação e nos ambientes de trabalho.
	1.7. Promover políticas de previdência social inclusivas para as mulheres.	1.7.3. Reconhecer o direito à pensão por morte de companheiro/a homoafetivo/a no Regime Geral de Previdência Social, observando as mesmas regras adotadas para os/as companheiros/as de diferentes sexos. (BRASIL, 2008, p. 40 – 52).

- Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos: Propõem ações na capacitação de gestores e profissionais de saúde na abordagem da saúde de lésbicas e bissexuais; cobra a confecção de materiais sobre a saúde de lésbicas e bissexuais; e principalmente, propõe elaborar e distribuir ações de diretrizes em atenção à saúde de lésbicas, bissexuais e transexuais. Reconhecer a pluralidade do ser mulher – em atenção às transexuais – é um avanço de que cobrar por políticas públicas é um direito democrático e deve zelar pela atenção em todas as suas especificidades.

Tabela 9 – II PNPM (2008): Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos

LINHA DE ATUAÇÃO	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Linha de atuação	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?

III – Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.	3.8. Estimular a implantação da Atenção Integral à Saúde das Mulheres, por meio do enfrentamento das discriminações e do atendimento às especificidades étnico-raciais, geracionais, regionais, de orientação sexual, e das mulheres com deficiência, do campo e da floresta e em situação de rua.	3.8.9. Sensibilizar gestores/as e assessorar tecnicamente as Secretarias Estaduais e municipais de Saúde para capacitação de profissionais de saúde para abordagem das especificidades da saúde das lésbicas e bissexuais. 3.8.11. Elaborar e distribuir Diretrizes Estratégicas sobre Atenção à Saúde das lésbicas e bissexuais. 3.8.12. Elaborar e distribuir Diretrizes Estratégicas sobre Atenção à Saúde das transexuais. 3.8.13. Produzir materiais sobre direito a saúde das mulheres negras, quilombolas, indígenas, ciganas, população feminina do campo e floresta, lésbicas e bissexuais. (BRASIL, 2008, p. 81 – 94).
---	--	---

- Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão: Democracia se constrói com representatividade, daí a necessidade de incentivar nos partidos políticos a criação de secretárias específicas para mulheres “em sua pluralidade”, respeitando a sua orientação sexual; e apoiar técnico e financeiramente a formação de lideranças políticas de movimentos feministas na promoção de políticas públicas de enfrentamento a lesbofobia e outras especificidades. Precisamos de representatividade, ter uma câmara de vereadores, assembleias legislativas, uma câmara de deputados e um senado cada vez mais plural, para assegurar a diversidade de sua representação e coibir qualquer ato do executivo que não respeite a pluralidade da diversidade na sociedade brasileira. A maioria deve estar em sua representação e não em um quantitativo que nega a existência do outro – “Se nós somos a maioria, por que cedermos à minoria?⁵⁷” – Nós somos a resistência, nós somos a democracia!

Tabela 10 – II PNPM (2008): Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão

LINHA DE ATUAÇÃO	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Linha de atuação	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?
V – Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.	5.2. Criação de mecanismos de apoio à participação político-partidária das mulheres.	5.2.9. Incentivar a criação de Secretarias de Mulheres em todos os partidos políticos, com a garantia de recursos para o seu funcionamento, respeitando-se os recortes étnico-raciais, de classe e de orientação sexual.

⁵⁷ Disponível em: <<https://amazonasatual.com.br/se-nos-somos-a-maioria-por-que-cedemos-a-minoria-diz-bolsonaro-em-culto-em-manaus/>>. Acesso em 04 dez. 2019.

	<p>5.3. Fortalecimento da participação social na formulação e implementação das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e de combate a todas as formas de discriminação baseadas na raça/etnia, geração, orientação sexual, entre outras relacionadas à diversidade humana e cultural.</p>	<p>5.3.7. Apoiar técnica e financeiramente a capacitação de lideranças do movimento de mulheres e feminista na promoção de políticas e ações de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia e ações afirmativas. (BRASIL, 2008, p. 122 – 127).</p>
--	--	---

- Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias: Precisamos mudar uma “cultura ao ódio”, e para isso ações como “pontos de cultura” na qual disseminam o respeito à diversidade, a orientação sexual é de suma importância para fomentar uma mudança de comportamento em nossa sociedade. Apoiar ações que profissionalizem comunicadores a abordar essa pluralidade, na qual, valoriza o respeito à diversidade e imprimir em suas campanhas a difusão de ações na produção de materiais que acolhem essa nova perspectiva inclusiva, numa dimensão que transforme essa sociedade “heteronormativa” cultuada ao ódio, com aversão ao diferente. Precisamos que o poder público institua mecanismos, que coíba práticas midiáticas de imagens que pejorativamente discriminem a diversidade ou que não de visibilidade as suas ações.

Tabela 11 – II PNPM (2008): Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias

LINHA DE ATUAÇÃO	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Linha de atuação	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?
VIII – Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias.	8.1. Estimular e garantir que os programas de fomento à produção e difusão cultural valorizem a expressão das mulheres e sua	8.1.4. Implantar Pontões de Cultura especificamente voltados para a questão de gênero, considerando as especificidades étnico-raciais, de geração e de orientação sexual.

	contribuição social, política, econômica e cultural.	
	8.2. Estimular a produção e difusão de conteúdos não-discriminatórios e não-estereotipados das mulheres, valorizando as dimensões de raça/etnia, orientação sexual e geração.	8.2.4. Apoiar ações de capacitação de profissionais da mídia e de comunicadores locais para que abordem temas relativos à situação das mulheres, bem como as dimensões da violência e das iniquidades nas políticas públicas, visando garantir a valorização e o respeito à diversidade e a não discriminação de gênero, raça/etnia, geração e orientação sexual. 8.2.9. Apoiar a produção, difusão e distribuição de materiais produzidos por organizações de mulheres ou outras organizações da sociedade civil comprometidas com a valorização das dimensões étnico-raciais, de gênero, orientação sexual e geracional.
	8.3. Construir mecanismos de monitoramento dos conteúdos veiculados nos espaços de mídia e comunicação, assegurando participação ativa, constante e capilarizada da sociedade.	8.3.1 Criar mecanismo institucional que monitore a veiculação de imagens de mulheres, de negros e homossexuais na mídia em geral, de forma a combater a discriminação e a mercantilização do corpo e da vida das mulheres. (BRASIL, 2008, p. 162 – 167).

- Gestão e monitoramento do Plano: Visibilidade só esta presente quando temos pessoas empenhadas nas causas, um espaço se torna representativo porque dispõe de lideranças que tem legitimidade para discutir, avaliar e traçar novos panoramas. A diversidade só estará democraticamente representada ocupando esses espaços de representação, incluindo a gestão e monitoramento do plano.

Tabela 12 – II PNPM (2008): Gestão e monitoramento do Plano

LINHA DE ATUAÇÃO	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Linha de atuação	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?
XI – Gestão e monitoramento do Plano	11.1. Capacitação e qualificação de agentes públicos, nos temas de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geração e direitos humanos.	11.1.8. Criar um Banco de Consultoras nas dimensões temáticas de racismo, sexismo e lesbofobia para a qualificação de profissionais e gestores de todas as áreas do II PNPM e níveis governamentais.

	11.2. Produção, organização e disseminação de dados, estudos e pesquisas que tratem das temáticas de gênero, raça/etnia, violência contra as mulheres, orientação sexual, geração e direitos humanos.	11.2.21. Gerar dados e estratégias para o diagnóstico da violência contra a mulher jovem respeitando as diversidades de orientação sexual, de classe social e de raça/etnia.
	11.4. Monitoramento e avaliação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.	11.4.5. Instituir, no âmbito da SPM, Grupo de Assessoramento para monitorar a implementação das ações de combate ao racismo, sexismo e lesbofobia no âmbito do PNPM. (BRASIL, 2008, p. 192 – 198).

Em termos gerais, o *II PNPM* (2008), expressa a vontade política e o comprometimento, mas a efetivação ainda deixa a desejar no âmbito da realidade. Assim, espera-se que o *III PNPM* (2013 – 2015) possa, de fato, contribuir para eliminar a discriminação das mulheres lésbicas no trato de suas especificidades.

2.5 O III Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPM (2013–2015) – Educação para Igualdade e Cidadania, Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres e Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia

O *III PNPM (2013-2015)* constitui-se em um elemento estrutural da configuração de um Estado democrático. O teor do plano e o envolvimento de vários segmentos do governo e da sociedade civil sinalizam a relevância desse documento para os grupos nele representadas – em especial as lésbicas.

Contribui para o fortalecimento e a institucionalização da Política Nacional para as Mulheres que teve sua primeira edição em 2005, e referendada em 2008, cuja transversalidade das políticas de gênero é, ao mesmo tempo, um construto teórico e um conjunto de ações e de práticas políticas e governamentais.

Fomentada pela SPM, em dezembro de 2011, aconteceu a *III CNPM*, com 2.125 delegadas (2.700 anteriormente 2007) que debateram as suas agendas e elaboraram o *III PNPM (2013 – 2015)* publicado em 2013, foi à oportunidade de afirmar como destacou a

presidenta Dilma Rousseff “Eu tenho o compromisso inabalável – e reafirmo aqui – de aprofundar as políticas de igualdade e gênero no nosso país” (BRASIL, 2013, p. 9).

O processo como um todo envolveu mais de 200 mil mulheres com a realização de conferências municipais e estaduais em todas as unidades federativas do país e no Distrito Federal, demonstrando a força dos movimentos: de mulheres, das feministas, das negras, e de grupos diversos representativas como as lésbicas, as transexuais, as do campo e floresta, as quilombolas, dentre outros, que abarcam as mulheres em suas especificidades por políticas públicas junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e o Comitê de Articulação e Monitoramento PNPM.

O *III PNPM (2013–2015)* continua orientando-se pelos seguintes pontos fundamentais, reafirmando:

- autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida;
 - busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos;
 - respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação;
 - caráter laico do Estado;
 - universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado;
 - participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e
 - transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.
- (Brasil, 2013, p. 9 – 10).

A estrutura do *III PNPM (2013 – 2015)* é organizada em 10 capítulos⁵⁸, seguindo os mesmos parâmetros do *II PNPM* anterior, com algumas alterações na nomenclatura de alguns capítulos, sem modificar, a forma conteúdista da problemática abordada: I – Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica; II – Educação para Igualdade e Cidadania; III – Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; IV – Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres; V – Fortalecimento e Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão; VI – Desenvolvimento Sustentável com Igualdade Econômica e Social; VII – Direito à Terra com Igualdade para as Mulheres do Campo e da Floresta; VIII – Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia; IX – Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia; X – Igualdades para as Mulheres Jovens, Idosas e Mulheres com Deficiência; e por fim, Gestão e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres – conta com 103 metas, distribuída em 70 linhas de ação (prioridades), e contendo 412 ações. (BRASIL, 2013).

⁵⁸ A grande área de atuação “XI – Gestão e Monitoramento do Plano (*PNPM 2008*)” deixou de ser incorporado enquanto capítulo – no *PNPM 2013–2015* – e passou a vigorar enquanto redação final de monitoramento, conforme já apresentando anteriormente no *PNPM 2005*.

Assim, para analisar como as “mulheres lésbicas” são contempladas – nesta pesquisa – em suas especificidades no *III PNPM (2013 – 2015)* serão apresentados os pontos – ações – que traz como foco integral 03, dos 10 capítulos de atuação: II – Educação para Igualdade e Cidadania; IV – Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres; IX – Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia. Essas 03 linhas de atuação é o foco desta pesquisa, para debater educação e segurança. Por fim, apresento um resumo das ações constantes nos demais capítulos, na qual, o foco são as ações direcionadas às mulheres lésbicas para observações como o plano de forma geral atende a comunidade de lésbicas.

Vejam os pontos, no tocante esse PNPM (2013 – 2015) para enxergar os possíveis avanços ou retrocessos que se articulam através dos movimentos, conferências, etc.

2.5.1 III PNPM (2013–2015): Educação para Igualdade e Cidadania

“Vítima de homofobia, aluno agredido quebra silêncio e pede respeito”⁵⁹. C. T. 15 anos – Santo Ângelo – RS (24 mai. 2012).

“Aluna homossexual afirma ter sido agredida por mãe e avô de colega”⁶⁰. Estudante de 16 anos – Bela Vista de Goiás – GO (13 nov. 2012).

“Aluno da UFG diz que apanhou de colegas portugueses por ser gay”⁶¹. Estudante de 21 anos – Goiânia – GO (08 fev. 2013).

“Aluna homossexual é atacada”⁶². Estudante de 20 anos – Brasília – DF (20 fev. 2013).

“Professor da UFMA diz ser vítima de homofobia por parte de alunos”⁶³. Glécio Machado Siqueira 36 anos – Chapadinha – MA (28 nov. 2014).

Não importa se você esta na região norte ou na região sul, se você tem 15, 20 ou 36 anos, se esta na capital ou no interior, no ensino base ou na universidade, a cada ano, as

⁵⁹ 24 mai. 2012 – Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/vitima-de-homofobia-aluno-agredido-quebra-silencio-e-pede-respeito.044a42ba7d2da310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>>. Acesso em 05 dez. 2019.

⁶⁰ 13 nov. 2012 – Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/11/aluna-homossexual-afirma-ter-sido-agredida-por-mae-e-avo-de-colega.html>>. Acesso em 05 dez. 2019.

⁶¹ 08 fev. 2013 – Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/02/aluno-da-ufg-diz-que-apanhou-de-colegas-portugueses-por-ser-gay.html>>. Acesso em 05 dez. 2019.

⁶² 20 fev. 2013 – Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2013/02/20/ensino_ensinosuperior_interna.350529/aluna-homossexual-e-atacada.shtml>. Acesso em: 05 dez. 2019.

⁶³ 28 nov. 2014 – Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/11/professor-da-ufma-diz-ser-vitima-de-homofobia-por-parte-de-alunos.html>>. Acesso em 05 dez. 2019.

vítimas de homofobia, sejam alunos ou professores nos espaços escolares – se multiplicam – e essa é uma triste realidade do retrato da homofobia no âmbito escolar do país.

Precisamos de respeito! Começa pela intolerância, daí vem o bullying, seguida de uma agressão verbal, parte para a agressão física, acarreta na dor psicológica e em caso mais severos a morte! No Brasil se morre por ser gay, lésbica, bissexual ou transexual, se morre por ser quem você é! A Homofobia MATA! Estamos morrendo! Minha carne sangra a cada irmão agredido... Meu corpo chora a cada ato de intolerância... E onde esta a educação? Cadê as ações do *III PNPM (2013–2015)*?

O ensino clama por uma ação emergencial por parte do poder público, precisamos falar mais sobre diversidade, respeito, intolerância, educação sexual, identidade de gênero, orientação sexual, não podemos nos calar... Precisamos dar voz à diversidade e ensinar respeito, vivemos numa cultura ao ódio e o ódio a cada dia parece estar mais presente.

Dessa forma, entende-se que, a educação é um campo fundamental e necessário para implementação de políticas públicas, não podemos ficar no passado – 2005 e 2008 – os efeitos ainda continuam, precisamos continuar falando, discutindo, propondo, implementando, precisamos mudar e transformar essa triste realidade, e o começo sempre será pela educação:

A importância da educação para consolidação do exercício de direitos e para construção da autonomia individual e coletiva, bem como para o desenvolvimento econômico e social do mundo moderno, é reconhecida mundialmente. É um meio fundamental para o desmonte das desigualdades sociais de gênero, raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, regionais e locais (BRASIL, 2013, p. 22).

Aqui se trata de reconhecer a educação para se trabalhar temáticas que discriminam e marginalizam. “(...) consolidar na política educacional as perspectivas de gênero, raça, etnia, orientação sexual, geracional, das pessoas com deficiência e o respeito à diversidade em todas as suas formas, de modo a garantir uma educação igualitária e cidadã” (BRASIL, 2013, p. 23). E continua... “(...) articular a ampliação do alcance do Programa *Gênero e Diversidade na Escola* para as instituições de ensino superior público e privado e demais modalidades” (BRASIL, 2013, p. 24).

Estamos discutindo o *III PNPM (2013–2015)* no tocante a Educação – uma Educação para a Igualdade e Cidadania – temos sido uma sociedade muito desigual, não só economicamente, estamos desiguais no respeito, nas políticas, nos julgamentos de ações jurídicas, estamos desiguais no amparo às vítimas, etc., daí a necessidade de diálogos...

O que comparece no plano anuncia uma oportunidade e uma possibilidade para abrir o debate e efetivamente avançar nos temas que são discriminados e marginalizados. Vejamos o quadro, na qual, trata das ações de educação no *PNPM (2013 – 2015)* para que possamos entender um pouco o que pode ser feito na área de políticas públicas para mulheres, que possa contribuir para mudar esse cenário desastroso, na qual, as mulheres, lésbicas, bissexuais ou transexuais são vítimas cotidianamente:

Tabela 13 – III PNPM (2013 – 2015): Educação para Igualdade e Cidadania

OBJETIVOS	METAS	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Quais são os objetivos? Geral e Específicos:	Quais são os primeiros passos para alcançar esses objetivos?	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?
<p>GERAL</p> <p>I. Contribuir para a redução da desigualdade entre mulheres e homens e para o enfrentamento do preconceito e da discriminação de gênero, étnica, racial, social, religiosa, geracional, por orientação sexual, identidade de gênero e contra pessoas com deficiência por meio da formação de gestores/as, profissionais da educação e estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino.</p> <p>II. Consolidar na política educacional as perspectivas de gênero, raça, etnia, orientação sexual, geracional, das pessoas com deficiência e o respeito à</p>	<p>J. Formar até 140 mil profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, étnicas, raciais e de orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola.</p>	<p>2.1. Promoção de medidas educacionais no âmbito escolar e universitário para o enfrentamento de todas as formas de violência, discriminação e preconceito contra as mulheres, considerando as dimensões raciais, étnicas, de origem, de classe social, de idade, de orientação sexual, de identidade de gênero e as mulheres com deficiência.</p> <p>2.2. Promoção de cursos de formação continuada de gestores e gestoras e profissionais da educação para a igualdade de gênero, raça, etnia e o reconhecimento das diversidades.</p>	<p>2.1.3. Elaborar e distribuir materiais didáticos referentes a gênero, raça, etnia, orientação sexual e direitos humanos.</p> <p>2.1.4. Disponibilizar obras de referência elaboradas com base no reconhecimento e na valorização da diversidade humana, ampliando o acesso a materiais pedagógicos que contribuam para a formação de uma cultura cidadã e para afirmação de valores que se oponham a todo tipo de preconceito, discriminação e exclusão, com ênfase na temática de gênero.</p> <p>2.2.2. Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação e demanda social nas temáticas de gênero, relações étnicas, raciais e de orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola.</p>

<p>diversidade em todas as suas formas, de modo a garantir uma educação igualitária e cidadã.</p> <p>ESPECÍFICOS:</p> <p>I. Eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios e promover a inserção de temas voltados para a igualdade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica.</p> <p>II. Promover a formação continuada de gestores/as e servidores/as públicos/as de gestão direta, sociedades de economia mista e autarquias, profissionais da educação, como também a formação de estudantes de todos os níveis, etapas e modalidades dos sistemas de ensino público de todos os níveis nos temas da igualdade de gênero e valorização das diversidades.</p> <p>III. Promover políticas para a ampliação do acesso e permanência das mulheres no ensino profissional, tecnológico e no</p>		<p>2.4. Produção e difusão de conhecimentos sobre relações de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, raça e etnia, em todos os níveis e modalidades de ensino.</p> <p>2.6. Formação de estudantes da educação básica para a igualdade de gênero, raça, etnia e o reconhecimento das diversidades.</p>	<p>2.4.5. Incentivar a produção de estudos, pesquisas e ações de mudança voltadas para o enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia, a partir da criação de interface com instituições de pesquisa nacionais e internacionais e com organizações de mulheres negras, indígenas e lésbicas.</p> <p>2.6.1. Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero – que contemplem as abordagens de classe social, raça, etnia, orientação sexual e geracional – em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.</p> <p>2.6.2. Inserção da temática de gênero, classe social, raça, etnia, orientação sexual e geracional nos materiais didáticos empregados e nos currículos.</p> <p>2.6.4. Elaborar materiais didáticos e formar educadores/as e alunos/as em temas relacionados à promoção da saúde e dos direitos sexuais e direitos reprodutivos de jovens e adolescentes e prevenção das DST/HIV/Aids, uso de álcool e outras drogas e suas consequências, em sua interface com as questões de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual e identidade de gênero.</p> <p>2.6.5. Aprimorar a avaliação do livro didático em relação a gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero e direitos humanos. (BRASIL, 2013, p. 23 – 27).</p>
--	--	---	---

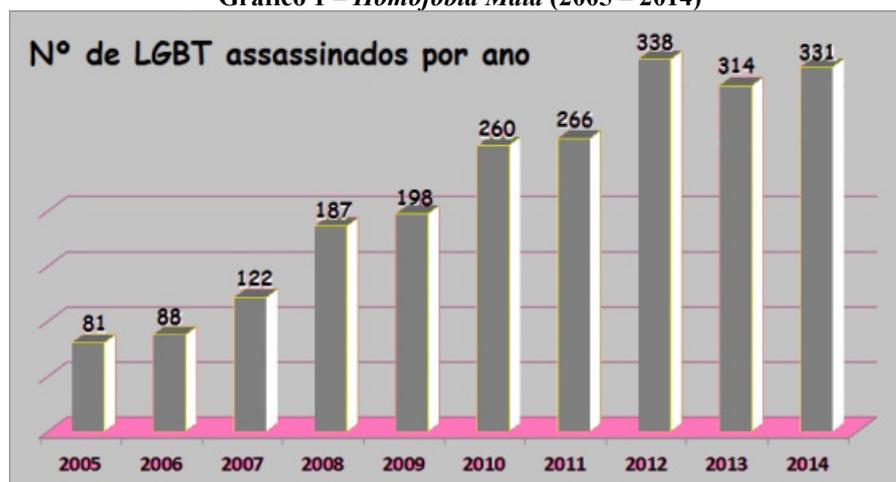
<p>ensino superior, com destaque para as áreas científicas e tecnológicas, com igualdade de gênero, raça, etnia, considerando as mulheres em sua diversidade.</p> <p>IV. Estimular a produção de conhecimento sobre relações sociais de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, levando em consideração os aspectos étnicos, raciais, geracionais e das pessoas com deficiência.</p>			
--	--	--	--

Das 29 ações proposta, o plano busca consolidar 8 ações no tocante a comunidade lésbica, na linha de Educação e Cidadania. As ações de políticas públicas centram em suas propostas de discussões proporem: formular e articular diretrizes curriculares no tocante a abordagem de orientação sexual; elaborar e distribuir materiais didáticos com relação à temática “orientação sexual” e direitos humanos; formar profissionais da rede pública na temática “orientação sexual”; e, incentivar a produção de estudos no enfrentamento a lesbofobia.

As prioridades do plano é formar para a diversidade – combatendo de frente todas as formas de preconceito e discriminação na dimensão da orientação sexual, promovendo a difusão de conhecimento e formação de gestores na temática de orientação sexual. O cerne das ações de políticas públicas nesta linha de atuação continuam centrando na formação e difusão de informação.

2.5.2 III PNPM (2013–2015): Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres e Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia

Gráfico 1 – Homofobia Mata (2005 – 2014)



Fonte: Homofobia Mata. Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/quem-somos-3/146-2/>>. Acesso em 08 dez. 2019.

Desde 2005, ano em que foi publicado o *I PNPM (2005)* as estatísticas só tem aumentado, isso demonstra que o Estado precisa ser mais eficaz em suas ações e promover políticas públicas e leis mais “duras” para coibir e enfrentar um problema de natureza pública. Só em 2014 a cada 26h 30min 01 LGBT foi assassinado no país.

Desde o *II PNPM (2008)* temos uma linha de ação específica para o “Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia” – e o que vemos é o retrato de um país intolerante – em 2015 foram 318 vítimas⁶⁴ LGBT. Desde o período que contempla a publicação dos planos (2005 – 2015) foram 2.503 extermínios da comunidade LGBT.

Esse retrato infeliz também se propaga na comunidade lésbica com números expressivos, vejamos os dados dos últimos anos: 2009 – 09⁶⁵ / 2010 – 10⁶⁶ / 2011 – 07⁶⁷ / 2012 – 19 / 2013 – 14 / 2014 – 14 / 2015 – 16⁶⁸.

Daí a necessidade de cada vez mais – refletir – ações em educação e segurança, pensarmos e cobrarmos dos Estados políticas públicas eficazes no enfrentamento da redução desses dados. Para isso, veremos que ações de políticas públicas foram articuladas no *III PNPM (2013 – 2015)* para transformar esse retrato, no tocante à segurança e a lesbofobia.

⁶⁴ Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/10/relatc3b3rio.2016-1.pdf>>. Acesso em 08 dez. 2019.

⁶⁵ Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2013/07/tabela_geral_2009_assassinatos_de_homossexuais.pdf>. Acesso em 08 dez. 2019.

⁶⁶ Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/assassinatos/relatorios/relatorio-2010/>>. Acesso em 08 dez. 2019.

⁶⁷ Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/assassinatos/relatorios/relatorio-2011/>>. Acesso em 08 dez. 2019.

⁶⁸ Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/10/relatc3b3rio.2016-1.pdf>>. Acesso em 08 dez. 2019.

2.5.2.1 IV – Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

O IV capítulo do *III PNPM (2013 – 2015)* é dedicado ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, cujo objetivo geral traz “reduzir os índices de todas as formas de violência contra as mulheres” (BRASIL, 2008, p. 43), sendo uma ampliação na tentativa de reduzir os índices de todas as formas de violência contra as mulheres para melhorar as condições das mulheres numa sociedade machista e patriarcal, uma vez que esses objetivos são caminhos para a implementação do plano, porém, não contemplando as suas especificidades.

Em contrapartida, em seus objetivos específicos destacam-se aqui os itens I e V por se tratar das questões que apontam, especificamente, a vida das mulheres lésbicas.

Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência considerando as questões étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional. [...]

Desconstruir mitos e preconceitos em relação à violência contra a mulher, promovendo uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades e de valorização da paz. (BRASIL, 2013, p.43).

Nesses objetivos específicos é possível perceber que as mulheres lésbicas foram contempladas, porém, em sua generalidade, orientando-se pela redação “orientação sexual” e “respeito às diversidades”, não possibilitando uma visibilidade à comunidade lésbica. Porém, mesmo apresentando às especificidades nos objetivos específicos, quando você adentra nas ações das políticas públicas – o plano não apresenta as ações específicas à comunidade lésbica, as ações centram no enfrentamento da violência à mulher de forma genérica. Vejamos o quadro abaixo e em seguida observaremos as discussões do IX capítulo no que refere a lesbofobia.

Tabela 14 – III PNPM (2013 – 2015): Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

OBJETIVOS	METAS	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Quais são os objetivos? Geral e Específicos:	Quais são os primeiros passos para alcançar esses objetivos?	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?

<p>GERAL:</p> <p>ESPECÍFICOS:</p> <p>I. Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência considerando as questões étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional.</p> <p>V. Desconstruir mitos e preconceitos em relação à violência contra a mulher, promovendo uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades e de valorização da paz.</p>			(BRASIL, 2013, p. 43 – 49).
---	--	--	-----------------------------

2.5.2.2 IX – Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia

Para tanto, a III conferência nacional ressalta a relevância e pertinência do capítulo IX, desde a conferência anterior, e mantém as mesmas diretrizes, para o “Enfrentamento do racismo, do sexismo e lesbofobia” nas políticas públicas e na sociedade brasileira, bem como a necessidade de fortalecimento dessas ações, por entender a insuficiência da estratégia da transversalidade.

Seu objetivo geral é “instituir políticas, programas e ações de enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia e ao preconceito e discriminação baseadas na orientação sexual e identidade de gênero” (BRASIL, 2013, p. 84), sendo que:

O sexismo por sua vez desqualifica a mulher, hierarquiza as relações de gênero, impõe a heteronormatividade como única forma do exercício da sexualidade e

considera desviante e negativa o exercício das relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Assim, estimula a discriminação, autoriza o preconceito e promove a cultura de ódio e criminaliza na prática as relações entre pessoas homossexuais (BRASIL, 2013, p. 84).

Assim o *III PNPM (2013 – 2015)* ganha amplitude, avança com relação os outros planos – uma vez que as ações não ficam distribuídas ao longo do PNPM (em outras linhas de atuação), elas ganham corpo específico no tópico de sua natureza – A esse exemplo o uso de “desigualdades” (abaixo) refere-se às diferentes desigualdades derivadas das relações sociais de classe, gênero, raça e etnia; derivadas da norma da heterossexualidade obrigatória (heteronormatividade), do racismo, do sexismo e da lesbofobia, homofobia, transfobia, derivadas das diferenças geracionais e especificidades das situações das mulheres com deficiência, entre outras. Dessa forma, os objetivos específicos reafirmam a necessidade de:

I. Contribuir para a superação das desigualdades baseadas no racismo, sexismo, na orientação sexual e identidade de gênero. II. Fomentar a produção e difusão de conhecimentos sobre a dimensão ideológica do racismo, sexismo e lesbofobia e sobre todas as formas de discriminação e preconceito contra as mulheres, em especial a misoginia e a heteronormatividade. III. Contribuir para a superação da violência contra as mulheres, decorrente do racismo, do sexismo e da lesbofobia. IV. Contribuir para a superação do racismo institucional contra mulheres, garantindo o acesso equânime aos diferentes serviços e políticas públicas. V. Contribuir para a superação de todas as formas de violência institucional que atingem as mulheres em razão do racismo, sexismo, lesbofobia e de todas as formas de preconceito e discriminação baseadas em gênero, orientação sexual e identidade de gênero (BRASIL, 2013, p. 85).

Objetivos esses que possibilita representar os grupos discriminadas e ampliar a discussão acerca das mulheres lésbicas. A exemplo disso, é importante destacar que a meta “A” também viabiliza e enriquece a ações a serem efetivadas.

Realizar ações de formação para mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais sobre políticas públicas e acesso aos seus direitos, em redes multiplicadoras articuladas ao enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia e nas políticas afirmativas de promoção da igualdade de gênero, de raça/cor, etnia e de orientação sexual e identidade de gênero (BRASIL, 2013, p. 85 – 86).

E na meta K traz comparece, “Implementar a Política Nacional de Saúde Integral a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em todas as unidades da federação” (BRASIL, 2013, p. 85 – 86). Essas metas fortalecem o campo de atuação das mulheres lésbicas dentro dos PNPM. Algumas ações de destaque:

9.1. Fortalecimento e ampliação de programas, projetos e ações afirmativas e de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia. 9.2. Apoio às ações voltadas para o respeito ao direito à livre orientação sexual e à promoção da autonomia das mulheres lésbicas. 9.3. Implementação do plano nacional de políticas para a população LGBT e do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial de forma articulada com as políticas para as mulheres no enfrentamento de todas as formas de preconceito e discriminação. 9.4. Fortalecimento das políticas voltadas para as mulheres negras, lésbicas, bissexuais e transexuais. 9.5 Produção, fomento e publicação de estudos, pesquisas, dados e indicadores sobre igualdade de gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero e geração. (BRASIL, 2013, p. 86).

As linhas de ações apresentadas fazem toda a diferença para que as mulheres possam alcançar suas reivindicações e ganhe mais espaço para ter voz e alçar novos voos. De acordo o *III PNPM*, o avanço para políticas para mulheres são propositivas e conseguem atender várias especificidades, pelos menos nas linhas gerais do documento.

É importante entender que, nesta linha atuação temos como foco na mulher lésbica 11 das 12 ações de políticas públicas propostas, oriundas de 04 campos de prioridades.

Tabela 15 – III PNPM (2013 – 2015): Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia

OBJETIVOS	METAS	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Quais são os objetivos? Geral e Específicos:	Quais são os primeiros passos para alcançar esses objetivos?	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?
<p>GERAL Instituir políticas, programas e ações de enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia e ao preconceito e discriminação baseadas na orientação sexual e identidade de gênero.</p> <p>ESPECÍFICOS: I. Contribuir para a superação das desigualdades baseadas no racismo, sexismo, na orientação sexual e identidade de gênero. II. Fomentar a produção e difusão de conhecimentos sobre a dimensão ideológica do racismo, sexismo e lesbofobia e sobre todas as formas de discriminação e</p>	<p>A. Realizar ações de formação para mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais sobre políticas públicas e acesso aos seus direitos, em redes multiplicadoras articuladas ao enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia e nas políticas afirmativas de promoção da igualdade de gênero, de raça/cor, etnia e de orientação sexual e identidade de gênero.</p> <p>B. Realizar ações de formação para mulheres negras e quilombolas sobre políticas públicas e acesso aos seus direitos, em redes multiplicadoras articuladas ao</p>	<p>9.1. Fortalecimento e ampliação de programas, projetos e ações afirmativas e de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia.</p> <p>9.2. Apoio às ações voltadas para o respeito ao direito à livre orientação sexual e à promoção da autonomia das</p>	<p>9.1.1. Construir critérios para inserção na seleção pública de projetos, a inclusão da perspectiva étnica, racial e de orientação sexual, como um dos critérios de seleção e/ou pontuação. 9.1.2. Realizar campanha de promoção da igualdade de acesso, permanência e ascensão das mulheres negras e lésbicas nas instituições públicas e privadas. 9.1.3. Fortalecer, na estrutura das Ouvidorias dos órgãos governamentais, a capacidade para receber e atuar em denúncias de assédio moral e sexual, bem como de racismo, sexismo e lesbofobia. 9.1.4. Realizar levantamento de denúncias e medidas resultantes de seu processamento relacionadas a racismo, sexismo e lesbofobia nas Ouvidorias dos órgãos do governo federal.</p> <p>9.2.1. Apoiar ações de promoção da cidadania lésbica. 9.2.2. Difundir o Dia Nacional de Visibilidade Lésbica em todo o território nacional.</p>

<p>preconceito contra as mulheres, em especial a misoginia e a heteronormatividade.</p> <p>III. Contribuir para a superação da violência contra as mulheres, decorrente do racismo, do sexismo e da lesbofobia.</p> <p>V. Contribuir para a superação de todas as formas de violência institucional que atingem as mulheres em razão do racismo, sexismo, lesbofobia e de todas as formas de preconceito e discriminação baseadas em gênero, orientação sexual e identidade de gênero.</p>	<p>enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia e nas políticas afirmativas de promoção da igualdade de gênero, de raça/cor, etnia e de orientação sexual e identidade de gênero.</p> <p>C. Realizar ações de formação para mulheres indígenas sobre políticas públicas e acesso aos seus direitos, em redes multiplicadoras articuladas para garantia de políticas públicas de promoção da autonomia, acesso aos direitos, igualdade de gênero, etnia e de orientação sexual e identidade de gênero.</p> <p>F. Fomentar o desenvolvimento de linhas de pesquisa sobre o enfrentamento conjunto do racismo, sexismo e lesbofobia.</p> <p>G. Elevar os níveis de escolaridade de mulheres negras, indígenas, lésbicas e transexuais, com especial atenção à evasão escolar.</p> <p>H. Promover a atenção em saúde qualificada para as mulheres negras, indígenas, lésbicas e bissexuais.</p> <p>J. Produzir e difundir conteúdos não discriminatórios e não estereotipados das mulheres nos meios de comunicação, assim como promoção do acesso igualitário aos esportes e ao fomento às produções culturais, reconhecendo seu protagonismo e realizações nesses campos e valorizando as dimensões étnicas, raciais, de orientação sexual, de identidade</p>	mulheres lésbicas.	
		9.3. Implementação do plano nacional de políticas para a população LGBT e do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial de forma articulada com as políticas para as mulheres no enfrentamento de todas as formas de preconceito e discriminação.	9.3.1. Estimular a implementação de grupos de trabalho no âmbito do governo federal para a articulação, monitoramento e avaliação de ações de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia em programas estratégicos.
		9.4. Fortalecimento das políticas voltadas para as mulheres negras, lésbicas, bissexuais e transexuais.	9.4.1. Apoiar a realização de encontros, seminário e espaços para debates e discussão programática do enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia e promoção da igualdade de gênero, raça, etnia e orientação sexual e identidade de gênero. 9.4.2. Realizar ações que visem aprofundar a reflexão sobre a forma de atuação pública das mulheres negras, lésbicas, bissexuais e transexuais no Brasil. 9.4.3. Apoiar a realização de Seminários Nacionais de Lésbicas e Bissexuais. 9.4.4. Realizar Encontros e Seminários para articular a agenda de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia e outras formas de discriminação e preconceito.
		9.5. Produção, fomento e publicação de estudos, pesquisas, dados e indicadores sobre igualdade de gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero e geração.	(BRASIL, 2013, p. 85 – 88).

	de gênero e geracional. K. Implementar a Política Nacional de Saúde Integral a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em todas as unidades da federação.		
--	--	--	--

2.5.3 III PNPM (2008): A mulher lésbica em Outras linhas de atuação

Ações específicas em prol da especificidade da mulher lésbica aparecem em outras linhas do *III PNPM (2013 – 2015)*, embora, não seja nosso foco aqui, é importante citar esses avanços, vejamos as linhas de atuação, prioridades e ações:

- Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica: Propõem ações de inserção de mulheres jovens no mercado de trabalho respeitando a sua diversidade; promove a discussão da temática de orientação sexual no mercado de trabalho na produção de estatísticas; propõe redução de discriminação por orientação sexual através da qualificação profissional; e por fim, incluir a formação por dimensão de orientação sexual nos programas para mundo do trabalho na esfera federal.

Tabela 16 – III PNPM (2013 – 2015): Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica

LINHA DE ATUAÇÃO	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Linha de atuação	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?
I – Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica.	1.1. Promoção da inserção e da permanência das mulheres em relações formais de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, origem, raça, etnia, classe social, idade, orientação sexual, identidade de gênero ou deficiência, com igualdade de rendimentos e fomento à ascensão e à permanência em cargos de direção.	1.1.7. Fomentar a inserção no mercado de trabalho da mulher jovem, na sua diversidade, garantindo e fiscalizando a aplicabilidade das leis que oferecem às adolescentes e jovens a oportunidade do primeiro emprego e de sua formação como aprendizes. 1.1.13. Promover a discussão e produção de indicadores relacionados ao tema da orientação sexual e desigualdade racial em distintos âmbitos da produção de estatísticas sobre o mercado de trabalho.
	1.4. Estímulo à capacitação profissional de	1.4.1. Contribuir para reorganização das estratégias de formação para o mercado de trabalho, de modo a reduzir a discriminação de mulheres negras, indígenas e lésbicas

	mulheres e a sua inserção em ocupações que não reforcem a divisão sexual do trabalho.	em postos de trabalho. 1.4.4. Incluir as dimensões de gênero, étnica, racial e de orientação sexual nos programas de formação para o mundo do trabalho implementados pelo governo federal. (BRASIL, 2013, p. 16 – 19).
--	---	---

- Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos: Fomentar ações permanentes na capacitação de profissionais de saúde enfatizando as dimensões de orientação sexual e identidade de gênero; ampliar o acesso à saúde de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais; inserir o quesito orientação sexual e identidade de gênero nos sistemas de informações do SUS; e, implantar uma rede de atenção psicossocial em atenção ao cuidado a saúde na determinação de identidade de gênero – é um avanço observar ações de políticas públicas na saúde por determinação de gênero, reconhecendo a pluralidade e transversalidade do ser mulher em todas as suas especificidades.

Tabela 17 – III PNPM (2013 – 2015): Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos

LINHA DE ATUAÇÃO	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Linha de atuação	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?
I – Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.	3.1. Fortalecimento e implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.	3.1.3. Fomentar estratégias de educação permanente em saúde para profissionais de saúde, em especial profissionais do Programa de Saúde da Família sobre a PNAISM, em especial profissionais da Atenção Básica/Estratégia Saúde da Família sobre a PNAISM, enfatizando as dimensões de raça, etnia, orientação sexual, mulheres com deficiência e identidade de gênero, bem como mulheres em situação de prisão e mulheres do campo, da floresta e dos quilombos.
	3.2. Incorporação dos princípios da política nacional de atenção integral à saúde da mulher nas diferentes políticas e ações implementadas pelo Ministério da Saúde, promovendo e ampliando a atenção integral à saúde das mulheres em todas suas especificidades, em especial: negras, indígenas, quilombolas, lésbicas, bissexuais, transexuais, em situação de prisão,	3.2.1. Ampliar o acesso e melhorar a qualidade do cuidado à saúde integral das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT e PNAISM). 3.2.9. Inserir o quesito raça/cor/orientação sexual e identidade de gênero em todos os sistemas de informações do SUS.

	do campo e da floresta, com deficiência, em situação de rua, com sofrimento psíquico, e os diferentes ciclos da vida da mulher, com ênfase nos processos de climatério e envelhecimento.	
	3.10. Promoção da atenção à saúde mental das mulheres, considerando as especificidades raciais, étnicas, de origem, de classe social, de idade, de orientação sexual, de identidade de gênero, de deficiência, as mulheres em situação de prisão ou em situação de violência, incluindo mulheres do campo, da floresta, de quilombos e de comunidades tradicionais.	3.10.2. Implantar na rede de atenção psicossocial (atenção básica, centros de atenção psicossocial, unidades de acolhimento, leitos de saúde mental em hospital geral) estratégias de cuidado que considerem a determinação de gênero no sofrimento mental e transtornos mentais das mulheres.
	3.11. Promoção da atenção à saúde mental das mulheres com sofrimento mental causado pelo uso de substâncias psicoativas (álcool, crack e outras drogas, agrotóxicos).	3.11.2. Implantar na rede de atenção psicossocial (atenção básica, centros de atenção psicossocial, unidades de acolhimento, leitos de saúde mental em hospital geral) estratégias de cuidado que considerem a determinação de gênero no sofrimento mental causado pelo uso de substâncias psicoativas. (BRASIL, 2013, p. 33 – 40).

- Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder: Fomenta ações de políticas públicas que articulam a formação e participação de mulheres nos espaços de poder na política (sem distinção por orientação sexual ou identidade gênero), propondo ações que contemplem a sua diversidade sexual, na promoção de políticas de enfrentamento a lesbofobia, incentivando a gestão e criando comitês específicos.

Tabela 18 – III PNPM (2013 – 2015): Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão

LINHA DE ATUAÇÃO	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Linha de atuação	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?
Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.	5.1. Sensibilização da sociedade e implementação de estratégias para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.	5.1.2. Promover programas e ações de capacitação para mulheres jovens e adultas, com enfoque em políticas públicas contemplando a diversidade étnica, racial, de orientação sexual e identidade de gênero e regional.
	5.3. Estímulo à participação das mulheres no controle social das políticas públicas, especialmente por meio do fortalecimento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e dos respectivos conselhos estaduais, distrital e municipais.	5.3.6. Apoiar ações de capacitação na promoção de políticas e ações de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia e ações afirmativas. 5.3.7. Sensibilizar e estimular os conselhos nacional, estaduais, distrital e municipais de direitos da mulher a criarem câmaras técnicas para a formulação, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento de políticas de interseção de gênero, raça, etnia e orientação sexual.
	5.5. Estímulo à criação e fortalecimento de órgãos e organismos públicos de políticas para as mulheres nos estados, Distrito Federal e municípios.	5.5.7. Incentivar as gestoras para o estabelecimento de medidas que incluam as mulheres negras e as lésbicas nas ações e objetivos da Campanha Mais Mulheres no Poder. 5.5.8. Estimular a criação de Comitês de Gênero nos Ministérios que incorporem também as perspectivas étnica, racial e de orientação sexual. (BRASIL, 2013, p. 55 – 57).

- Cultura, esporte, comunicação e mídia: Essa linha de atuação propõe fomentar ações de políticas públicas na formação, produção, distribuição de materiais e campanhas de audiovisual no enfrentamento a lesbofobia, as discriminações por orientação sexual, a desconstrução de estereótipos de gênero, considerando a mulher em sua diversidade, respeitando a igualdade.

Tabela 19 – III PNPM (2013 – 2015): Cultura, esporte, comunicação e mídia

LINHA DE ATUAÇÃO	PRIORIDADES	PLANO DE AÇÃO
Linha de atuação	Quais são as prioridades?	Quais são os planos de ações?
Cultura, esporte, comunicação e mídia.	8.1. Estímulo e fomento à produção e difusão de conteúdos	8.1.1. Fomentar a produção de conteúdos audiovisuais que desconstruam mitos e estereótipos de gênero, estimulando as

	<p>não discriminatórios e não estereotipados das mulheres nos meios de comunicação, com o reconhecimento do protagonismo e realizações das mulheres e a valorização da diversidade relacionada a origem, raça, etnia, classe social, idade, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência.</p>	<p>produções locais. 8.1.2. Realizar campanhas de denúncia e combate à discriminação e aos estereótipos das imagens veiculadas sobre as mulheres na mídia, considerando as mulheres em sua diversidade. 8.1.3. Orientar as ações publicitárias e as publicações do governo federal visando garantir o respeito à igualdade de gênero, raça, etnia, e o combate à discriminação e estereótipos. 8.1.4. Apoiar ações de capacitação de profissionais da mídia e de comunicadoras/es locais, visando garantir a valorização e o respeito à diversidade e a não discriminação de gênero, raça, etnia, geracional, orientação sexual e identidade de gênero. 8.1.7. Fomentar a produção cultural afirmativa, que valorize as expressões das mulheres e sua contribuição para a diversidade cultural brasileira, bem como a produção e circulação de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados e, ao mesmo tempo, favorecer a presença e a permanência desses conteúdos e dessas produções nos espaços de fruição cultural brasileiros. 8.1.9. Estimular e contribuir para que os canais e TVs comunitárias produzam programas que abordem os temas relativos às questões de gênero, classe, raça e etnia, orientação sexual, identidade de gênero, pessoas com deficiência e comunidades tradicionais e de terreiro.</p>
	<p>8.3. Estímulo aos programas de fomento à produção e difusão cultural para a promoção da igualdade e valorização da expressão das mulheres, sua diversidade e sua contribuição social, política, econômica e cultural.</p>	<p>8.3.1. Estimular a produção, difusão e distribuição de material audiovisual, livros, materiais educativos/informativos e outras produções culturais que abordem a presença das mulheres na história e na cultura, considerando as dimensões étnicas, raciais, de orientação sexual, de identidade de gênero, geracionais e das mulheres com deficiência.</p>
	<p>8.4. Promoção do acesso das mulheres aos bens culturais e tecnologias da informação e apoio às mídias livres e alternativas.</p>	<p>8.4.3. Promover a capacitação para inclusão digital das mulheres, ampliação ao acesso às TICs, considerando as dimensões étnicas, raciais, de orientação sexual, de identidade de gênero, geracionais e das mulheres com deficiência.</p>

	8.5. Promoção do acesso das mulheres aos meios de produção cultural, às mídias e a programas de estímulo à produção cultural.	8.5.6. Estimular a produção, difusão e distribuição de material audiovisual, livros, materiais educativos/informativos e outras produções culturais que abordem a presença das mulheres na história e na cultura, considerando as dimensões étnicas, raciais, de orientação sexual, de identidade de gênero, geracionais e das mulheres com deficiência.
	8.6. Estímulo à participação ativa das mulheres na construção de instrumentos para acompanhamento da mídia nos conteúdos relativos às questões de gênero, raça, etnia e orientação sexual.	8.6.2. Criar Grupo de Trabalho de Cultura, Comunicação e Mídia Não Discriminatória, com representantes dos poderes executivo, legislativo, judiciário e da sociedade civil para promover o diálogo e a formulação de propostas para a promoção de uma imagem equilibrada e não estereotipada da mulher nos meios de comunicação e em mensagens de utilidade pública. 8.6.3. Estimular a elaboração de código de ética ou código de conduta que garanta a igualdade, reconheça a diversidade e assegure imagem não estereotipada da mulher na publicidade. (BRASIL, 2013, p. 77 – 81).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS – O M(Eu) e Os PNPM (2005, 2008 e 2013 – 2015): Perspectivas de avanços e retrocessos

“Quero mostrar que as mulheres podem falar. Não podemos nos calar diante de nada.” Karol Conka (2018).

Falar sobre as propostas apresentadas nos três PNPM é uma necessidade e um grande desafio, uma vez que nos leva a reflexão sobre as políticas públicas que subsidiam as ações da trajetória da mulher na sociedade, fortalece o diálogo com os movimentos e setores sociais e abre o debate sobre sua efetiva implementação levando em conta a política social.

Vários estudos apontam que a consolidação de uma política social representa uma tarefa complexa e necessária, num processo em que seja possível identificar as especificidades, tais como: classe social, gênero, raça e etnia, gerações, orientação sexual, deficiências e outras formas de opressão vivenciadas pelas mulheres, principalmente o que contempla das mulheres lésbicas nos PNPM.

E é nesse sentido, que eu, pesquisadora afirmo que o verdadeiro sentido de realmente repensar este “ato de resistência” como uma luta por todas as formas de gênero e sexualidade no M(Eu), faz parte da minha trajetória de como me fez prisioneira: Ao ficar presa a uma imensidão de conflitos e conceitos, e no que ouvia das pessoas que estavam ao meu redor, me fiz prisioneira e relutante quanto a minha sexualidade. Quando me liberto – por meio desta escrita – sinto a soltura e a liberdade de sair de uma gaiola. Gaiola que me fez prisioneira por várias décadas e amordaçada pelo silenciamento de ser uma mulher lésbica, numa sociedade machista, sexista, misógina.

Todas as vezes que tentei abrir a porta da gaiola, recaia sobre mim o sofrimento da discriminação e marginalização. Entre o conflito de abrir a “gaiola”, e quem sabe, “voar”, vinha a conforto do anonimato, sem enfrentamentos e, conseqüentemente sem o sofrimento.

E eu sabia que o primeiro passo, seria buscar os conhecimentos, as experiências, as vivências, a força do reconhecimento do M(Eu) enquanto mulher lésbica, e conseqüente, durante esse processo me deparar com lutas, movimentos, planos, “leis”, que subsidiam os direitos das mulheres discriminadas e marginalizadas contribuiu para a construção do meu ser lésbica. Daí sair da Gaiola exigia de mim um esforço tenro – a menina – foi por meio do conhecimento, da experiência e do “silenciamento” que me fiz forte.

Ressalto assim, que o espaço acadêmico teve muito haver com isso. E por isso corroboro a importância da educação para propiciar o debate e discutir a voz e olhar das

questões de discriminação e marginalização. De acordo com (BARCELLOS, 2018, p. 27) “O Estado, que é laico, deve garantir e revestir de direitos todos os cidadãos, pois se agir com omissão, com preconceito e discriminação fere o direito à liberdade, à igualdade e à dignidade da pessoa humana.”

Na atual sociedade existe uma constante discriminação e marginalização das mulheres. E essa forma de discriminar atinge intensamente as mulheres lésbicas. É com certeza foi à banalização de ações discriminatórias e imposições de uma sociedade sexista e patriarcal que resultou na reprodução de estereótipos que fazem as mulheres recuar, não se mostrarem e silenciarem como é evidenciado na temática: *Da gaiola ao M(Eu): Descortinando as políticas públicas para mulheres lésbicas nos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres – PNPM (2005, 2008, 2013 – 2015)*”.

Já se passaram quatro anos, desde o – último – *III PNPM (2013 – 2015)* e a grande preocupação é – se realmente nesses 14 anos desde a publicação do *I PNPM (2005)* e *II PNPM (2008)* se eles contribuíram para avançar nas políticas que subsidiam as mulheres – em especial as lésbicas.

Assim, ao discutir os três PNPM (2005, 2008 e 2013 – 2015), percebe-se que as lutas e as reivindicações das mulheres são reais e necessárias, mas apesar das ações que subsidiam as diretrizes de atuação dos planos, existe uma representação cultural da sociedade que mantém as condições das mulheres subjugadas. E isso acontece até com a visão de mulheres sobre as mulheres em nossa sociedade e é um tema caro e ainda preocupante.

Os planos, em sua elaboração chama a atenção sobre os aspectos que envolvem as mulheres que estão sempre subjugadas, e aqui em especial o nosso olhar centra-se nas mulheres lésbicas, que sinalizam a necessidade dessas políticas serem efetivadas e avançadas, pois a condição de mulher lésbica sofre diferentes formas de violência, pois é preciso levar em conta a interseccionalidade, uma vez que o movimento feminino por si só não responde as especificidades da lesbianidade, embora faça parte de toda conjuntura da discriminação pela mulher.

Permanecer na gaiola é o conflito apresentado pela dificuldade do enfrentamento nas condições de tudo que discrimina a mulher, no sofrimento silencioso, nos conflitos, na falta de voz, nas lutas isoladas, sem vez e sem voz.

De acordo com a pesquisa do Datafolha, apenas 2% dos homossexuais declaram publicamente sua orientação sexual, apesar de representarem 12% da população mundial. De acordo com Barcellos (2018, p. 23), “fica claro compreender esses 2% e dizer que “sair do

armário” não é tão simples assim. O medo de não ser aceito, de ser rejeitado, pesa bastante nessa hora”.

Em outra pesquisa da *Center for Talent Innovation* publicado na *Exame* (2016)⁶⁹, “61% dos LGBTs do país escondem sua orientação no trabalho”, desses “49% disseram que não a escondem, mas não falam abertamente sobre o assunto no ambiente de trabalho e alteram o próprio comportamento para se integrar entre os colegas”.

O papel da mulher é negado na formação da cultura nacional e a desigualdade entre homens e mulheres é visível, deste modo à mulher lésbica acaba sofrendo uma dupla opressão, a misoginia e lebofobia.

Nesse sentido, o fenômeno chamado bullying homofóbico, que está relacionado à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, nas dimensões psicológicas e sociológicas, traz a necessidade de maiores problematizações acerca desse fenômeno em todas as esferas, inclusive entre as propostas de políticas públicas para o respeito e para a promoção da dignidade das pessoas LGBT, não só nos espaços de trabalho, como também em todos os contextos sociais.

É dessa cultura intolerante, dessa cultura ao ódio, que chamamos atenção aos dados apresentados durante a pesquisa e pelo Mapa da Homofobia – em 218 foram 420 LGBT foram assassinados ou cometeram suicídio por serem LGBT. A cada 20 horas um LGBT é vítima. É um dado alarmante que precisa ser refletido e exige ações enérgicas do Estado.

Nesse sentido “sair da gaiola” – para muitos LGBT – torna-se uma decisão difícil, pois em muitos casos, a própria família condenam a orientação sexual, agredindo física e/ou verbalmente, ou até mesmo expulsando de casa, causando traumas, somando-se ao sofrimento dos LGBT, a violência doméstica.

Assim, o predomínio da lesbofobia causa em muitas mulheres a ação e temor de relacionar com uma comunidade específica como as lésbicas, e encontram refúgio em alguns casos com os heterossexuais enquanto anda entre os seus “inimigos”. Muitas mulheres conseguem libertar-se e ser politicamente ativa como lésbicas, mas ainda teme expressar abertamente sua orientação sexual enquanto atravessam o território heterossexual.

Assim, tem-se o exemplo de mulheres que se comprometem com relações sexuais-sentimentais com mulheres e o coloca a etiqueta de “bissexual”. Isso é ainda manter a gaiola

⁶⁹ Reportagem de Luiza Belloni – publicado em 04 fev. 2016 – Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/61-dos-lgbt-brasileiros-escondem-sua-orientacao-no-trabalho/>. Acesso em 13 dez. 2019.

fechada, o retorno à gaiola, na permanência do silenciamento, na tentativa de evitar o sofrimento e os embates.

De acordo com Rich (2010) a negação da realidade e da visibilidade da paixão das mulheres por outras mulheres, da escolha das mulheres por outras como suas aliadas, companheiras de vida e de comunidade tem representado uma perda incalculável do poder de todas as mulheres em mudar as relações sociais entre os sexos. O fato de ser mulher já é um luta para conquista de espaços na sociedade patriarcal em que se vive. O papel da mulher é negado na formação da cultura nacional e a desigualdade entre homens e mulheres é visível, deste modo à mulher lésbica acaba sofrendo uma dupla opressão, a misoginia e a lesbofobia.

Assim, percebe-se que nos PNPMs comparece a proposição da garantia da vida e segurança das mulheres em todas as fases do seu ciclo vital, sem discriminação, sinalizando as questões de orientação sexual. Em análise dos três planos pode-se perceber os avanços e ampliações nos conceitos, no entanto não foi feita uma implementação propositiva, quando temos ainda estatísticas desastrosas.

Muitas pessoas que falam sobre essas políticas manifesta um esvaziamento de ações. Existe a intenção muito bem escrita. Está no papel. E as ações para sua efetivação foram deixadas de lado. O Brasil vive muito as políticas de governo, aquelas que são engavetadas a partir de novas eleições. Existe claramente a descontinuidade. A negação da existência de quaisquer ações legítimas. O que inicialmente era uma oportunidade para valorização de grupos marginalizados, ficou registrado no papel de políticas públicas esvaziadas de ação prática, ou seja, sua efetivação.

Pra se ter uma ideia, o termo, lesbofobia só foi utilizado de forma clara e objetiva no terceiro plano. Se a mulher já tiveram partes do seu corpo tocadas sem permissão, imagina quando a mulher se declara lésbica. Segundo um levantamento da Organização Internacional do Trabalho, os abusos psicológicos e físicos no ambiente profissional foram registrados por cerca de 52% das mulheres economicamente ativas. Dessa forma, entende-se que os PNPM não são suficientes para atender as especificidades das lésbicas, pois ser lésbica em uma cultura tão supremacista-machista, capitalista, misógina, racista, homofóbica é um ato de resistência, não importa como a mulher viva sua lesbianidade “no armário” ou na “gaiola”.

A luta pela igualdade de direitos, liberdade de imprensa e o direito de ir e vir é fator primordial para fortalecimento da mulher na promoção de debate sobre a homossexualidade feminina e sua trajetória e comportamentos.

Houve ao longo dos últimos anos um silenciamento quanto aos PNPM. As categorias analisadas nos planos com relação à Educação e a Segurança principalmente nos traz a noção de que existem caminhos possíveis, mas ao longo dos anos foram invisibilizados por falta de ações que efetive e modifique as condições da discriminação da mulher na sociedade brasileira. Observa-se um retrocesso com relação às políticas para as mulheres em 2019 oriundo do governo eleito conservador.

E, eu, mulher lésbica, ao sair da “gaiola”, pronta para voar, me deparo que esse desafio que é buscar o fortalecimento no conhecimento das políticas para as mulheres – em específico as ações que contempla as lésbicas – para corroborar com a necessidade de continuidade desses debates e discussões que podem qualificar as condições das mulheres nessa sociedade, ainda machista e excludente. De acordo com Barcellos (2018):

Triste dizer, mas o mundo hoje gira em numa confluência de ódios, misturados a interesses eleitoreiros, neoliberais, capitalistas e está vomitando uma sociedade global quase que hegemônica, de intolerância, machismo, misoginia, racismo e homolesbotrasnfobia. Difícil classificar de onde vem a culpa, mas fácil dizer que a responsabilidade é de todos nós. (BARCELLOS, 2018, p. 89).

Nesse sentido, seria importante que as políticas públicas fossem definitivas para as convergências que acabariam com as ações discriminatórias, modificando uma forma de pensar o mundo em que nos cerca. De acordo com Barcellos (2018):

O que também está por traz dessa exaustiva aparição midiática da homossexualidade é a necessidade urgente de regulamentação não só da união homoafetiva, mas também da atitude mais traiçoeira e lamentável da atual sociedade brasileira: a homofobia (BARCELLOS, 2018, p. 44).

Assim, por mais que haja discussão das políticas que traz a luz os avanços e as possibilidades de uma sociedade mais justa e igualitária, focado principalmente nas mulheres. O percurso é ainda lento e injusto, especificamente para as mulheres lésbicas. De acordo com Butler (2008):

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativas instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permite múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um telos normativo e definidor (BUTLER, 2008, p. 37).

Sendo assim, as ações propostas nos distintos PNPMs “atende” às reivindicações dos diferentes movimentos de mulheres participantes do evento e foi até certo modo contemplado nas discussões. Até o *III PNPM* (2013 – 2015) os movimentos foram intensos. Muitas discussões e a participações de mulheres de todos os grupos, trouxeram expectativas e avanços para dignidade e voz as mulheres.

No entanto de 2016 (pós-golpe) até o momento presente, houve um silenciamento na efetivação e implementação desses planos. Um retrocesso a começar pela descontinuidade da CNPMs. Em oposição, devido o silenciamento do Estado vale destacar que em 13 de junho de 2019 o STF criminalizou a LGBTfobia no Brasil, a conduta de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passou a ser punida pela Lei 7716/89 – *Lei do Racismo* que prevê crimes de discriminação ou preconceito por raça, cor, etnia, religião e procedência nacional.

A criminalização da LGBTfobia no Brasil representa o resultado de muitas lutas de movimentos LGBT e também muito sangue derramado. Criminalizar é importante, mas “educar” talvez seja o caminho mais coerente. Precisamos de políticas eficazes que transformem essa “cultura ao ódio” em respeito.

É aqui, nas considerações finais, que descortino o M(Eu), saindo da gaiola para nunca mais entrar, Eu Alessandra Macedo de Brito, Mulher Lésbica, Feminista, Parda, Pedagoga, Atriz e agora Socióloga. Sou resistência, a luta continua!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

ÁVILA, Maria Betânia. Liberdade e legalidade: uma relação dialética. In: **Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto**/Org. Maria Betânia Ávila, Ana Paula Portella e Verônica Ferreira. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BANDEIRA, Lourdes. Estudos Femininos. **Revista de estudos feministas**. V.16, nº 1, Florianópolis, p. 288, jan.-abr./2008.

BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira (et al). Invisibilidade lésbica e a interseccionalidade de opressões. In: **Perspectiva feminista de gênero: Desafios no Campo da Militância e das Práticas**. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife – PE. 18º Redor, 2014.

BARCELLOS, Chyntia. **Demitindo Preconceitos**. 1ª edição. Goiânia: Memória LGBT, 2017.

_____. **Fatos, afetos e preconceitos: uma história de todos os dias**. Goiânia: SemiBreve, 2018.

BABILONIA. Direção: Dennis Carvalho e Maria de Médicis. Roteiro: Gilberto Braga, Ricardo Linhares e João Ximenes Braga. Rio de Janeiro: Rede Globo. 2015.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo** – fatos e mitos; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980 [1949].

_____. **A força das coisas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2009 [1963].

BILGE, Sirma. **Théorisations féministes de l'intersectionnalité**. Diogène, 1 (225): 70-88. 2009.

BORGES, Lenise. Fazendo Gênero: Feminismo e lesbianismo. Revista Eletrônica, ano VIII nº 20 jul a out, 2004.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Tradução Guilherme Joao de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu. nº 26, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>>. Acesso em 08 ago. 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e discriminação contra LGTB e de promoção da cidadania homossexual**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação de publicações, 2004.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005a. 26 p. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/i-pnpm/I%20PNPM_versao%20compacta.pdf>. Acesso em 26 abr. 2019.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005b. 104 p. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/planonacional-politicas-mulheres.pdf>>. Acesso em 26 abr. 2019.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2ª reimpressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 236 p. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/livro-ii-pnpm-completo09.09.2009.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2019.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). **II Plano Nacional de Promoção de Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília, 2008.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013 – 2015**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm2013-2015-em-22ago13.pdf>>. Acesso em: 25 abr.

_____. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico, v. 1 Brasília: CNV, 2014.

_____. Lei Maria da Penha. **Lei Maria da Penha e Legislação Correlata**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

BRITO, Alessandra Macedo de. REIS, Adriel Diniz dos. Entre Nós – Entre o Filme-Ensaio e a Alteridade de Gênero e Sexualidade. In: **II SEJA – Gênero e Sexualidade**. Goiânia: UEG, 2017.

BLACK, Dani. **Maior**. Interprete: Gilberto Gil.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: **O Corpo Educado** – Pedagogias da sexualidade. p. 153-172. Belo Horizonte: Autêntica. 2007.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARNIEL, Carla. **Lésbicas visíveis: conhecimento e ativismo em tempos de retrocessos**. . Dossiê Digital. Disponível em <https://pt.org.br/lesbicas-visiveis-conhecimento-e-ativismo-em-tempos-de-retrocessos/>, acesso em 29 de outubro de 2019.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; BERNADETE SILVA, Lorena. **Juventude e Sexualidade**. Brasília – DF: UNESCO, 2004.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas do poder** - Mulher e política na Bahia. Editora: Neim/UFBA. Ed. 1. 1998.

_____. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, H. P. (org.) et all. **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2007.

COSTA, M. D. **Movimentos sociais e cidadania**: uma nova dimensão para a política social no Brasil. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 22(2):3-10. abr./jun. 1988.

CLARKE, Cheryl. *Lesbianismo*: um ato de resistência In: **Esta puente, mi espalda**: voces de las tercermundistas en los Estados Unidos. São Francisco, USA: ISM Press, 1988.

FACCHINI, R. Políticas para lésbicas e para sapatões: diversidade, diferenças e o enfrentamento ao heterossexismo. In: POCAHY, Fernando (eds) **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo**: corpo e prazer. Porto Alegre: Nuances, 2010.

FACCHINI R. e Regina M. B. **Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas**: Promoção da Equidade e da Integralidade, por solicitação da Rede Feminista de Saúde. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/dossie_da_saude_da_mulher_lesbica.pdf>. Acesso 23 de nov. 2019.

FARIA, Cláudia F. “Do ideal ao real: as consequências das mudanças conceituais na teoria deliberativa”. **Texto apresentado no 7º Encontro da ABCP**, Recife, 6 a 8 de agosto, 2010.

FALQUET, Jules. **Romper o tabu da heterossexualidade**: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. Recife, PE: Cadernos de Crítica Feminista, ano VI, n. 5, dez. 2012.

FERNANDES Marisa. **O movimento das mulheres lésbicas feministas no Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-lesbicas-feministas-brasil/>>. Acesso dia 23 de jun. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GONZÁLEZ, Ana I. Alvarey. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. Tradução Alessandra Ceregatti (et all). São Paulo: Expressão Popular. 2010

GONZALEZ, Lélia. “**Racismo e sexismo na cultura brasileira**”. In: Ciências Sociais Hoje, Revista da Anpocs, São Paulo, n.2, pp. 223-244, 1983.

GUEDES, Patrícia. Direção e Produção. **Entre nós**. Goiânia: Cinema e Audiovisual – UEG, 2015, 1 DVD.

GRIJALVA, Dorotea Gómez. **Mi cuerpo es un territorio político**. Brecha Lesbica, Voces descolonizadas, Cuaderno 1, 2012. Disponível em: <<https://brechalesbica.files.wordpress.com/2010/11/mi-cuerpo-es-un-territorio-polc3adtico77777-dorotea-gc3b3mez-grijalva.pdf>>. Acesso em 20 out. 2017.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Florianópolis, SC: PPGAS/UFSC, Antropologia em Primeira Mão, n. 24, 1998.

LESSA, Patrícia. **Visibilidade e Ação Lesbiana na década de 1980**: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do boletim Chanacomchana. Gênero, Niterói, v. 8, n. 2, 2008.

LORDE, Audre. **A transformação do silêncio em linguagem e ação**. Sinister Wisdom, Vol. 6, 1978.

LOURO, Guaciara Lopes. **Teoria queer**: uma política pós-identitária para a educação. Rev. Estud. Fem. [online]. 2001, vol.9, n.2, pp.541-553. ISSN 0104-026X. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>. Acesso dia 29 de outubro de 2019.

MESQUITA, Marylucia. Movimento de Mulheres lésbicas no Brasil: Sinalizando algumas conquistas e desafios para o século XXI. **Revista Lábia do GALF**. Número 18. Lima. 2004.

MESQUITA, Marylucia. Movimento de mulheres lésbicas como sujeito político: SENALE, visibilidade e direitos. In: SENALE. **Relatório Final do VI Seminário Nacional de Lésbicas**: Movimento de mulheres lésbicas como sujeito político, poder e democracia. Recife. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. **Iconografias sarcásticas na imprensa feminista brasileira**: mulherio e chanacomchana (1981-1985). Domínios da Imagem, Londrina, v. 11, n. 21, p. 67-92, jul./dez. 2017.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico prática. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PERES, Milena Cristina Carneiro, et.al. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil**: de 2014 até 2017 Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PINHEIRO, Luana Simões. Os Dilemas Da Construção Do Sujeito No Feminismo Da Pós-Modernidade. Textos para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

RAGO, Margareth. **Gênero e História**: Epistemologia feminista, gênero e história. Edita: CNT Compostela, 1ª Edição, agosto de 2012.

REVISTA do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social V. 19, N. 2 (2019) **REVISTA GÊNERO** <http://periodicos.uff.br/revistagenero>. Acesso no dia 16/09/2019.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. *Revista Bagoas*, Natal - RN: CCHLA - UFRN, n. 05, p. 17 - 44, 2010.

SAFFIOTI, Heleith. **Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero**. São Paulo, Cadernos Pagu, 2001.

SAYD, Jane Dutra; VIEIRA JUNIOR, Luiz & VELANDIA, Israel Cruz. 1998. **“Recursos humanos nas conferências nacionais de saúde (1941 a 1992)”**. *Revista Saúde Coletiva*, n.14, p. 167-179.

SCOTT, Johan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica** – New York, Columbia University Press. 1989 / Tradução: Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

_____. **Entrevista com Johan Scott**. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, V. 6, nº 1 p. 114-124, 1998.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, 2006, p. 20-45.

TORRE DE BABEL. Direção: Denise Saraceni e Carlos Manga. Roteiro: Sílvio de Abreu. Rio de Janeiro: Rede Globo. 1998 – 1999.

VALE TUDO. Direção: Dennis Carvalho e Ricardo Waddington. Roteiro: Gilberto Braga, Aguinaldo Silva e Leonor Bassères. Rio de Janeiro: Rede Globo. 1988 – 1989.